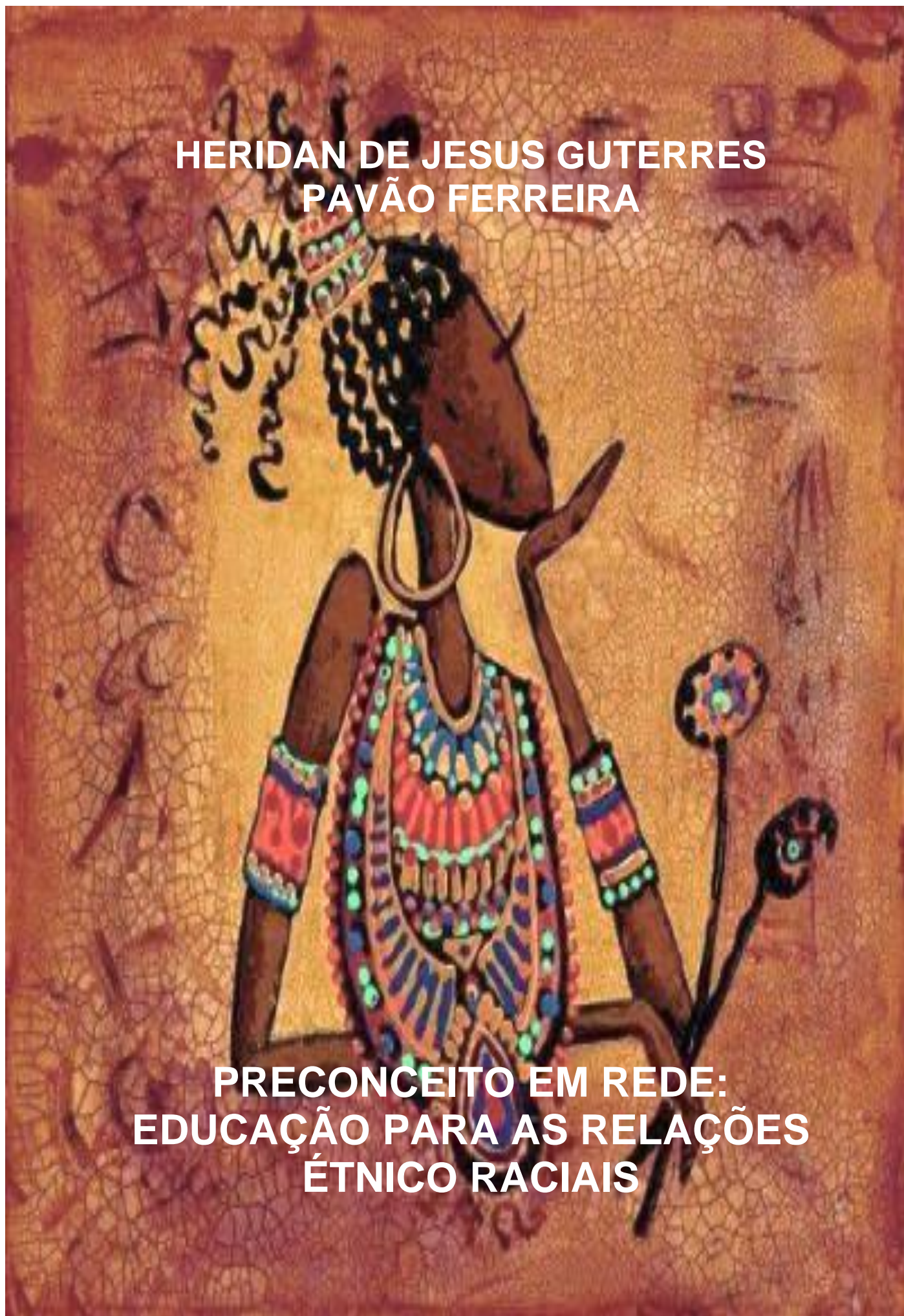


**HERIDAN DE JESUS GUTERRES
PAVÃO FERREIRA**

**PRECONCEITO EM REDE:
EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES
ÉTNICO RACIAIS**





**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CENTRO INTERDISCIPLINAR DE NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO**

HERIDAN DE JESUS GUTERRES PAVÃO FERREIRA

PRECONCEITO EM REDE:

educação para as relações étnico raciais a partir do discurso dos usuários da internet

Porto Alegre
2016

HERIDAN DE JESUS GUTERRES PAVÃO FERREIRA

PRECONCEITO EM REDE:

educação para as relações étnico raciais a partir do discurso dos usuários da internet

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Informática na Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Margarete Axt
Coorientadora: Profa. Dra. Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto

Porto Alegre
2016

FERREIRA, HERIDAN DE JESUS GUTERRES PAVAO.

PRECONCEITO EM REDE: educação para as relações étnico raciais a partir do discurso dos usuários da internet / HERIDAN DE JESUS GUTERRES PAVAO FERREIRA. – 2016.

121f. il.:

Orientadora: Margarete Axt.

Coorientadora: Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Centro de Estudos Interdisciplinares em Novas Tecnologias na Educação, Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, Porto Alegre, BRRS, 2016.

1. Educação. 2. Educação para as relações Étnico Raciais. 3. Gêneros Digitais. 4. Preconceito Racial. I. Axt, Margarete, orient. II. Lazzarotto, Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

HERIDAN DE JESUS GUTERRES PAVÃO FERREIRA

PRECONCEITO EM REDE:

educação para as relações étnico raciais a partir do discurso dos usuários da internet

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Informática na Educação.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Margarete Axt (Orientadora)

Profa. Dra. Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto (Coorientadora)

Profa. Dra. Doris M. L. Fiss (Examinadora)

Profa. Dra. Marie Jane Soares Carvalho/PPGIE/UFRGS (Examinadora)

Profa. Dra. Viviane de Oliveira Barbosa/UFMA (Examinadora)

A minha família, razão de todas as coisas.

AGRADECIMENTOS

Não quero agradecer apenas para dizer obrigada àqueles e àquelas que de uma forma ou de outra contribuíram para que este trabalho se fizesse. Tomo, pois, a etimologia da palavra, que se origina do latim, *gratus* e que significa agradecido ou agradável, para expressar minha gratidão a quem considero agradável.

Em primeiro lugar e sobre todas as coisas, ao Deus que acredito, um pai de infinita bondade, que sempre está de coração e braços abertos a me acolher em oração, apesar dos apesares. Obrigada, pai! Quão agradável és tu a minha alma.

Às inúmeras as pessoas que me foram e são agradáveis e tornam minha vida significativa.

Agradeço a minha família, especialmente a meus pais José Ribamar Pavão e Eriomar Pavão, exemplos de vida e perseverança. Jamais esquecerei os dias e noites em que tu, meu pai, me esperavas para que eu contasse os acontecimentos da escola ou da universidade. De tua alegria, contentamento e orgulho. De nossa cumplicidade e amor que até hoje vive em mim e que jamais morrerá, mesmo não mais estando nós vivendo no mesmo plano.

A ti, mamãe, razão de meu viver. Que se faz presente em minha vida e toma conta de mim. Que sabe sempre a hora de me agradar com um mimo, um café fresquinho ou qualquer outro agrado. Que abre as portas de tua casa e de teu coração para aqueles que ousou chamar de amigos. Nada que eu faça retribuirá tão grande amor! Obrigada!

A Claudionor, companheiro e amigo leal, que jamais atravancou caminhos.

Aos meus irmãos de sangue, Júnior e Herijane e também, aos de alma.

A meus filhos paridos ou surgidos que povoam a minha vida: Cláudio, Rafaela (Rafinha), Gabriel (Gábi), Daniel, Geovana, Marcos (Marquinho) e Paulo Vitor (Paulinho). Vocês trazem um significado que minha vida jamais teria sem suas presenças.

À pequenina Lis Vitória, minha agradável e bela troirinha.

À professora Margarete Axt, pelos sábios conselhos, mas principalmente por sua dedicação às coisas da educação, que se materializa pela escuta do outro e pela entrega. Obrigada por ter me apresentado M. Bakhtin, que não consegui

decifrar, mas que hoje me faz tentar compreender que em tudo, mas especialmente em toda enunciação há sentido. Basta termos olhos, ouvidos ou coração para ver.

À professora Gislei Domingas, minha coorientadora. Quando penso em um ser vibrante e que saltita de entusiasmo, penso em você, que foi mais um dos muitos presentes que recebi. Obrigada pela agilidade no retorno, muitas vezes de madrugada e logo após eu ter enviado meu texto!

Aos professores e colegas do PGIE, pelas partilhas e aprendizados. Obrigada professora Cristina Biasuz, por nos acolher em Porto Alegre; Obrigada, professora Liane Tarouco, um ser generoso e sábio, profissional que respeito e admiro. Agradeço a todos os professores e professoras do Programa em nome de vocês duas.

Às mestras que participaram da qualificação, entre estas a Prof^a Dr^a Liane Tarouco e também, da banca final, professoras Dr^a Viviane de Oliveira Barbosa (UFMA), Dóris Maria L. Fiss (UFRGS) e Marie Jane S. Carvalho (UFRGS). Obrigada pelas contribuições.

À minha amiga, conselheira e colega de curso, Maria Eugênia; ao professor Ademir Martins (UFMA), cuja voz e olhar mansos dialogam com nossos corações; aos demais colegas, não menos importantes e que de algum modo me fizeram aprender.

À cidade de São Bernardo, que me recebeu como cidadã; que aprendi a amar e a considerar minha terra; aos meus alunos do Curso de Linguagens e Códigos do Campus de São Bernardo, especialmente àqueles que contribuíram nesta pesquisa e que souberam partilhar conhecimentos no Projeto de Vidas e no PIBID; àqueles que mais que alunos, viraram amigos, pessoais e que sei que posso contar sempre. Saibam que sempre estarei de braços e corações abertos a lhes acolher, como fui acolhida.

Obrigada especial a Geovana Araújo que sonhou e me permitiu realizar sonhos sobre inclusão; a Bernardo de Claraval, a D. Chica Baladeira, Rayron Lennon que acolheu minha mãe como se fosse sua. Jamais esquecerei ou pagarei essa conta.

Ao Programa de Professores para a Educação Básica da UFMA (PROEB) que possibilita a minimização de abismos sociais no estado do Maranhão, por meio da educação.

Aos que na tentativa de atravancarem caminhos, me permitiram passarinhar.

Por fim, a todos que contribuíram para que eu me tornasse uma pessoa melhor e me fortalecesse como mulher; aos que vem lutando por justiça e inclusão social, especialmente a um grande incentivador Prof. Luís Alves Ferreira (UFMA) ou simplesmente Luisão no movimento negro, um ser que para mim é exemplo, porque mais que dizer ou estudar as causas do povo negro, faz as coisas acontecerem, a partir de um olhar sempre atento e sensível.

Obrigada, muito axé!

Eu não sou eu nem sou o outro,
Sou qualquer coisa de intermédio:
Pilar da ponte de tédio
Que vai de mim para o Outro.

(Mário de Sá Carneiro)

RESUMO

O cenário desta pesquisa envolveu a educação para as relações étnico raciais a partir da análise do discurso dos usuários de uma rede social, tomando como referencial as postagens de usuários do *Facebook* e a discussão do preconceito que se materializa em rede e se propaga nos espaços informais e formais de educação. Sua relevância se dá na medida em que instigou o estudo e a construção de estratégias educativas voltadas para os desafios da escola no contexto contemporâneo. Objetivamos investigar de que forma o preconceito materializado por meio da linguagem, numa rede social, pode ser trabalhado nos contextos informais e formais de educação, observando-se a importância de utilizar-se um recurso digital na identificação de frases e textos verbais e não verbais, cujo cunho pejorativo, inferioriza a pessoa, estigmatizando-a. A pesquisa realizada tomou como suporte os estudos de linguagem, tendo como referencial os pressupostos de M. Bakhtin, no que diz respeito aos conceitos de dialogismo e polifonia. No que concerne ao preconceito, nossa pesquisa terá como suporte os estudos de P. Bourdieu, K. Munanga, L. Sansone; C. Furtado, A. Guimarães. O trabalho proposto teve como aporte a pesquisa qualitativa, com base no pressuposto dialógico da pesquisa formação. Para tanto, a metodologia CIVITAS, do grupo de pesquisa LELIC/PPGIE/UFRGS, articulou nesta tese, o diálogo entre a educação básica e o ensino superior, com base nos sujeitos que atuam nesses segmentos da educação. Assim, com base no projeto CIVITAS, em articulação com o Projeto de Vidas/UFMA a pesquisa teve como sujeitos um grupo de estudantes da Educação Básica dos oitavo e nono anos do Ensino Fundamental e de universitários de um curso de licenciatura, registrando os sentidos atribuídos, por escolares e universitários, sobre uma seleção de postagens do *Facebook* que evidenciam o discurso de preconceito racial. Utilizou como base metodológica a identificação de vocábulos, frases e imagens de cunho pejorativo, fazendo associações entre palavras, frases e imagens. Nesse sentido, tais questões foram discutidas com base nos estudos de linguagem e da educação para a promoção das relações étnico raciais, compondo-se assim, um estudo acerca de como a educação formal e informal pode a partir das redes sociais discutir temas atuais e pertinentes a serem trabalhados na escola, tendo como referencial a Lei n. 11.645/08. Verificou-se que a escola deve considerar em seu currículo, de forma interdisciplinar e contextualizada com as novas tecnologias, a educação para as relações étnico raciais, no contexto de diferentes áreas de conhecimento, entre elas a Língua Portuguesa e os estudos dos gêneros digitais, enquanto proposta para se refletir acerca das desigualdades advindas da cor/raça dos alunos.

Palavras-chave: Ensino. Educação para as relações Étnico Raciais. Gêneros Digitais. Preconceito Racial.

ABSTRACT

The scenario of this research involved education or ethno-racial relations based on discourse analysis of users from a social network, setting as the benchmark, Facebook user posts and the discussion on prejudice which materializes online and spreads over informal and formal educational space. Its relevance is to the extent that it instigated study and construction of educational strategies designed for the challenges of modern day schooling. Our object is to investigate the way in which prejudice materialized through language, on a social network, can be worked in informal and formal educational contexts, noting the importance of using a digital feature to identify phrasal and verbal & non-verbal texts, whose pejorative nature, degrades and stigmatizes the person. The research was supported by language studies based on assumptions from M. Bakhtin, concerning concepts of dialogism and polyphony. Regarding prejudice, our research will be supported by studies from P. Bourdieu, K. Munanga, L. Sansone; C. Furtado, A. Guimarães. The research proposed had the contribution of qualitative research based on dialogic assumption of training research. Therefore, CIVITAS methodology CIVITAS, from the LELIC/PPGIE/UFRGS research group articulated in this thesis, dialog between basic and higher education based on subjects which act in these educational segments. Thus, based on the CIVITAS Project, articulation with Projeto de Vidas/UFMA, the subjects were a group of students from Basic Education from eighth and ninth grade in Middle School and college students from a teaching course registering the feelings attributed by school and college students about a selection of Facebook posts that show a discourse of racial prejudice. The methodological base was identification of words, phrases and images of a pejorative nature. In this sense, such questions were discussed based on language studies to promote ethno-racial relations, making up a study about how formal and informal education can, based on social networks, discuss current and pertinent themes to be worked in school as per Law 11.645/08. It was verified that schools should consider in their curriculum, interdisciplinary and contextualized matter with new technologies and education for ethno-racial relations in the context of different knowledge areas, among them Portuguese and digital genres as a proposal to reflect on inequalities stemming from students' color/race.

Keywords: Teaching. Education for Ethno-racial relations. Digital Genres. Racial prejudice.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Boi da cara preta.....	77
Figura 2 - Devassa negra.....	86
Figura 3 - Comentários sobre o post da Cerveja Devassa.....	90
Figura 4 - Outros comentários sobre o post da Cerveja Devassa.....	91
Figura 5 - Maria Júlia Coutinho - Maju.....	94
Figura 6 - Casal enamorado.....	100
Figura 7 - Outro olhar sobre o preconceito racial.....	103
Figura 8 - Comentário sobre episódio do restaurante.....	105
Figura 9 - Comentário sobre a postagem de Miranda.....	107
Figura 10 - Atitude racista.....	109
Figura 11 - Metalinguagem sobre o preconceito.....	109

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	CARÁTER MEMORIALISTA DA PESQUISA PROBLEMATIZAÇÃO/ FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	19
2.1	O Maranhão e a questão racial: breves apontamentos sobre São Bernardo do Maranhão.....	23
3	PROBLEMATIZAÇÃO/ FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	27
3.1	Questões e objetivos norteadores da pesquisa.....	30
4	BUSCANDO SENTIDOS EM GÊNEROS DIGITAIS	33
4.1	Dos gêneros digitais.....	38
5	DO MULTICULTURALISMO E DO PLURICULTURALISMO: QUESTÕES SOBRE A INTERDISCIPLINARIDADE E O PRECONCEITO EM REDE	43
5.1	Interdisciplinaridade.....	45
5.2	Currículo e interdisciplinaridade	49
5.2.1	Da autoria	54
6	DAS LEIS QUE ABORDAM A QUESTÃO RACIAL	57
6.1	Das leis 10.639/03 e 11.645/08.....	60
7.1	<i>Locus</i> do Processo Empírico da Pesquisa.....	67
7.2	Processo de Análise.....	69
7.2.1	Do <i>Civitas</i> , Educação Superior e Educação Básica.....	71
8	DISCRIMINAÇÃO EM REDE, DISCURSO RACISTA E EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS.....	73
8.1	Boi da cara preta.....	76
8.2	Devassa	84
8.3	“A garota do tempo”, Maria Júlia Coutinho ou Maju	93
8.4	Casal de namorados.....	99
8.5	Miranda	102
	REFERÊNCIAS	116
	ANEXOS.....	121

1 INTRODUÇÃO

Minha mãe
 (todas as mães negras cujos filhos partiram)
 tu me ensinaste a esperar
 como esperaste nas horas difíceis[...]
 Amanhã
 entoaremos hinos à liberdade
 quando comemorarmos
 a data da abolição desta escravatura
 Nós vamos em busca de luz os teus filhos Mãe,
 (todas as mães negras cujos filhos partiram)
 Vão em busca de vida.
Agostinho Neto

Após 128 anos da Abolição da Escravatura (1888), o século XXI no Brasil, traz à tona o acirramento de uma discussão que há muito vinha sendo camuflada por um pseudodiscurso de igualdade, ao mesmo tempo em que se observa no seio da sociedade, uma tomada de consciência acerca das diferenças e multiplicidades que se fazem presentes no cotidiano, especialmente no que concerne ao preconceito. A nossa formação histórica está marcada por um padrão de pensamento preconceituoso que se manifesta de diferentes formas e em distintos espaços, e, qualquer que seja o teor do preconceito, este, inevitavelmente, causa danos em quem o sofre deixando marcas que, muitas vezes, são irreparáveis.

Este trabalho discorre sobre o preconceito que se manifesta por meio da linguagem nas redes sociais, evidenciando-se como temática proposta neste projeto de tese, apresentado ao **Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação** da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Tem como propósito discutir a forma como a discriminação se propaga na rede mundial de computadores, ecoando para além das ondas da internet.

Assim, ao selecionarmos o objeto da pesquisa, visamos a este diálogo com um relevante tema do cenário brasileiro e, ao mesmo tempo, instigar a escola a buscar mecanismos para intervir diante de práticas preconceituosas que se difundem por meio da linguagem em sua ação discursiva. Com base nessa delimitação, nossa investigação insere-se, na linha de pesquisa **Interfaces Digitais em Educação, Arte, Linguagem e Cognição**, no plano da produção de sentido e de autoria.

Considerando o campo da empiria, a gênese desta investigação partiu do olhar de uma profissional da educação e ao mesmo tempo de uma cidadã brasileira que, ao longo de sua vida e carreira, se confrontou – e ainda se confronta – com o preconceito e a discriminação materializados sob diferentes formas. Observamos que esses episódios de preconceito e discriminação deixaram cicatrizes indelévels na vida das pessoas em geral, e, de modo mais específico, de alguns alunos e alunas que tivemos a oportunidade de conhecer e conviver ao longo da vida docente. É, pois a estes que dedico este trabalho que é também direcionado a todos os educadores e educadoras que lutam por igualdade e justiça social.

Graduada em Letras e aluna do Doutorado em Informática na Educação do Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – doravante PPGIE/UFRGS –, percebemos que os discursos veiculados na rede mundial de computadores, denominada internet, se potencializam, passando a ter uma abrangência imensurável, especialmente quando contêm em seu bojo o preconceito e a discriminação.

Consideramos, também, que, mesmo com a homologação de leis federais, que operam como dispositivos legais no âmbito da criminalização do preconceito¹ e da educação para as relações raciais², no Brasil, ainda não somos capazes de coibir efetivamente as práticas preconceituosas no âmbito das relações virtuais que se ampliam a cada novo dispositivo desenvolvido para os usuários da rede.

Esses dispositivos legais tampouco foram eficazes na modificação do combate ao preconceito e discriminação no currículo formal praticado nas escolas de educação básica, conforme preconizam Munanga (2005) e Brito (2011), assim como não coibiram o preconceito que se propaga via internet, considerando-se, para tanto, que os jovens no mundo contemporâneo vivem conectados em rede, dizendo de si e dos outros de um lugar que liga o real ao virtual.

Nesse contexto, observamos que a leitura que as pessoas realizam do mundo em que vivem, possibilita a construção de uma identidade acerca de si e das outras. Nessa acepção, para Bourdieu (2010), tal identidade, na maioria das vezes, se materializa sob a forma de linguagem e, dependendo da maneira como os

¹ Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989; define crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional no Brasil.

² Lei nº 11.645, de 23 de janeiro de 2008. Torna obrigatória a inserção da História e Cultura Africana e Afro-brasileira no currículo escolar.

indivíduos convivem com as possíveis diferenças, estabelecem relações dialógicas de aproximação e distanciamento entre a produção de discursos e a apropriação dos mesmos. Em consequência desse processo, a produção de determinados discursos, muitas vezes, acaba por favorecer a disseminação e também a reprodução de diferentes formas de preconceitos que são observadas e identificadas cotidianamente.

Assim, este trabalho teve como propósito investigar a materialização do discurso preconceituoso e racista publicado nas redes sociais por meio de postagens e comentários, a partir de uma perspectiva interdisciplinar que considera os domínios da informática e da significação discursiva articuladas à educação para as relações étnico raciais.

Considerando que as evoluções tecnológicas tornam evidente a necessidade de uma articulação entre diferentes segmentos sociais, objetivamos evidenciar a complexidade desta questão na experiência da universidade com a escola, especialmente a forma como o currículo aborda as discussões atuais a respeito do preconceito e a discriminação. Neste percurso, apontamos a necessidade de ampliarmos tal estudo, inclusive no contexto da significação discursiva, evidenciando assim, o papel da linguagem escrita e visual na disseminação e/ou combate ao preconceito e de como a escola no âmbito de sua função social, pode ter um papel bastante relevante, considerando o contexto atual, que exige posturas e funções voltadas para o sujeito do século XXI, qual seja, o sujeito hiperconectado.

Consideramos para tanto, aspectos como a amplitude de preconceitos, bem como da luta do negro por respeito e igualdade étnico-racial. Nessa percepção, focalizamos na análise do discurso sobre o preconceito étnico-racial, de modo específico, àquele difundido nas redes sociais compreendido aqui como “redes de comunicação que envolvem linguagem simbólica, restrições culturais, relações de poder etc. (CAPRA, 2008, p. 22). Assim, tomamos como referência teórica e metodológica, os estudos sobre a linguagem e a produção de sentidos.

Para tanto, utilizamos os pressupostos teóricos trabalhados ao longo das disciplinas ofertadas pelo PPGIE/UFRGS, de modo mais específico, na linha de pesquisa Interfaces Digitais em Educação, Arte, Linguagem e Cognição. Entretanto, em uma perspectiva interdisciplinar que considera também, a multidisciplinaridade

empregamos ainda, os aportes teóricos oriundos da grande área das Ciências Humanas e Sociais.

Na esfera temática, esta pesquisa se justifica pela importância que tais assuntos têm alcançado nas Ciências Humanas, observando-se que com o alargamento das fronteiras conceituais na contemporaneidade, poderemos elencá-la, para além dos conceitos da Análise do Discurso, da Linguística e dos Estudos Culturais, na busca de contribuições e fundamentações teóricas de outras áreas. Assim na compreensão de que temas como discriminação e preconceito têm sido objetos da atenção nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, buscamos dialogar com outros campos de conhecimento.

Nesta tese, consideramos o significado e a abrangência de termos como preconceito, discriminação e racismo, a fim de se mensurar como estes se manifestam linguisticamente, nas redes sociais. Para fins de conceitualização, tomamos como base a concepção de preconceito como sistema de crenças, manifestado por meio de conhecimentos produzidos sobre as raças, ou seja, de uma hierarquia que preconiza a superioridade entre raças e que se materializa por meio de atitudes e/ou atos de fala. (SANSONE; FURTADO, 2014).

Por seu lado, a discriminação é compreendida aqui como um conjunto de atitudes e ações que denotam um tratamento que gera a estigmatização e desigualdade, haja vista se basear em um tratamento desigual, que pode se materializar por meio da ação discursiva, objeto de nossa tese. (GUIMARÃES, 2003).

No que concerne ao racismo, evocamos os preceitos de Sansone; Furtado (2014) que enfatizam que o racismo tem como pressuposto a raciologia a qual se baseia nas diferenças biológicas para explicar a discriminação de um grupo por outro, diferenças estas explícitas, que se relacionam ao fenótipo, ou seja, características físicas, ou as implícitas, cujo viés é a ancestralidade. Nesse contexto, inserimos a ideia de racismo, conforme aponta Guimarães (2003), isto é, como um ato discriminatório que se materializa ao institucionalizar a injustiça social e rejeição entre os indivíduos.

Assim sendo, ao destacarmos os conceitos de discriminação, preconceito étnico-racial e racismo com base no que dispõem os teóricos supracitados, pretendemos abalizar um paralelo com os estudos de Bakhtin (1986, 2003, 2010). Nesse sentido, pretendemos observar as mais variadas formas de manifestação e o

sentido que os discursos racistas, discriminatórios e preconceituosos assumem em um dado contexto social dialógico.

Considerando-se o caráter interdisciplinar do trabalho ora proposto, chamamos a atenção para o fato de que as pesquisas interdisciplinares têm como principal característica a ampliação das discussões acerca de determinado objeto. Conseqüentemente, as antigas fronteiras conceituais que delimitavam as discussões acerca de determinado objeto de pesquisa, ganham fluidez, e, por essa razão, permitem a difusão de novas concepções no campo das humanidades.

No tocante à educação para as relações étnico raciais, mais especificamente sobre a inserção e abordagem da temática nos espaços formais de educação, tomaremos como aporte as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, bem como os estudos de Bourdieu (2010, 2002), Gonçalves (2006), Munanga (2005), Guimarães (2003) e Fanon (2008), visando, para fins de delimitação desta pesquisa, ao estabelecimento de tais discussões, em uma perspectiva interdisciplinar.

Por essa razão, esta temática – fundamentalmente relacionada às discussões sobre linguagem e preconceito nas redes sociais e à educação para as relações étnico raciais – pretendeu estabelecer como principais categorias de análise, preconceito, discriminação racial e racismo, a partir do discurso dos usuários de redes sociais e da reflexão de estudantes de graduação e ensino fundamental. Dessa forma, as investigações sobre tal temática necessitaram de uma revisão crítica daquilo que tem sido ampla e empiricamente discutido, assim como suas implicações e efeitos na sociedade.

O objetivo desta pesquisa foi, portanto, investigar de que forma o preconceito materializado por meio da linguagem, nas redes sociais, pode ser trabalhado nos contextos formais de educação. Nesta perspectiva, desenvolvemos tal discussão à luz dos estudos da linguagem em Bakhtin (1999, 2010, 2003) e demais pesquisadores, tais como Orlandi (2012) e Maingueneau (2010), considerando as características assumidas pela sociedade atual, cujas interações em rede a fazem viver a era do networking, ou seja, dos relacionamentos em rede.

Uma vez que nos propusemos a investigar aspectos sobre a discriminação e o preconceito em rede, em uma perspectiva interdisciplinar, a partir da análise da linguagem empregada pelos usuários das redes sociais, objetivamos

também, incluir nas categorias de análise as principais questões sobre a interdisciplinaridade e o multiculturalismo em uma mesma esfera discursiva que possibilite a efetivação da Lei Nº 11.645/20083 (anexo 2). Assim buscamos analisar, discutir e ao mesmo tempo, aproximar o espaço virtual das redes sociais do espaço físico da escola⁴, considerado aqui enquanto espaço de intersecção de culturas e saberes.

Nesse sentido, a partir do estudo realizado pretendemos suscitar a discussão e reflexão sobre um dos temas que é, atualmente, muito caro e significativo para a sociedade brasileira e suas instituições, qual seja, a história e cultura africanas, afro-brasileiras, contextualizando-a com o uso das novas tecnologias na sociedade moderna.

Abordando estas temáticas, objetivamos fomentar que os sujeitos de modo geral, e, mais especificamente, aqueles que estão envolvidos no sistema educacional reflitam sobre a necessidade de se trabalhar, de forma articulada, os seguintes temas: relações étnico-raciais, pluralidade cultural, história, sociedade, Filosofia, linguagens e novas tecnologias digitais.

³Sancionada em 10 de março de 2008, modifica a Lei 10.639/2003 (anexo 1) que por sua vez alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ao estabelecer diretrizes e bases da educação nacional, ao tornar obrigatório a inserção da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo escolar.

⁴Compreende-se aqui o termo escola em sentido genérico, ou seja, de todo espaço de aprendizagem formal, desde as instituições de Ensino Fundamental da Educação Básica até o Ensino Superior.

2 CARÁTER MEMORIALISTA DA PESQUISA PROBLEMATIZAÇÃO/ FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Para mim, a memória sempre foi um livro, e os objetos que chamam à mente certos traços de seus anais me parecem aquelas fitas que se introduzem no livro nas páginas mais interessantes. Eles parecem ao olhar de imediato; e sem amassar os papéis, para encontrar aquele ponto do contou aquela frase que melhor te prendeu, você pode confiar nelas. Eu sempre carreguei, por longuíssimos anos, um museu de minúcias, de cabelos, de pedrinhas, de flores ressecadas, de ninharias, de anéis quebrados, de fragmentos de papel, de vasilhos e lenços de pescoço, que correspondiam a outros tantos fatos tanto levianos quanto graves ou suaves ou doloridos mas, para mim, sempre memoráveis, de minha vida.
Ippolito Nievo

No tocante à temática, esta pesquisa se estabeleceu em torno dos estudos sobre a ação discursiva do sujeito e o preconceito materializado por meio de postagens em rede. Para fins teóricos e metodológicos, este trabalho, considerou tanto o conceito concebido previamente, quanto aquele que se dissemina em rede, ou seja, de usuário para usuário, tecendo um fio ilimitado, dado a sua abrangência.

Na concepção do objeto de investigação, a temática traz em sua gênese, uma inquietação que sempre delineou a vivência na esfera particular e também na atuação docente: a discriminação sob todas as formas de manifestação e, por extensão, os danos, ainda que subjetivos, causados na vida de quem sofre ou sofreu preconceito. Nesses termos, o caráter empírico da pesquisa, que não pode ser desprezado, compõe nosso percurso metodológico.

Trazendo para esta pesquisa um caráter memorialista, recordo que precisamente no ano 2000, antes de ser sancionada a Lei Nº 10.639/2003 já mencionada anteriormente que estabeleceu as diretrizes sobre a obrigatoriedade do ensino das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras na educação escolar –, atuando em uma escola da Educação Básica na cidade de São Luís – Maranhão, sempre levei à sala de aula, abordagens acerca da questão racial, a serem trabalhadas nas aulas de Língua Portuguesa, Literaturas de Língua Portuguesa e Redação.

Em 2003, uma vez sancionada a referida lei, mantive em sala de aula os espaços de discussão sobre as temáticas de matriz africana, agora legitimados pelo currículo formal. Foi com base nesse percurso didático, até então realizado de maneira bastante empírica, que em 2005, aprofundei as discussões sobre a questão

racial, buscando metodologias mais adequadas para promover sua inserção na sala de aula, objetivando desconstruir antigos estereótipos, especialmente sobre os temas ligados ao continente africano e a influência dessa cultura na formação da identidade nacional e cultural do povo brasileiro.

A apropriação e assimilação de tal perspectiva concorreram, de forma significativa para a adequada atuação didático-pedagógica na Educação Básica, conforme as diretrizes estabelecidas para esses fins. Nesse percurso para o planejamento das atividades vinculadas ao componente curricular, sempre buscava nos gêneros textuais, como graduada na área de Letras, o mote para a discussão, reflexão, análise e crítica sobre a questão étnico racial, ainda que não enfocasse, especificamente, o preconceito ou a discriminação.

Assim, redimensionava o eixo temático com vistas às atividades de leitura e produção textual, pois acreditava que mesmo submerso, o preconceito e o racismo subjaziam em diferentes espaços e discursos, estando presentes inclusive nos livros didáticos que instrumentalizavam meu trabalho na sala de aula.

A existência desses dois aspectos, legal e pedagógico, aliados à minha experiência estética com a cultura popular brasileira e especificamente a cultura popular maranhense de matriz africana, me conduziram à materialização de um trabalho para a inserção dessa cultura na sala de aula enquanto metodologia a ser usada para a execução da Lei Nº 10.639/2003. Tal iniciativa tinha como principal objetivo a difusão da cultura afro-brasileira com base nos aspectos históricos, artísticos e culturais, aspectos esses, pouco explorados na cultura da Educação Básica.

A partir desse envolvimento, e, por extensão, dos projetos de leitura e letramento executados àquela época, inevitavelmente, surgiram uma variedade de produções tais como: relatos de experiência, feiras culturais, mesas redondas, seminários temáticos, exposições, mostras artístico-culturais, entrevistas e painéis temáticos que posteriormente constituíram a gênese de diferentes estudos, artigos e capítulos de livros sobre o tema. Recordo que durante quatro anos seguidos, organizei a Semana da Consciência Negra, em uma escola de educação básica, semanas estas, amplamente divulgadas pela imprensa e mesmo por entidades como a Fundação Palmares, instituição pública, reconhecida pelo trabalho voltado para a promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira.

Concluindo o caráter memorialista desta pesquisa; no ano de 2011, ingressei na Universidade Federal do Maranhão por meio de concurso público para a carreira de professor do magistério superior na grande área de Língua Portuguesa, e, assim, foi possível dar continuidade aos trabalhos sobre o ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileiras iniciados na Educação Básica, 11 anos antes.

Todavia, posso afirmar que guardadas as normas e regimentos que orientam a elaboração das pesquisas e projetos de extensão no Ensino Superior e, atendendo às propostas do Projeto Pedagógico do Curso bem como à estrutura curricular, foi possível organizar o projeto de pesquisa intitulado *Linguagens, cultura e identidades: diálogos interdisciplinares necessários para implementação da Lei 11.645/2008 no Currículo Escolar*⁵, assim como o I Seminário do Baixo Parnaíba: um olhar sobre a questão racial no município de São Bernardo.

Entretanto, cumpre salientar ainda que tais abordagens, agora trabalhadas no Ensino Superior, passaram a seguir a perspectiva da multiplicação, pois minha atuação enquanto docente ampliou o conceito de professora-mediadora, assumindo o caráter de professora-formadora dos futuros professores para a Educação Básica.

Em 2013, com o ingresso no Curso de Doutorado em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, decidi aprofundar as pesquisas relacionadas aos temas de matriz africana com base nos estudos sobre preconceito e linguagem. Nesse contexto, e, para atender às demandas estruturantes do referido programa, optei pelo recorte interdisciplinar que mantivesse no mesmo plano investigativo o objeto da pesquisa e o sujeito diretamente a ela vinculado.

Nessa configuração, chegamos ao estabelecimento das categorias de análise já anteriormente citadas - o preconceito e discriminação racial, racismo e discurso dos usuários de redes sociais e à segurança empírica de despertar no público de jovens estudantes hiper-conectados, o interesse pela pesquisa que acrescenta dados científicos à percepção da realidade subjetiva, bem como à forma de percepção dessa realidade, promovendo-se o desenvolvimento concreto do tripé da educação no Ensino Superior: ensino, pesquisa e extensão.

⁵ Para fins didáticos e metodológicos, poderemos eventualmente citar alguns dados específicos sobre o projeto de pesquisa, coordenado pela autora, objetivando situar a interdisciplinaridade e o ensino.

Relacionando, pois, as ideias desta tese aos domínios da Informática na Educação, chegamos à dimensão da especificidade que as pesquisas de caráter *stricto sensu* exigem. Assim, delineamos a ideia de discutir o preconceito em rede de modo mais específico, e, dessa forma, situamos a pesquisa às esferas do preconceito e do racismo manifestados nas redes sociais por meio da linguagem, *linkando* – como é próprio dos neologismos e estrangeirismos decorrentes do mundo virtual, e, por ele legitimado –, os discursos derivados de postagens e compartilhamentos que materializam o preconceito.

No entanto, os objetivos propostos na pesquisa não se limitaram exclusivamente à busca, identificação, análise e discussão de postagens com teor preconceituoso ou racista na rede mundial de computadores. Ou seja, não pretendemos permanecer apenas no campo das buscas e identificações, posto que tal procedimento esvaziaria o percurso metodológico elaborado para a produção da tese; antes, objetivamos, a partir das postagens identificadas como preconceituosas, analisar o conteúdo presente nas mensagens dos usuários das redes sociais com base na análise do discurso e dos estudos de M. Bakhtin.

Importa-nos, destacar que nos encontros com a Prof.^a Margarete Axt⁶, para orientação da presente pesquisa, foi observado e direcionado que os temas até aqui propostos fossem redimensionados para uma articulação do Ensino Superior com a Educação Básica no contexto dessa discussão. Para o cumprimento de tal orientação, optamos pela vinculação da temática inicial da pesquisa a um projeto desenvolvido na UFRGS, o projeto *Civitas: Contextos interacionais – vivências com tecnologias para aprendizagens e simulação*⁷, cujo viés é um trabalho transdisciplinar envolvendo as áreas de ética, estética e política, sobre o qual discorreremos adiante. Destacamos também, que o caráter memorialista a que nos referimos neste capítulo articula um território com sua singular dimensão cultural e discursiva, que se configura enquanto caminho para a consecução de um currículo onde o preconceito e a discriminação sejam suporte para a reflexão acerca de um

⁶ Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com atuação nos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) e em Informática na Educação (PPGIE).

⁷ Coordenado pela Profa. Dra. Margarete Axt o projeto “Civitas: Contextos interacionais – vivências com tecnologias para aprendizagens e simulação”, é uma iniciativa do Laboratório de Estudos em Linguagem, Interação e Cognição (Lelic) da Faculdade de Educação (Faced) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que busca novas propostas educativas que envolvam o uso de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) e a inovação metodológica em sala de aula para transformar o aprendizado dos alunos da Educação Básica.

processo perverso que se perpetuou na história do país e da educação brasileira, cujos resultados se materializam sejam na seleção e trabalho com os conteúdos de diferentes áreas de conhecimento, na metodologia empregada para o trabalho com tais conteúdos ou mesmo no material disponível a professores e alunos de todos os níveis e modalidades de ensino.

2.1 O Maranhão e a questão racial: breves apontamentos sobre São Bernardo do Maranhão

No estado do Maranhão, o terceiro da federação com maior população negra, e, particularmente em São Bernardo, município situado na região do Baixo Parnaíba, essa realidade não aparenta ser diferente. Ao insuficiente treinamento de docentes para discutir a temática da cultura afro-brasileira, sob suas várias dimensões, soma-se a reclamação de órgãos como prefeituras e secretarias de educação quanto às dificuldades para implementação de programas de qualificação dos docentes nesse campo de estudos e reflexão.

Assim, se por um lado, a promulgação da legislação se realizou no contexto de redemocratização social e de luta pela conquista de direitos de cidadania – neste caso, especialmente as iniciativas históricas no movimento negro –, por outro lado, ela se vincula a contextos escolares diversos, frente aos quais é impossível predizer uma recepção e aplicação homogêneas – pelo menos não da maneira como foram prescritas.

Levantamentos preliminares realizados no bojo de atividades teórico-práticas realizadas pelos professores têm demonstrado o quanto a discussão sobre a História da Cultura Africana, Afro-brasileira e indígena precisam avançar no Estado do Maranhão e de modo precípua, no município de São Bernardo, tomado como o lócus onde esta investigação está sendo aplicada. Tal situação tem permitido e alimentado a reprodução de diversos preconceitos e estereótipos sobre essas diferentes heranças culturais.

Além disso, as iniciativas para tratamento desse legado raramente tem ultrapassado o nível da ‘refolclorização’ e da ‘estereotipação’ cultural, havendo, mesmo neste caso, uma pluralidade dos métodos e das formas de abordagem sobre tais componentes, nos contextos escolares em pauta. De fato, já é de conhecimento

que as relações estabelecidas entre a prática da lei, políticas afirmativas e inclusão educacional conformam padrões próprios conforme os diferentes contextos.

É desse ângulo ainda que se pode justificar o interesse em discutir essa temática a partir de um estudo focado em um contexto histórico, social e humanos específico, como é o caso do município de São Bernardo - MA, situado na mesorregião do Leste Maranhense, microrregião do Baixo Parnaíba. Segundo a classificação do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), essa mesorregião é composta por 44 municípios, constituindo uma área de 70.606, 230 km² e cuja população é de 1.248,451 habitantes. Conforme aponta Maristela de Paula Andrade (2008), a região vulgarmente denominada de “Baixo Parnaíba” constitui uma área limítrofe com o estado do Piauí e conta com a presença de solos, clima, flora e fauna característicos do bioma cerrado, apresentando formações florestais classificadas localmente como *chapadas*, *carrasco*, *baixão*, *capão*.

De acordo com Vaz (2016), historicamente, o município de São Bernardo teve início no seu processo de povoamento mediante as primeiras investidas no território, que se processaram por meio dos padres jesuítas que no ano de 1700 ali chegaram, para catequizar os índios. Primeiramente o Distrito foi criado como Bernardo do Parnaíba, pela Lei Provincial Nº 121, de 04-10-1841, subordinado ao município de Caxias. Posteriormente, foi elevado à categoria de Vila com o nome de São Bernardo do Parnaíba, pela Lei Provincial Nº 550, de 30-07-1859, desmembrado de Caxias. Àquela época a referida Vila recebeu esse nome em homenagem ao abade de Claraval – São Bernardo – canonizado em 1174 e Doutor da Igreja em 1830.

Na divisão administrativa referente ao ano de 1933, Vaz (2016) preconiza que São Bernardo figura como distrito no município de Brejo. Elevado novamente à categoria de município com a denominação atual, pela Lei Estadual Nº 875, em 15-07-1935, desmembrado de Brejo. Conta com 1.007 km² e 26.615 habitantes (PROEN, 2010). Resumidamente, trata-se de uma região marcada pela forte presença indígena, pelas comunidades rurais negras e que no plano econômico situa-se numa região de intensificação dos conflitos latifundiários entre famílias camponesas e o processo de implementação/expansão da agricultura da soja promovida pelos chamados “Gaúchos”. (VAZ, 2016).

De acordo com o Censo de 2009, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de São Bernardo, aferido a partir da Prova Brasil e do

Censo Escolar, é igual a 3,0 para os anos finais do Ensino Fundamental. De acordo com dados do IDE/ 2008 existem no ensino regular dos anos finais do Ensino Fundamental: 74 docentes com licenciatura; cinco docentes com bacharelado; sete docentes com Ensino Médio e 33 docentes com Ensino Médio com Formação para o Magistério, totalizando 119 docentes que atuam nesse nível de ensino.

Quanto ao número de estabelecimentos de ensino da rede municipal de São Bernardo existem sete estabelecimentos de Ensino Fundamental na área urbana e 48 na área rural, totalizando 55 estabelecimentos de Ensino Fundamental no município. Enfim, é nesse contexto educativo que pretendemos investigar e socializar algumas reflexões sobre as práticas docentes e educacionais que tem pautado a discussão pública sobre história e cultura afro-brasileira.

A realidade da região é marcada pela carência de professores para atender à Educação Básica, particularmente a da rede pública. Sua situação se enquadra na problemática que tem emergido no espaço público quanto à drástica redução do número de interessados em seguir a carreira docente, sobretudo frente ao processo de proletarização da profissão e à inexistência de condições mínimas para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico de qualidade. Essa deficiência tem gerado uma situação na qual diversos indivíduos têm atuado na Educação Básica sem a devida formação. Conforme dados oficiais, cerca de 230 mil sujeitos, segundo levantamento do Ministério da Educação e Cultura (MEC). (PROEN, 2010)

Podemos incluir nessa esfera que, alinhando-se às iniciativas do MEC, a Universidade Federal do Maranhão, por exemplo, tem tentado responder à essa demanda através do Programa de Ações Articuladas para a Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR (PROFEBPAR no Maranhão). Este programa de interiorização consiste no planejamento plurianual da política de educação de Estados e Municípios para o período de 2008 a 2011, em nível de formação.

Inserem-se também, os estudantes universitários, bolsistas do PIBID⁸, professores e estudantes da escola de educação básica Instituto Educacional Conego Nestor Carvalho Cunha, localizado no centro da cidade de São Bernardo, assim como a CE Débora Correia Lima, escola pública da zona rural do

⁸ PIBID – Programa de Iniciação à docência é uma iniciativa do Governo Federal cujo objetivo é apoiar ações de iniciação à docência. Oportuniza bolsas para alunos de graduação e professores das escolas onde os mesmos vão atuar.

município. Enfatizamos que a CE Débora Correia Lima foi a escola onde inicialmente se desenvolveu o Projeto de Vidas⁹.

A articulação e parceria estabelecidas com as duas escolas citadas foi fundamental para a consecução do trabalho que ensejou a pesquisa ora apresentada em seus resultados. Chamamos a atenção para o fato que o Instituto Educacional Conego Nestor Carvalho Cunha estava diretamente articulado ao PIBID, haja vista termos elencado tal escola enquanto espaço para o trabalho desenvolvido via PIBID/MEC, enquanto que a CE Débora Correia Lima fez parte do projeto enquanto escola “adotada”, haja vista termos sido procurados pelo seu gestor, que colocou a necessidade de se realizar um trabalho que buscasse dinamizar aquele espaço escolar, marcado por carência de formação docente e baixo índice de rendimentos de um grupo de aproximadamente 46 estudantes dos anos finais do ensino fundamental.

Tal cenário apresentou as condições para a atuação do Projeto *Civitas* e do PIBID/Projeto de Vidas, enfatizando-se que o ‘virtual’, neste caso, foi a invenção de uma escola onde os aparatos tecnológicos fossem uma realidade próxima dos educandos, o que era díspar da realidade da comunidade escolar, especialmente a do povoado Coqueiro.

As turmas escolhidas foram as de sexto e sétimo anos, as quais apresentavam um índice bastante alto de defasagem ano/idade escolar. A aplicabilidade das atividades, que consistiram em formação de professores e reforço para os estudantes em defasagem ou com grande índice de dificuldade de aprendizagem, ocorreram no período de 2014 a 2016, estendendo-se com previsão para continuidade até o ano de 2017, sendo estabelecida parceria com a Secretaria Municipal de Educação que elencou o Instituto Educacional Conego Nestor Carvalho Cunha enquanto espaço para a formação docente, que ocorre presencialmente, aos sábados. O reforço e acompanhamentos dos estudantes ocorrem em turmas formadas no contra turno, agregando os estudantes da chamada correção de fluxo.

⁹ O “Projetos de Vidas” acontece em parceria com o Ministério da Educação e Cultura, municípios e a Universidade Federal do Maranhão.

3 PROBLEMATIZAÇÃO/ FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Os sistemas de processamento da informação efetuam a mediação prática de nossas interações com o universo. Tanto óculos como espetáculo, nova pele que rege nossas relações com o ambiente, a vasta rede de processamento e circulação da informação que brota e se ramifica a cada dia esboça pouco a pouco a figura de um real sem precedente. É essa a dimensão transcendental da informática.

Pierre Lévy

A dimensão transcendental apontada por Lévy (1998) na epígrafe que apresenta esta seção chama a atenção para o fato que, nos dias atuais, as maneiras como os sujeitos vivem e se relacionam fizeram com que surgissem diferentes modos de ver e conceber a vida, emergindo termos que antes sequer eram imaginados para se relacionar e problematizar a vida do homem, tais como o mundo e espaço virtuais. Convém assim, considerar que na contemporaneidade, as pessoas se relacionam em uma esfera que vai para além dos espaços onde se estabelecem relações físicas e a convivência com outros indivíduos. Este espaço quase intangível, que existe em um mundo paralelo, se comparado ao mundo material, possibilita que as pessoas interajam e ao mesmo tempo, disseminem seus pensamentos e atitudes.

Assim, inseridos em uma esfera discursiva de permanente conexão com o mundo virtual de uma sociedade cada vez mais fluída e largamente globalizada, os sujeitos denominados *usuários das redes sociais* são “levados a” corresponder às expectativas estabelecidas por uma cultura hiper-conectada e supostamente bem informada. Quando consideramos que no mundo virtual são publicadas diariamente uma infinidade de informações, muitas delas imprecisas, inverídicas e inacabadas, entendemos que esse sujeito ‘hiper-conectado’, está, na verdade, supostamente ‘bem informado’, ou seja, o acesso a informações dúbias, tomadas como verdades o coloca em uma posição de reprodução de ideias e saberes quase sempre questionáveis.

Nessa compreensão, estar conectado não significa estar bem informado, o que concorre para que se chame a atenção para o papel da educação e necessidade desta estar continuamente, a dialogar com os elementos que passam a compor o cotidiano das pessoas, enfatizando-se neste contexto, as novas tecnologias.

Considerando, pois, tal configuração, o espaço escolar e também o espaço familiar precisam estar articulados ao novo que, na atualidade, se materializa entre outros, pelos diferentes aspectos que compõem o mundo virtual, entre estes os aparatos tecnológicos. Considerando os aspectos discutidos neste trabalho, enfatizamos que o território para a formação do sujeito, de modo mais específico, a escola, com suas limitações e carências (materiais e de formação de professores) não podem competir com o mundo virtual, que traz em seu bojo as redes sociais, que atualmente fazem parte da realidade de um contingente significativo de sujeitos, especialmente no que diz respeito à rápida publicação de novos aplicativos, informações e dispositivos que estão, a todo o momento, sendo criados e/ou reinventados com vistas à formação e consolidação da identidade dos usuários das redes.

Consideramos, assim, que no processo de conexão entre os sujeitos e os diferentes dispositivos tecnológicos, a rede mundial de computadores é um dos elementos essenciais para a investigação das relações que colocam o próprio usuário como objeto e sujeito fomentador de preconceito e discriminação, quando da divulgação de imagens e/ou mensagens de cunho pejorativo às identidades compartilhadas no espaço virtual.

O preconceito sempre se evidenciou em distintos lugares, épocas e culturas e no tocante ao Brasil, considerado uma espécie de ‘paraíso étnico-racial’, haja vista a formação do povo brasileiro ter servido, por muito tempo, como argumento para sustentar o ideal de democracia racial, atribuída a Gilberto Freyre (1966)¹⁰, que usa o termo “democracia étnica”.

Tal ideal faz referência às relações sociais entre brancos e negros e, enquanto argumento, defende a ideia de que por sermos frutos de um processo de miscigenação étnico-racial, o preconceito inexistiria ou seria menos contundente. Tal pensamento além de veementemente combatido, vem se mostrando falacioso, haja vista o preconceito e a discriminação racial mostrarem suas faces, desde piadinhas cotidianas sobre negros, loiras, judeus¹¹, entre outros, até os posts das redes

¹⁰ Escritor e cientista social pernambucano, cuja obra é considerada relevante ao analisar o papel da mestiçagem na formação do Brasil.

¹¹ Inseriram-se loiras e judeus para se enfatizar que o preconceito racial ou de tipo, como é o caso das loiras, ou mesmo religioso como o caso de judeus se fazem presentes no seio de uma sociedade que se diz não preconceituosa.

sociais, livros didáticos, ou a discriminação que muitas vezes, se materializa na escola por meio do *bullying*, em atitudes de flagrante desrespeito com as diferenças.

Também a ideologia do embranquecimento reforça uma alienação que foi se disseminando no imaginário de grande parte da população brasileira, o que prejudica, inclusive, a construção das identidades, pois dificilmente uma identidade negra ou afrodescendente será construída quando se conhece de forma implícita ou explícita o jugo do preconceito. O antropólogo e professor Munanga, (2012, p. 37), quando explicita as tentativas de assimilação dos valores culturais do homem branco pelo negro, estabelece que, “no cotidiano, o negro vai enfrentar o seu inverso, forjado e imposto”. E esclarece:

Na sua totalidade, a elite negra alimentava um sonho: assemelhar-se tanto quanto possível ao branco para, na sequência, reclamar dele o reconhecimento de fato e de direito. Como tornar real essa semelhança a não ser através da troca de pele? Ora, para chegar a isso, pressupunha-se a admiração da cor do outro, o amor ao branco, a aceitação da colonização e a autorrecusa. E os dois componentes dessa tentativa de libertação estão estritamente ligados: subjacente ao amor pelo colonizador, há um complexo de sentimentos que vão da vergonha ao ódio a si. (MUNANGA, 2012, p. 37).

Consideramos assim, que a ideologia do embranquecimento, tal como apontada por Munanga (2012), esclarece a persistência do quadro sobre as sequelas deixadas pela colonização. Compreendemos também, que o preconceito para além de manifestar-se no próprio negro – a autorrecusa do negro por sua etnia ou ancestralidade –, ele pode também insinuar-se de forma velada, o que é próprio das atitudes censuráveis pela sociedade, ou ainda apresentar-se de forma ambígua, ou, como anteriormente mencionado, em caráter lúdico – procedente de anedotas, ou piadas que servem unicamente para estereotipar ou segregar o(a) negro(a), colocando-o em uma posição de ridicularização e/ou inferioridade.

Para Telles (2004, p. 67), no Brasil, ainda perdura um sentimento de que não existe preconceito, ou quando este se manifesta são casos isolados, o que faz com que se tenha a falsa impressão de que, em termos de democracia racial, somos superiores a outros países, conforme se observa em:

[...] a democracia racial continua a ser um sonho para o futuro do Brasil. Muitos brasileiros parecem ainda acreditar que elementos de democracia racial estão no núcleo dos valores nacionais. Parece persistir uma noção de que as relações humanas no Brasil, em algum nível, são superiores àquelas de países segregados, especialmente a referência permanente do Brasil, os

Estados Unidos. Em especial, o valor dado à mistura racial, que sustentou os fundamentos da democracia racial por tanto tempo, continuam a ser valorizados pelos brasileiros. Infelizmente, uma ideologia de branqueamento que deriva de um estágio anterior do pensamento racial brasileiro ainda orienta as crenças populares. (TELLES, 2004, p. 67).

Tal sentimento faz com que manifestações de preconceito racial ou mesmo racismo, muitas vezes, passe despercebido e se mostre em piadas e gracejos. Assim sendo, manifestado em discurso anedótico, o preconceito causa confusão em sua materialização, pois quando evidente, permite uma postura crítico-discursiva ou ainda providências coercitivas no sentido de combatê-lo, mesmo que nem sempre isto seja possível. Ao se evidenciar de forma camuflada impossibilita uma reação, sendo muitas vezes, muito mais danoso e perverso.

Quando o preconceito racial se apresenta por meio do texto verbal, em uma rede social, por exemplo, vem impregnado de sentidos produzidos a partir do discurso, podendo evidenciar a constituição de mecanismos que dão forma à expressão do preconceito.

Ao propormos a análise deste modo de expressão do preconceito articulado ao processo de formação discursiva, elaboramos como problema desta pesquisa o seguinte questionamento: **Como o preconceito manifestado por meio da linguagem nas redes sociais, de modo mais específico, na rede social denominada Facebook, pode ser trabalhado nos contextos formais de educação, em um movimento que aproxime os espaços informais e formais¹² de aprendizagens (EIFAS) das instituições escolares, de forma articulada à educação para as relações étnico raciais?**

3.1 Questões e objetivos norteadores da pesquisa

Atualmente, apesar dos inúmeros questionamentos acerca da formação ideológica e discursiva do sujeito e da atitude ética no uso dos novos dispositivos eletrônicos e digitais disponíveis e irrestritos para todas as camadas sociais, não há, entretanto, um esgotamento dessas reflexões, análises e críticas na busca por uma adequação aos modos assertivos para o uso de tais dispositivos.

¹² Consideramos a escola em sua acepção geral enquanto espaço formal de educação. No que tange aos espaços informais, partimos da compreensão de que a aprendizagem se dá para além da escola, ou seja, em situações e espaços que fazem parte da vida cotidiana, espontaneamente, entre estes nos ambientes onde ocorre a interação em rede, ou seja, no ciberespaço. Gohn (2005, 2006).

Nessa acepção, compreendemos formação ideológica conforme aponta Fiorin (2007, p. 32), ou seja, “como a visão de mundo de uma determinada classe social, isto é, um conjunto de representações, de ideias que revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo”. Assim, nesta concepção, linguagem e ideologia possuem uma relação simbiótica, que na formação ideológica diz respeito ao conhecimento de mundo que subjaz a cada sujeito, conhecimento esse que se correlaciona com a linguagem, pois é através desta que os sujeitos dizem de si e do mundo a sua volta, reagindo linguisticamente aos fatos e situações de vida, reinventando-se continuamente por meio do discurso.

A formação ideológica é constituída pelo discurso. Por essa razão, entendemos que, para o linguista, toda formação ideológica pressupõe uma formação discursiva, esta última compreendida como “um conjunto de temas e figuras que materializa uma dada visão de mundo”. (FIORIN, 2007, p. 32). Deste modo, a forma como cada sujeito concebe o mundo possui relação com as experiências por ele vivenciadas ao longo da vida e que irão influenciar sua postura e posicionamento em face de novas e diferentes situações, as quais serão de um modo, ou de outro, externadas, seja pela ação discursiva, seja pelo silenciamento, não havendo, portanto, uma isenção.

É precisamente com base nas perspectivas até aqui elencadas que objetivou-se a orientação de nossa tese. Assim, estabelecemos para fins didáticos e investigativos, algumas questões delineadas, tanto do ponto de vista da pesquisa bibliográfica, quanto da vivência e do engajamento docente com as temáticas pertinentes ao processo ensino aprendizagem em uma perspectiva permanentemente repleta de significados.

Assim, em linhas específicas, nosso trabalho foi norteado pelas seguintes questões: [1] De que forma o preconceito se manifesta nos espaços informais e formais de aprendizagens (EIFAS)? [2] Que processos de produção de sentido configuram as relações de significação do preconceito e discriminação racial manifestado em contextos sociais e enunciativos específicos? [3] Como os gêneros discursivos, que materializam o preconceito, se manifestam a partir do jogo de palavras presentes no discurso dos usuários das redes sociais? [4] De que forma os gêneros digitais podem ser trabalhados nos espaços formais e informais, de forma articulada ao que preconiza a Lei nº 11.645/08?

No que concerne aos objetivos da pesquisa realizada definiu-se como objetivo geral investigar, em uma perspectiva interdisciplinar, a manifestação do preconceito e da discriminação, evidenciados a partir de contextos enunciativos, em espaços formais e informais de aprendizagens EIFAS, considerando a interdisciplinaridade, o multiculturalismo e o que preconiza a Lei Nº 11.645/2008.

Em relação aos os objetivos específicos buscou-se identificar com base na análise do discurso, os processos de produção de sentidos nos enunciados que configuram a significação do preconceito manifestado pelos indivíduos ou grupos de indivíduos em contextos sociais e enunciativos específicos; discutir de que forma os contextos enunciativos e os mecanismos linguísticos presentes nas postagens dos usuários das redes sociais dialogam entre si; refletir, sobre o preconceito e a discriminação nos espaços formais e informais de aprendizagens, EIFAS, com base na legislação sobre a inserção dos estudos culturais de matriz africana e a consequente influência desses discursos virtuais na disseminação e/ou no combate ao preconceito e à discriminação racial; descrever a importância do trabalho com os gêneros digitais, em espaços formais e informais, de forma articulada ao que preconiza a Lei nº 11.645/08.

4 BUSCANDO SENTIDOS EM GÊNEROS DIGITAIS

A linguagem é uma pele: esfrego minha linguagem no outro. É como se eu tivesse palavras ao invés de dedos. Ou dedos nas pontas das palavras. Minha linguagem treme de desejo. A emoção vem de um duplo contato; de um lado, toda uma atividade de discurso vem, discretamente, indiretamente, colocar em evidência um significado único que é “eu te desejo”, e liberá-lo, alimentá-lo, ramificá-lo, fazê-lo explodir (a linguagem goza ao tocar a si mesma); por outro lado, envolvo o outro nas minhas palavras, eu o acaricio, o roço, me esforço em fazer durar o comentário ao qual submeto a relação.

Roland Barthes.

A linguagem faz com que os sujeitos toquem um ao outro, em uma perspectiva tátil. Essa concepção, evidenciada pelo pensamento de Barthes (1991), ilustra a tessitura deste estado da arte, pois, a todo o momento e, por meio da linguagem, tocamos e somos tocados pelo ‘outro’, tanto do ponto de vista de uma distância que demarca o real e o virtual, quanto pelo significado da nossa concepção desse ‘outro’ como possibilidade de conhecermos a ele e a nós mesmos. Assim, concebemos que existem modos distintos de estabelecermos uma relação com outras pessoas, seja pelo toque físico, seja pela linguagem, não podendo desconsiderar que enquanto humanos dotados de vontades e emoções é premente nosso desejo de tocar e ser tocado através do discurso, portanto.

No que se refere ao conceito de linguagem, por mais recorrente que possa parecer, esta se apresenta como a essência da comunicação. Entretanto, reduzir a língua a um mero meio de comunicação, é, todavia, limitá-la em sua especificidade, qual seja, a linguagem articulada a todas as outras formas de comunicação entre os indivíduos. Tal pensamento se coaduna com os estudos de Bakhtin (2003), autor que norteará nossa pesquisa no que concerne à linguagem em sua ação discursiva.

É por meio da linguagem que as pessoas estabelecem relações, impingindo significados tanto a si quanto ao meio em que vivem. Nesta perspectiva, a linguagem constitui-se também, enquanto expressão da forma de ação e de confronto ideológico entre os sujeitos e o meio social, haja vista ao enunciarem, os sujeitos, demarcam sua posição em relação ao mundo e os outros indivíduos. (PECHÊUX, 1997). Não se trata aqui do diálogo de alternância entre o eu e o tu, de forma singular, mas de um processo dialógico, onde ao verbalizar, o sujeito diz tanto de si quanto do outro, pois, segundo Barros (2013), a teoria bakhtiniana considera que o sujeito está em constante processo de construção, processo esse que tem

como base a linguagem e que ocorre por meio da autoria coletiva. Nesta perspectiva, para Bakhtin (2003), a língua deixa de ser vista como sistema abstrato para ser concebida como um sistema que demarca o social, o histórico e o ideológico.

Buscando situar nossa discussão, cabe ressaltar que, historicamente, até o início do século XX, a Linguística tradicional considerava a língua como a efetivação objetiva da realidade. (SCHARF, 2015). Nesse contexto teórico, mais precisamente em 1919, Mikhail Bakhtin (1895 - 1975) fundou um núcleo multidisciplinar de estudos que desenvolvia pesquisas no levantamento das questões mais relevantes para a grande área das Ciências Humanas e Sociais. Nessa acepção, os conceitos sobre a língua, e, por extensão, sobre a linguagem, foram redimensionados e concebidos para além dos objetos da Linguística e passaram a ser considerados como parte da realidade intrínseca à própria natureza humana.

A atualização da temática ora proposta nos conduz ao Círculo de Bakhtin¹³ que produziu intensa gama de estudos voltados para esse tema entre os anos de 1920 e 1929. Na década de 60, Bakhtin, o filólogo russo fundador da teoria polifônica e que alcançara notoriedade na Europa, passou a ser conhecido também nas Américas. (SCHARF, 2015). Vale destacar que foi também nos anos 60 que a análise do discurso se constituiu enquanto área de conhecimento, estabelecendo relações disciplinares com a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise, “que são ao mesmo tempo uma ruptura com o século XIX” conforme esclarece Orlandi (2012, p. 19).

Desse modo, se a Análise do Discurso é herdeira das três regiões de conhecimento – Psicanálise, Linguística e Marxismo - não o é de modo servil e trabalha uma noção - a de discurso - que não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele. (ORLANDI, 2012. p. 20).

Concisamente, os pressupostos teóricos desenvolvidos por Bakhtin foram essenciais para a apreensão de ideias que preconizaram que a produção dos

¹³ Mikhail Bakhtin foi o líder intelectual de estudos científicos e filosóficos desenvolvidos por um grupo de estudiosos russos, que ficou conhecido como Círculo de Bakhtin.

sentidos dos discursos na esfera cotidiana, dizem respeito àqueles que se relacionam diretamente com a situação em que são produzidos, identificando-se neles, mais facilmente, a natureza social da linguagem. Interessa, aqui, enfatizarmos que segundo os aportes teóricos abordados por Bakhtin (1999; 2003), a linguagem é considerada uma prática social que se materializa cotidianamente a partir das experiências das relações dialógicas entre os sujeitos falantes de determinada comunidade linguística. Tais premissas foram firmadas, graças à pesquisa de Bakhtin que dedicou parte de sua vida ao estabelecimento de elementos, conceitos e categorias de pesquisa e análise da linguagem com base em discursos coloquiais, filosóficos, artísticos, científicos e outros. (SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2010).

Foi com base nessas propostas que no século XX brotaram diversas acepções acerca da linguagem humana, conforme os modos de se estabelecerem categorias de análises e pesquisas. Dessa constituição decorrem compreensões das mais diversas, a exemplo disso temos: o estruturalismo que investiga a língua a partir de sua estrutura ou sistema; o gerativismo que coloca a linguagem como objeto cognitivo; também, a sociolinguística que se ocupa da língua enquanto objeto social e, ainda, a pragmática que situa seus estudos na língua enquanto objeto de uso nas interações humanas (DUCROT, 2005).

Chegamos assim, à compreensão de que o sujeito, ao enunciar um discurso, inevitavelmente, professa modos de viver em uma dada realidade social e histórica, demonstrando que este ocupa determinada posição no âmbito das relações sociais já estabelecidas. Esse esquema de representação é considerado por Bourdieu (2010) como uma forma de classificar a si e aos demais, através de um jogo de poder e, amiúde, implica na colocação de uns em uma posição supostamente superior a outros, ou seja, a enunciação denota o lugar de onde fala o sujeito, o que este diz, suas concepções de vida, juízos, valores e formação discursiva.

Ou seja, “a posição social adequadamente definida é a melhor previsão das práticas e das representações”. (BOURDIEU, 2010, p. 157). Nesse sentido, considera-se, para tanto, que, ao se pronunciar, o indivíduo diz mais de si do que daquele/daquela de quem fala numa relação de medições projetivas. Assim, segundo Bourdieu (2010, p. 70):

Tratando-se de objetos tão sobrecarregados de paixões, de emoções, de interesses quanto às coisas sociais, os discursos mais “claros”, isto é, os mais simples, são certamente os que têm maiores chances de ser mal compreendidos, porque funcionam como testes projetivos onde cada um leva seus preconceitos, suas prenoções, seus fantasmas. Se admitirmos que, para sermos compreendidos, é preciso nos empenhar para empregar palavras de tal maneira que elas não digam outra coisa senão o que se quis dizer, percebe-se que a melhor maneira de falar claramente consiste em falar de modo complicado, para tentar transmitir ao mesmo tempo o que se diz e a relação que se mantém como o que se diz, e evitar dizer à revelia mais coisas e coisas diferentes daquilo que se acreditou dizer.

Essa enunciação carregada de intencionalidades ou ‘paixões’ ocupa um lugar privilegiado no contexto das relações sociais, pois quem fala, acaba por construir e determinar as relações entre os diferentes sujeitos. Verifica-se assim, que à língua, subjaz uma historicidade que necessita ser considerada, haja vista ser inegável sua transformação ao longo do tempo, cabendo, pois, considerar sua natureza mutável quanto ao fato desta somente se realizar a partir da interação entre seus usuários em uma relação permanente de testes projetivos onde cada falante tem um papel discursivo a desempenhar.

Dentro dessa configuração, e considerando tal natureza mutável, Possenti (1997, p. 176), observou que “Na língua o sentido não é apenas a contraparte do significante, ele é um efeito do aparecimento do significante em condições dadas”. Ou seja, para dar sentido a um texto ou de modo mais específico à própria enunciação é necessário que no processo de comunicação, locutor e interlocutor tenham como ponto comum o espaço social onde dialogam. (Bakhtin, 2003).

Consideramos então, que para idem Possenti (1997), as formações discursivas determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma determinada conjuntura, considerando-se assim, o discurso como fenômeno social, onde se inserem segundo Foucault (1995) uma rede de enunciados que possibilita uma dada significação.

Para Orlandi (1996) todo discurso possui suas normas, estando inscrito em formações discursivas de diferentes ordens e que dizem respeito ao que preconiza Trombetta (2008), ou seja, “[...] a instituições com coerções ideologicamente marcadas e submetidas à história”, cabendo nessa acepção de história, concebê-la do ponto de vista antropológico, tal qual aponta Foucault (1995), que a situa no interior do discurso em um dado tempo e espaço onde interagem diferentes sujeitos.

Nessa acepção, evidencia-se que o conceito de formação discursiva, embora determine ao sujeito 'o que dizer' é considerado elementar na análise do discurso, uma vez que "permite compreender o processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso". (ORLANDI, 2012, p. 43), ou seja, ao diálogo entre diferentes sujeitos, o sentido se evidencia tendo como base a posição enunciativa que cada enunciador adotará com base em uma memória que vai sendo construída ao longo da existência e da qual cada sujeito lança mão, de acordo com a situação enunciativa.

Entendemos também, que tais regularidades, no funcionamento dos discursos, estão atreladas à aceitação definitiva e notória da pluralidade cultural que caracteriza a modernidade tardia e que se manifesta, de forma decisiva e às vezes invasiva nos espaços sociais onde ocorrem trocas de experiências, como as redes sociais, por exemplo. Entretanto, observa-se que a concretização e a vivência entre tais pluralidades, amiúde, originam conflitos associados à formação do discurso e ao modo como o falante se coloca na relação dialógica. Para Fiorin (2007, p. 32), "assim como uma formação ideológica impõe o que pensar, uma formação discursiva determina o que dizer".

Torna-se, pois, imprescindível identificar e aceitar a concepção cultural do indivíduo, compreender a sua organização ideológica, bem como as singularidades que demarcam sua formação discursiva. Nesse sentido, é imprescindível lembrar que "há, numa formação social, tantas formações discursivas quantas forem as formações ideológicas. (FIORIN, 2007, p. 32). Ou seja, não podemos esquecer que, assim como a ideologia dominante está vinculada à classe dominante, o discurso dominante, estará, também, atrelado à classe dominante, podendo ser e, muitas vezes, sendo utilizado para subjugar o outro ou demarcar posições ao selecionar um determinado enunciado.

As pessoas, na comunicação verbal ativa, selecionam as palavras segundo as especificidades do gênero de que participam, ou seja, determinados tipos de enunciados são gerados por uma determinada função – científica, técnica, oficial, cotidiana, artística entre outras – e por determinadas condições de comunicação, específicas de cada campo, conforme assevera Bakhtin (2003).

Na esteira dos debates sobre os gêneros discursivos concebidos aqui como ações orientadas principalmente para os aspectos sociais das comunidades,

podemos inferir que é inevitável a confluência de interesses e valores de um grupo em particular e a identificação de um suposto reforço às regras sociais estabelecidas pelos usuários de uma dada língua, em um contexto enunciativo específico, pois, como afirma Seidel (2016) e Elichirigoity (2008) no âmbito da atividade humana as inúmeras possibilidades fazem com que os sujeitos produzam enunciados, no contexto de um inesgotável repertório de gêneros discursivos.

Assim, conforme observamos em Bakhtin (2003), as relações entre escritores e leitores, entre quem enuncia e o receptor de tal enunciação, se concretizam na relação dialógica, se amplificando ao atingir todos que a ela tiverem acesso, colocando assim, a linguagem enquanto dialógica e fenômeno de interação social, cujo objetivo é a comunicação. (BRASIL, 1998).

Tal relação se dá a partir do momento em que esta se materializa pela linguagem, pois, independentemente do discurso ser direcionado ou não a um interlocutor específico, a expressão do pensamento, por ela mesma condicionado, se estabelece no plano da ideologia. Considerando tais reflexões e o campo desta pesquisa, passamos a indagar como estes gêneros são constituídos na interface com a produção digital, considerando o surgimento do gênero digital, o qual, a partir da popularização dos artefatos tecnológicos, deve ser considerado pela escola, haja vista a todo momento, como consequência da popularização das tecnologias, os sujeitos estarem continuamente interligados em rede.

4.1 Dos gêneros digitais

No plano da comunicação humana, locutor e interlocutor ao mesmo tempo em que dialogam, enunciam e refletem aspectos que compõem suas identidades. Desse modo, no que concerne à ação discursiva no contexto das redes sociais, especificamente quando da elaboração desta pesquisa, do *Facebook*, os sujeitos acabam por assimilar os valores do ambiente social ao qual estão inseridos.

Tais valores se disseminam por diferentes espaços, especialmente a partir do advento da *internet* e da popularização de seu uso, bem como do uso de recursos e/ou aparatos tecnológicos, o que se potencializou nos últimos anos, atingindo diversos campos da organização e da vida cultural e social na contemporaneidade. Para Hall (2006), teórico da modernidade que contribuiu com

diversas pesquisas voltadas para as perspectivas dos estudos culturais, conforme se observa em:

“[...] não deve nos surpreender que as lutas pelo poder sejam, crescentemente, simbólicas e discursivas, ao invés de tomar, simplesmente, uma forma física e compulsiva, e que as próprias políticas assumem progressivamente a feição de uma política cultural”. (HALL, 2006, p. 97).

Observamos assim, que a popularização dos recursos tecnológicos e a facilidade de acesso à *internet* tem mudado significativamente a forma de interação e convivência social entre os indivíduos, produzindo mudanças relevantes na sociedade. A partir dessa nova configuração, tal popularização fez com que grande parte da população buscasse uma forma diferente de comunicar-se, o que ocorre por meio do acesso diário à *internet*.

Compreendemos que a rede mundial de computadores possibilita, a seus usuários permanentes, o acesso a diversos conteúdos. Esses recursos de acesso e a contínua mudança de percepções acerca de determinado fenômeno, vão desde publicações sobre novos paradigmas recém-descobertos pela ciência, até conteúdos subjetivos de caráter a/ímoral, que não obstante a presença de discursos coercivos, cultivam um público assumidamente subversivo e questionador dos chamados freios sociais; pois, muitos, independentemente da existência de uma ética que permeia as relações sociais, além de desejarem expor (e expõem) determinados pensamentos denotadamente preconceituosos e/ou racistas, questionam a essa ética que coloca tais expressões no patamar do que não deve ser verbalizado.

Entretanto, é na materialização das relações singulares entre diferentes sujeitos, nas comunicações virtuais, que se estabelece o predomínio de acessos à *internet*. Nesse sentido, concebidas no contexto da era digital, como meio de interação e comunicação entre os indivíduos, as redes sociais diminuíram as fronteiras dialógicas, subverteram a coerência da distância geográfica entre pessoas, aproximaram os sujeitos e possibilitaram o compartilhamento de conhecimentos, mensagens, ideias, imagens e discursos em uma das formas mais empregadas para trocas sociais e pluralismo cultural. Compreendemos assim, que essas relações denominam e caracterizam o que chamamos coloquialmente de ‘pós-modernidade’, considerada neste trabalho como a era da tecnologia, do multiculturalismo e da pluralidade cultural; um momento de as pessoas refletirem

acerca de si mesmas e seus papéis no mundo em que vivem; do diálogo que não mais busca o significado no dito, mas no que o outro apreende desse dito. (GONÇALVES, 2006).

Tal proximidade promovida por meio das relações que se estabelecem no *ciberespaço* fez com que as pessoas assumissem um discurso cada vez mais subjetivo, levando a publicar mais sobre si mesmas e também sobre as outras, em um processo contínuo de interação, leitura e interpretação que refletem não somente no campo virtual, mas, conseqüentemente, nas relações concretas e legitimadas pela presença dos indivíduos fora do plano virtual. Quando Lévy (1999) discorre acerca da comunicação que se estabelece no *ciberespaço*, afirma que:

Assim como a correspondência entre indivíduos fizera surgir o “verdadeiro” uso do correio, o movimento social que acabo de mencionar inventa provavelmente o “verdadeiro” uso da rede telefônica e do computador pessoal: o ciberespaço como prática de comunicação interativa, recíproca, comunitária e intercomunitária, o ciberespaço como horizonte de um mundo virtual vivo, heterogêneo e intotalizável no qual cada ser humano pode participar e contribuir. (LÉVY, 1999, p. 128).

Assim, compreendemos que é esse ambiente ‘intercomunitário’ e ‘intotalizável’, conforme preceitua o autor, que permite ao indivíduo possibilidades intermináveis de materialização do mundo real, quer sejam verbais ou não verbais. É um universo virtual, dilatado e imbricado por heterogeneidades múltiplas, promotoras da comunicação célere entre as comunidades virtuais. Comunicação essa que nem sempre leva em consideração a formação ideológica do outro, pois relaciona-se exclusivamente no plano discursivo.

Verificamos assim, que a *internet* possui diferentes funções, entre elas, a comunicação em larga escala, pois a partir de seu aparecimento se estabeleceu deste então, uma nova ordem na comunicação entre as pessoas, comunicação esta que é, ao mesmo tempo, dinâmica e interativa, a ponto de buscar um código próprio para tocar o outro, código este que extrapola o verbal, como é o caso dos usos de emojis¹⁴ e uma forma peculiar de se comunicar, usando abreviaturas, entre outros códigos.

Assim, essa comunicação pode assumir diversas multiplicidades, pois ao mesmo tempo é dinâmica e interativa, a ponto de buscar um código próprio para

¹⁴ Signos utilizados em *chats* ou conversas online; associa imagens a sentimentos e palavras. São usados para facilitar e dar agilidade à comunicação digital.

tocar o outro, código este que extrapola o verbal e se situa no campo das ideias. Para Pereira (2005, p. 70) “[...] os processos discursivos que ocorrem na Internet, especialmente nas salas de bate-papo, revelam uma comunicação viva, própria da oralidade, elaborada de forma complexa em que leitura e escrita assumem características específicas”. Nesta perspectiva, os códigos utilizados se evidenciam em originalidade e função, tendo um papel social e ideológico na sociedade da comunicação e interação virtuais.

Bakhtin (1999, p. 66) comenta que “[...] para um certo indivíduo, num dado momento do tempo, a língua apresenta-se como uma corrente evolutiva ininterrupta”. Nesta perspectiva, a língua é mutável e evolui continuamente, servindo para os sujeitos, a partir dos objetivos e funções de seus usos. Assim, ao usar a língua em uma perspectiva de interação entre usuários das redes sociais, os sujeitos que dialogam vão buscar recursos e estratégias para se fazer compreender e impingir uma dinâmica específica à comunicação online.

Nesse sentido, a relevância do tema da nossa investigação se dá em razão de demonstrar o alcance da linguagem, especialmente quando esta é veiculada em rede, chamando a atenção para o fato de que o conteúdo postado em uma rede social pode combater ou disseminar o preconceito em proporções imensuráveis e, ao mesmo tempo, servir como ferramenta para inserir o tema história e cultura africana e afro-brasileira nas salas de aula da escola básica.

Para melhor compreendermos esses entrelaçamentos e, partindo das bases da Análise do Discurso, temos uma concreta vinculação das Ciências Sociais e da Linguística, uma vez que tais campos de conhecimento se imbricam em uma relação de convergência e divergência tendo como principal mote, a ideologia. Por essa razão, para Orlandi (2012), “a análise do discurso critica a prática das Ciências Sociais e a da Linguística, refletindo sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua”. (ORLANDI, 2012, p. 16). Nesta perspectiva, verifica-se que, de acordo com a teoria bakhtiniana língua e ideologia se compõem enquanto elementos indissociáveis. Segundo Seidel (2016) constituem-se condição para que os sujeitos não somente produzam, como conservem e transformem valores e modos de agir.

Desse modo, observamos que aquilo que ‘é dito’ relaciona-se com o lugar social onde se situam os locutores e interlocutores. Por ser a língua o reflexo da cultura e o fator determinante das formas de pensamento, o código linguístico não

apenas reflete a estrutura das relações sociais, mas também a regula. Nesse sentido, o homem aprende ao ver o mundo pelos discursos que assimila, e, na maioria das vezes, reproduz esses discursos em sua fala, ocupando o lugar de sujeito desse discurso, em sua enunciação. (ORLANDI, 2012).

No caso das redes sociais, tal reprodução discursiva ocorre quando determinadas postagens são comentadas ou compartilhadas nas redes por diversos usuários, em um movimento transdisciplinar. Tal processo ocorre porquanto a palavra, ao ser lançada em rede, não atinge somente a um destinatário específico, mas a um grupo de interlocutores que se relacionam nos mesmos planos ideológicos e discursivos, disseminando-se em cadeia, por meio dos chamados “compartilhamentos”.

Assim sendo, o objeto central desta pesquisa será a linguagem dos usuários das redes sociais na propagação com o ambiente escolar, buscando desvelar a ideologia presente no discurso preconceituoso em suas diferentes formas. Tomaremos ainda como base de consulta teórica e referência, os pressupostos de Keynes (1997), em relação à linguagem, quando propõe que esta é composta por dois elementos importantes quais sejam: o conteúdo, relacionado ao sentido; e a forma, relacionada às palavras; os quais são, ao mesmo tempo, distintos e similares, ou seja, não se pode pensar em um sem antes refletir sobre o outro.

Nessa orientação, a fim de concretizar a proposta da pesquisa, incluiremos também alguns pressupostos sobre os princípios de referenciação, segundo Koch (2004) a partir da introdução de novos elementos em um texto e como estes são tomados; dos significados destes em dados contextos; diz respeito, pois à “construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, nas ratificações de concepções individuais e públicas do mundo.” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 18).

Infere-se assim, que, por se tratar de uma atividade discursiva, onde segundo Koch (2004, p. 61), o sujeito, ao interagir verbalmente com o outro, opera sobre o material linguístico que lhe é disponibilizado, apresentando escolhas significativas para representar determinados estados de coisas.

5 DO MULTICULTURALISMO E DO PLURICULTURALISMO: QUESTÕES SOBRE A INTERDISCIPLINARIDADE E O PRECONCEITO EM REDE

As culturas estão todas envolvidas umas com as outras; nenhuma é pura e singular, todas são híbridas, heterogêneas, extraordinariamente diferenciadas e nada monolíticas.

Edward Said

Discutir a temática do preconceito étnico-racial em rede, de modo mais específico, o preconceito manifestado nas redes sociais por meio da linguagem, requer a realização de um trabalho para além das fronteiras até então estabelecidas pela cultura das delimitações conceituais das áreas de conhecimento ou ainda das discussões e estudos sobre a linguagem e/ou efeitos de sentidos de uma construção verbal. Com a ascensão de uma nova concepção do fazer investigativo, o homem passa a considerar os conceitos em uma esfera cada vez mais fluída e dilatada. É precisamente nessa esfera que o multiculturalismo assume, de acordo com Gonçalves (2006) espaço, redimensionando as discussões teóricas até então assentadas em bases supostamente sólidas e herméticas.

Analisado por esse prisma, todos os aspectos que envolvem os processos e as expressões educacionais e culturais precisam levar em consideração o multiculturalismo enquanto acepção aglutinadora de uma pluralidade de sentidos que pode, eventualmente, variar conforme os pressupostos teóricos ou mesmo a disciplina a ela vinculados. Segundo Neto (2010), o multiculturalismo, para além de reunir tal pluralidade de sentidos, pode também assumir diversas nuances, a partir da abordagem epistemológica por meio da qual é estudada. E acrescenta:

Analisado como conceito e ideologia, o multiculturalismo problematiza questões complexas e contraditórias em curso nas sociedades pós-industriais, que atuam como indicadores da crise do projeto de modernidade. Geralmente utilizada para descrever a diversidade demográfica e cultural das sociedades humanas, mais precisamente quando se quer estudar a coexistência da diversidade sociocultural e a construção de identidades em um mesmo país ou em uma determinada região, a epistemologia multicultural, ao arguir a modernidade sobre a questão da diferença nas categorias filosófica, política e social, ultrapassa as especificidades nacionais e inscreve-se como conceito civilizacional no discurso que as sociedades contemporâneas elaboram em contraposição às ideologias monoculturais. (NETO, 2010, p. 289).

Observamos assim, que além de 'descrever a diversidade geográfica e cultural das sociedades', o conceito de multiculturalismo pressupõe que o conjunto

das complexidades em torno dessa ideia inscreve, nesse quadro, uma nova configuração do olhar investigativo, preocupado agora com o alcance plural dos sentidos. Isto significa dizer que essa abordagem, vai de questões filosóficas às questões político sociais.

Dessa acepção decorre toda a compreensão sobre a pesquisa em linguagem, uma vez que a mesma extrapola as limitações das áreas de estudo e ensino, como no caso da Língua Portuguesa, possibilitando uma discussão com múltiplas áreas. Por conseguinte, evidencia-se, não exclusivamente a interdisciplinaridade, que muitas vezes se manifesta no diálogo entre duas ou mais áreas de conhecimento – processo comum na escola contemporânea –; mas, sobretudo, a partir da percepção e relação entre conhecimentos que aparentemente, não dialogavam entre si, até então, como os saberes culturais, em circulação no cotidiano, ou os de caráter identitário.

Nessa perspectiva e para fins didáticos, delimitamos aqui, a concepção de multiculturalismo enquanto fase de um extenso processo para a compreensão das identidades, que dividem espaço na sociedade atual, sejam estas materiais ou virtuais. Ao relacionarmos as visões de mundo diluídas no plano da multiculturalidade à associação direta da linguagem subjetiva com a formação ideológica do sujeito podemos articular os sentidos produzidos nesta pesquisa

Assim, com vistas ao estabelecimento de um percurso metodológico na perspectiva educativa que esta pesquisa se propõe a evidenciar, a compreensão que subjaz à temática do multiculturalismo é aquela vinculada à problemática do pluralismo cultural e identitário¹⁵ tal como está proposto por Neto (2010, p. 293). Compreendemos que a ideia mais aceitável para multiculturalismo “envolve, também, formas de mobilização política e cultural de grupos cujos membros, ao fazerem parte, por exemplo, de minorias [...] inserem-se ideologicamente, como multiculturalistas em práticas sociais com objetivos particulares”, o que embasa a proposta ora apresentada.

¹⁵A noção de pluralismo cultural e identitário na modernidade tardia pode ser compreendido a partir de sua complexidade, uma vez que vincula diferentes acepções acerca do indivíduo e de suas relações com a sociedade.

5.1 Interdisciplinaridade

Incidindo sobre a realidade multicultural, a interdisciplinaridade, por sua vez, mesmo que não seja um tema recente, continua a suscitar debates e causar equívocos tanto do ponto de vista conceitual como etimológico. Sua inserção nesta pesquisa se dá a partir da concepção de que o enfrentamento de problemas advindos, em sua maioria, de um pensamento disciplinar, onde cada elemento e sujeito devem estar em seu próprio espaço, não devendo dele sair, sob pena de ser discriminado e considerado inoportuno. A noção de interdisciplinaridade deve ser seja prementemente inserida no contexto educacional, para formação do sujeito livre de preconceitos ou conscientemente preconceituoso, pois tal consciência por si só já se constitui uma forma de libertação.

Considerando assim, a temática proposta para esta pesquisa, qual seja: o *preconceito em rede: educação para as relações étnico-raciais a partir do discurso dos usuários da internet* e que pensamos ser bastante pertinente para se discutir face à globalização da sociedade e acesso em massa aos aparatos tecnológicos, verificamos que nada mais adequado para nortear essa discussão do que os conceitos de interdisciplinaridade e suas variantes, ainda que não tenhamos a pretensão de aprofundar tal discussão sob pena de nos eximir do que nos propomos por ora.

Assim, considerando as posições adotadas pelos sujeitos para o enfrentamento de problemas e levando em conta que os mesmos, via de regra, adotam posturas estanques, que derivam de pensamentos estáticos, mas que são provenientes de uma cultura investigativa hermética e até então aceitável, buscamos redimensionar tais ideias e conceitos.

Tais posições geralmente evidenciam certo comodismo ao não enfrentarem o problema. Observamos que em sua maioria, as pessoas preferem se omitirem fazendo de conta que não perceberam o teor preconceituoso ou mesmo racista de determinadas verbalizações. Verificamos que ao analisarem algumas postagens, como por exemplo, a do episódio com o ator Luís Miranda¹⁶, a ser discutido mais adiante, no capítulo de análise, quase todos os participantes da pesquisa, não observaram a intenção do autor da postagem, no sentido de

¹⁶ Um usuário do Facebook relatou em uma postagem que teria sido vítima de “racismo às avessas”, praticado pelo ator Luís Miranda, em um restaurante do Rio de Janeiro.

manipular os leitores, buscando sua aquiescência em relação ao conteúdo publicado em sua postagem. Essa inobservância foi ratificada nas rodas de conversas.

Evidenciamos também, que dentro do aspecto subjetivo e do caráter memorialista que nosso percurso como educadora faz emergir, não poderíamos desconsiderar a discussão proposta para o âmbito do espaço escolar. Por essa razão, este trabalho teve como foco principal o diálogo que ora se estabelece entre a Educação Básica e o Ensino Superior. Entendemos também, que cabia nessa reflexão, uma breve discussão de base teórica sobre a temática do multiculturalismo e do pluriculturalismo tal como visto anteriormente, e seus impactos na sociedade contemporânea.

Dentro dessa configuração, a ideia de interdisciplinaridade, por exemplo, assume um caráter teórico metodológico, pois se observarmos que do ponto de vista etimológico a interdisciplinaridade evoca a relação entre disciplinas, constataremos que para cada área de conhecimento, às quais se aplica o princípio da interdisciplinaridade, haverá, portanto, um novo percurso metodológico a ser traçado.

Yared (2008) chama a atenção para outros termos que foram surgindo a partir da concepção de interdisciplinaridade, tais como a pluridisciplinaridade e o multiculturalismo, que “também podem ser entendidas como forma de relações disciplinares em diversos níveis, como grau sucessivo de cooperação e coordenação crescente no sistema de ensino-aprendizagem” (YARED, 2008, p. 161). Ou seja, no âmbito da relação dialógica entre diferentes áreas, a partir da mudança de níveis diferentes de interlocução entre as áreas de conhecimento, a interdisciplinaridade assume diferentes nuances.

Ao observarmos mais atentamente os conceitos de Yared (2008), entenderemos que esta conceitua interdisciplinaridade no sentido geral como a relação entre as disciplinas ou componentes curriculares. Isto significa dizer que é preciso pensar as disciplinas sendo usadas para o mesmo fim e trabalhando de forma aberta, colaborando entre si. A interdisciplinaridade pressupõe, portanto, uma relação de aproximação e convergência de um determinado conjunto de componentes teóricos-metodológicos interligados e com relações delimitadas.

Nessa compreensão, tal conjunto de disciplinas amplia, de forma complementar, seus pressupostos conceituais e, assim, permite desenvolver as suas percepções integralmente, evitando a dispersão ou fragmentação do conhecimento,

conforme preceitua Morin (2001). A interdisciplinaridade prevê um processo permanentemente ativo e, nessa acepção, todos os problemas e fenômenos observados no processo de investigação são analisados com base nessa relação interdisciplinar. Contribuindo com essa ideia, podemos elencar também Fazenda (2002, p. 180), que afirma:

[...] interdisciplinaridade é uma nova atitude diante da questão do conhecimento, de abertura à compreensão de aspectos ocultos do ato de aprender e dos aparentemente expressos, colocando-os em questão [...]. A interdisciplinaridade pauta-se numa ação em movimento. Pode-se perceber esse movimento em sua natureza ambígua, tendo como pressuposto a metamorfose, a incerteza.

Nessa perspectiva, a interdisciplinaridade pressupõe a busca pelo entendimento dos fenômenos, buscando nestes e na comunicação por eles estabelecida, respostas ou caminhos para sua compreensão, o que possibilita a construção de novos conhecimentos. Desse modo, a interdisciplinaridade passou a ser introduzida no currículo escolar, com vistas a promover o rompimento com os mecanismos antigos, desbotados, burocráticos e alienantes que caracterizam o processo educativo, tal como preconiza Fazenda (1991, p. 57):

[...] a interdisciplinaridade necessária e básica para conhecer e modificar o mundo são possíveis de caracterizar-se no ensino através da eliminação das barreiras entre as disciplinas e entre as pessoas. A superação das barreiras entre as disciplinas consegue-se no momento em que instituições abandonem seus hábitos cristalizados e portam em busca de novos objetivos e no momento em que as ciências compreendam a limitação das barreiras de seus aportes. Mais difícil que esta, é a eliminação das barreiras entre as pessoas, produto de preconceitos, falta de formação adequada e comodismo. Essa tarefa demandará a superação de obstáculos psicossociológicos, culturais e materiais.

Assim sendo, interdisciplinaridade e liberdade convivem entre si, pois ao romper com o pensamento cristalizado adotado por muitas instituições de ensino, efetiva-se o diálogo entre as áreas, o que não é uma tarefa simples, em razão dos aspectos citados pela autora. Confirmamos assim, que a eliminação de barreiras, na nossa compreensão, caracterizadas amiúde como barreiras ideológicas, visto que o conhecimento é impalpável, possibilita a articulação e integração entre os saberes e os sujeitos envolvidos, permitindo assim, a construção de novos conhecimentos, fator preponderante no sucesso da aprendizagem. (MORIN, 2001).

Genericamente, os atuais paradigmas da educação, demandam um movimento constante e interativo, onde todos os sujeitos são elementos fundamentais no processo de ensino e de aprendizagem, ensinando e sendo ensinados continuamente. Por essa razão, a interdisciplinaridade constitui-se num enfoque metodológico que incide, por sua vez, em uma busca pela articulação entre conceitos, teorias e ferramentas, bem como das expressões científicas que compõem o quadro teórico mais amplo das diferentes áreas de conhecimento, embasados em uma percepção multidimensional dos fenômenos observados na realidade objetiva.

Desse modo, observamos que na constante busca por mudanças na área educacional, a interdisciplinaridade tornou-se uma abordagem imprescindível quando se pressupõe a aprendizagem como processo multidimensional. Entretanto, é necessário compreender as ideias centrais que emergem da concepção sobre interdisciplinaridade, conforme preceitua Fazenda (2002, p. 18), qual seja:

[...] cada disciplina precisa ser analisada não apenas no lugar que ocupa ou ocuparia na grade, mas nos saberes que contemplam, nos conceitos enunciados e no movimento que esses saberes engendram, próprios de seu lócus de cientificidade. Essa cientificidade, então originada das disciplinas, ganha status de interdisciplina no momento em que obriga o professor a rever suas práticas e a redescobrir seus talentos, no momento em que ao movimento da disciplina seu próprio movimento for incorporado.

Torna-se assim, imprescindível a compreensão do papel de cada disciplina e dos movimentos realizados em seu interior, para que esta dialogue com outras, possibilitando conhecer como os saberes são construídos, ou seja, sua organização e dinamicidade, compreensão esta que diz respeito ao professor (a), o qual, na busca desse entendimento terá a motivação para trabalhar em uma perspectiva dialógica e significativa.

Chama-se, entretanto, a atenção para o fato de que uma das maiores dificuldades encontradas na implementação da interdisciplinaridade dentro do ambiente escolar, está no que se refere à formação dos professores, uma vez que esses encontram dificuldades em ponderar diálogos entre as disciplinas, limitando-se a uma fragmentação do ensino.

5.2 Currículo e interdisciplinaridade

Considerando que a escola nos dias atuais vem trazendo para o bojo de suas discussões, componentes curriculares e conteúdos de ensino temas que são inerentes à vida de sua comunidade escolar, a questão étnico-racial não poderia ficar ausente do currículo trabalhado, cabendo iniciarmos esta seção, discorrendo sobre o que vem a ser o currículo, em uma perspectiva de ensino e aprendizagem, ou seja, do currículo escolar, ainda que se observe sua amplitude, que se delinea a partir das concepções em educação, construídas ao longo dos tempos; e que a despeito das mudanças ocorridas na sociedade brasileira ainda continuam a influenciar a forma como a escola vem trabalhando. Para Moreira e Candau (2008, p. 18) o currículo diz respeito aos

[...] conteúdos a serem ensinados e aprendidos; (b) as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos; (c) os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais; (d) os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino; (e) os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus da escolarização.

Observa-se assim, que o currículo possui uma abrangência no contexto da educação formal, a qual comporta conteúdos e experiências educativas que dizem respeito desde o planejamento das aulas até a forma como os conteúdos são trabalhados e a verificação da aprendizagem, que ocorre por meio da avaliação.

Enfatiza-se também, os sujeitos que congregam a escola, professores e alunos como importantes elementos a serem considerados na definição do que vem a ser o currículo, considerando para tanto, que são esses sujeitos, aprendizes e ensinantes que tornam o currículo dinâmico, pois, para Moreira e Candau (2008) o currículo significa os esforços empreendidos com vistas à construção de saberes.

Considera-se ainda, que o vocábulo currículo integra os resultados alcançados pelos estudantes, resultados estes nem sempre palpáveis ou visíveis. Nessa perspectiva, consideramos importante discorrer sobre o que os autores supracitados chamam de currículo oculto, o qual se materializa pelos ensinamentos que mesmo quando não realizados intencionalmente, produzem efeitos sobre os sujeitos, em forma de valores e atitudes. Para Moreira e Candau (2008, p.18 - 19)

Fazem parte do currículo oculto, assim, rituais e práticas, relações hierárquicas, regras e procedimentos, modos de organizar o espaço e o tempo na escola, modos de distribuir os alunos por grupamentos e turmas, mensagens implícitas nas falas dos(as) professores(as) e nos livros didáticos. São exemplos de currículo oculto: a forma como a escola incentiva a criança a chamar a professora (tia, Fulana, Professora etc); a maneira como arrumamos as carteiras na sala de aula (em círculo ou alinhadas); as visões de família que ainda se encontram em certos livros didáticos (restritas ou não à família tradicional de classe média).

Nessa acepção, além do que conteúdo de cada componente curricular previsto e/ou selecionado para uma determinada série ou ano subjaz conteúdos que deles emanam e que nem sempre são concretos.

Desse modo, entendemos que o currículo formal das escolas brasileiras há muito tempo via a necessidade de trabalhar a questão étnico-racial para além dos estereótipos. Durante muitos anos, a história e a cultura negra foram abordadas de forma equivocada, privilegiando o olhar eurocêntrico; nessa visão, o negro sempre apareceu em condição inferior ou no papel subserviente. Esse antigo padrão, foi, em parte, modificado a partir da Lei n. 10.639/2010 que tornou obrigatória a inserção da História e Cultura Africana e Afro-brasileira no currículo escolar.

Consideramos importante comentar que ainda que tenha sido inserida no currículo sob a forma de lei em 2003, a temática em si já era tratada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) na década de 1990, que abordavam os seguintes Temas Transversais: ética, pluralidade cultural, trabalho e consumo, meio ambiente e educação sexual.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1998) são diretrizes norteadoras da educação brasileira e possuem como objetivo a manutenção do “princípio da base nacional comum” (PCN V.1, p.15 - 16), ou seja, um direcionamento para o tratamento da temática de modo comum, para todas as escolas. São compostos por dez volumes, dos quais fazem parte: introdutório, áreas do conhecimento de Língua Portuguesa, Matemática, História e Geografia, Ciências Naturais, Arte, Educação. No eixo dos temas transversais: Ética, Meio Ambiente e Saúde, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual.

De acordo com Brasil (1998), (2003), a abordagem da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar e pelos PCN Pluralidade Cultural considera que a história e cultura brasileiras foram construídas a partir da influência de diferentes povos, entre estes o negro africano, tendo nossa educação se pautado de forma desigual e sob a ótica do eurocentrismo, que somente contribuíram para a

consecução de atitudes preconceituosas e discriminatórias que acabam por estabelecer hierarquias e comparações entre diferentes culturas e povos; hierarquias e comparações estas que na maioria das vezes considera o quesito cor e etnia na classificação e segregação de diferentes etnias.

Nessa perspectiva, os PCNs constituem-se uma resposta que visa mudar esse cenário, no âmbito escolar, ao trazer para o cerne das discussões a questão étnico racial. Tal postura objetivou suscitar, ainda que inicialmente, uma reflexão acerca das desigualdades que permeiam o cenário do Brasil, desigualdade esta que em sua grande maioria relaciona-se ao quesito cor e etnia. De acordo com Brasil (2000, p. 22) o volume nominado como Pluralidade Cultural:

[...] diz respeito ao conhecimento e à valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal.

Ainda que o tema objetivasse inserir na sala de aula assuntos que até então pouco eram estudados, postulando que seja construída uma identidade nacional a partir da cultura advinda do povo brasileiro, observa-se que a despeito dessa tentativa a inserção da temática não ocorreu de modo tão contundente, em razão do que preconizam os próprios PCNs, a respeito de como os temas transversais necessitavam ser trabalhados na escola, ou seja, transversalmente, perpassando o currículo, sem uma obrigatoriedade, o que fez com que a temática continuasse a ser trabalhada sem o aprofundamento necessário, salvo raras exceções.

Considera-se que os temas transversais, de modo específico a Pluralidade Cultural foram importantes, ainda que se ressalte que nem todos os estados optaram por trabalhar tais temas, preferindo elaborar suas próprias propostas curriculares. Era necessário, entretanto, algo que se mostrasse mais veemente e, como fruto de discussões de anos e mesmo exigências dos movimentos sociais no país, entre eles o movimento negro, foi sancionada em nove de janeiro do ano de dois mil e três, a lei n. 10.639. Este dispositivo legal foi posteriormente modificada em 2008, pela Lei nº 11.645

A partir da legislação vigente, o tema passou então a ter pelo menos na forma da lei, uma obrigatoriedade, passando o Ministério da Educação a fomentar a formação de professores e construção de material didático para o trabalho com a temática, na sala de aula. (BRASIL, 2006).

No contexto da discussão por nós proposta, esta pesquisa tomou como pressuposto teórico e metodológico a interdisciplinaridade. A interdisciplinaridade tem diferentes conceitos, mas em linhas gerais, se relaciona ao diálogo estabelecido entre diferentes áreas de conhecimento, sendo amplamente discutida por autores diversos, entre eles Axt, et al (2011, p. 645) os quais postulam que a interdisciplinaridade se produz pela interlocução tensa e de confronto entre disciplinas, nas fronteiras entre áreas do conhecimento.

[...] a interdisciplina é sempre processo, processo em perpétua construção e reconstrução de si por entre as fronteiras disciplinares; processo que, estando sempre em reconstrução, constrói novas possibilidades para a ação, seja concreta, no amplo campo educativo, seja reflexiva teórica, de avaliação, de prospecção, ou de novos construtos conceituais relativos a esse campo. De um projeto para outro, tudo pode mudar [...]. (AXT et al, 2011, p. 645)

Observa-se desse modo, que a interdisciplinaridade está em constante processo de transformação e, quando transcende as fronteiras do conhecimento, constitui uma nova perspectiva, onde os conhecimentos são construídos de modo transdisciplinar.

No tocante ao preconceito étnico-racial, este se revela muitas vezes, de forma explícita; em outras, mais implicitamente. Mas, inferimos que, embora velado ou implícito, o preconceito, não obstante sua direcionalidade discursiva fere o princípio de dignidade humana. Por essa razão, deve ser amplamente discutido em todas as instâncias, entre elas, a escola principalmente, por sua importância enquanto espaço de cruzamento de culturas.

Assim, a interdisciplinaridade, na discussão de diversos temas, entre eles, a questão étnico-racial, apresenta uma dinâmica que vai para além das fronteiras e barreiras que muitas vezes o conhecimento impõe, o que implica em dizer que a inclusão da temática negritude/racismo, amplia as análises acerca da formação social, cultural, identitária e histórica do próprio aluno. Para Moreira (2008, p. 33), “tais inclusões preenchem algumas das lacunas mais encontradas nas propostas curriculares oficiais, trazendo à cena, vozes e culturas negadas e silenciadas no

currículo”, o que ratifica o fato de que o currículo praticado nas escolas brasileiras via de regra não abre espaço para a temática, em sua plenitude, ou quando acontece, não o faz com a profundidade que o tema requer.

Entendemos assim, que os conhecimentos devem ser trabalhados de forma interdisciplinar, permitindo ao aluno em processo de formação, uma aprendizagem com base em um ensino que se desenvolve de forma transversal. Dessa forma, será possível elencar todos os fatores que compõem determinado conteúdo curricular, e, ao mesmo tempo, estabelecer um elo entre os temas abordados interdisciplinarmente e ‘as vozes e culturas’ do estudante.

Destacamos ainda, que tal tentativa de articular o educando ao processo, por meio de uma proposta interdisciplinar possibilita sua aproximação com a realidade em que este está inserido em seu dia a dia. Essa reintrodução do sujeito de forma contextualizada é conseguida com mais facilidade, a partir de aprendizagens significativas, como é o caso do uso de recursos tecnológicos na sala de aula. Para fins de ratificação do conceito, segundo Moraes (2008, p. 120), a interdisciplinaridade é, sobretudo, “um princípio epistemológico que se apresenta em uma dinâmica processual que tenta superar as fronteiras do conhecimento disciplinar mediante a integração de conceitos, metodologias, e etc.”, ou seja, que no âmbito da integração entre os diferentes componentes visa à construção de conhecimentos de forma articulada.

Assim, retomando os conceitos sobre discurso e linguagem, para Bakhtin (2011), a problematização, a escuta dialógica e como resultante desta, a autoria, que são elementos basilares das atividades interdisciplinares e que possibilitam a construção de conhecimentos, pois ao dialogarem entre si, professores e estudantes passam a desenvolver atitudes mais maduras e interativas que possibilitam ir para além do disciplinar.

Considerando que é importante situarmos o currículo das escolas onde a pesquisa foi desenvolvida, bem como do Curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos no percurso desta pesquisa, de modo mais específico em relação à análise do preconceito manifestado nas redes sociais, enfatizamos que, a partir do trabalho que vínhamos desenvolvendo na educação básica e, posteriormente, no ensino superior, assim como de nossa vivência enquanto pesquisadora das questões raciais e suas interfaces com o currículo escolar, observamos a necessidade das instituições de ensino superior, enquanto formadoras de pessoal qualificado a atuar

na educação básica, fazerem uma abordagem mais aprofundada sobre a temática, buscando em um canal atual como as redes sociais a base para a discussão do preconceito e discriminação de formas articulada à linguagem dos usuários do *Facebook*.

5.2.1 Da autoria

Considera-se nesta tese a autoria enquanto movimento dinâmico em que os sujeitos, por meio da interlocução e alteridade dizem de si e dos outros por meio da linguagem cotidiana. Para Bakhtin (2011, p. 270) linguagem e vida se correlacionam entre si, pois, para o teórico não existe uma sem a outra. Toda vida é preche de linguagem e é através dela que se constitui, por meio da enunciação do pensamento.

O enunciado satisfaz ao seu objeto (isto é, ao conteúdo do pensamento enunciado) e ao próprio enunciador. Em essência, a língua necessita apenas do falante - de um falante - e do objeto da sua fala, se neste caso a língua pode servir ainda como meio de comunicação, pois essa é a sua função secundária, que não afeta a sua essência. Um grupo linguístico, a multiplicidade de falantes evidentemente não pode ser ignorada de maneira nenhuma quando se fala da língua; no entanto, quando se define a essência da língua, esse momento não se torna necessário e determinante da natureza da língua.

Nessa perspectiva, o conteúdo constitui o objeto do enunciado, ou seja, o que é dito constitui o pensamento enunciado por determinado sujeito, o que pressupõe uma compreensão e também uma resposta de outrem, qual seja de um ouvinte, que por sua vez, enunciará, pois: “[...] toda compreensão é preche de resposta, e nessa ou naquela forma o ouvinte se torna falante”. (BAKHTIN, p. 271), observando-se assim, a necessidade que tem o enunciador de uma resposta, de que o outro participe, não desejando que seu discurso fique no vazio.

Na esfera de comunicação discursiva, qual seja, de autoria, um enunciado busca em outros uma resposta ou ratificação de seu discurso, o que vem a legitimar o que foi proferido, deixando entrever outras respostas. Verifica-se assim, que a enunciação se dá de forma dinâmica e articulada à vida. (FIGUEIREDO, 2005).

No contexto de nossa tese a autoria se dá não somente por meio das postagens que um locutor partilha em rede, mas, sobretudo, pelas respostas que os

interlocutores darão por meio dos comentários emitidos, a partir de sua compreensão.

Torna-se mister explicitar que para Bakhtin (1986) a compreensão se dá ativamente, orientando-se a resposta a partir da enunciação do outro, mas levando em conta o arcabouço de conhecimentos do mundo e mesmo teórico que cada falante possui, o que se opõe ao tradicional esquema da comunicação que pressupõe uma passividade por parte receptor da mensagem.

O pensamento bakhtiniano evidencia a responsividade do interlocutor que concorda, discorda do enunciado em uma posição ativa, impingindo sua marca à enunciação, em uma clara posição de autoria. (BRANDÃO, 2005).

Assim sendo, observa-se que toda voz, ainda que se proponha individual, nasce a partir de outras vozes, constituindo pontos de vista sobre o mundo, situando-se assim em um espaço histórico e temporal, no interior do discurso, conforme preceitua Foucault (1995).

No que concerne aos textos digitais, cabe nos reportar ao período em que a comunicação online era estabelecida em sua maioria via e-mail, por um remetente que assumia a autoria da mensagem encaminhada. Havia também, a possibilidade da atribuição dessa autoria a terceiros, quando de encaminhamento de textos de personalidades e autores conhecidos. Observa-se que o e-mail é menos interativo e quando há uma resposta, verificamos uma limitação dos participantes que têm acesso à mensagem, a qual somente é recebida para os usuários que possuem um endereço eletrônico para o qual esta é encaminhada.

Na atualidade, com a popularização dos artefatos tecnológicos e das redes sociais tal canal de comunicação vem sendo utilizado de forma mais limitada, especialmente para uma comunicação menos formal, observando-se a substituição do e-mail pelos chamados *posts*.

Os *posts* são gêneros textuais cuja principal característica reside no fato de apresentar em uma única mensagem o texto verbal e o não verbal que dialogam conjuntamente, para evidenciar o sentido da mensagem publicada. Geralmente são colocados nas páginas do próprio usuário, sendo visualizados por seus seguidores, conhecidos popularmente como “amigos”.

No que concerne, pois, à autoria de um *post* esta não é uma exclusividade de quem a emite ou compartilha, ou seja, do locutor. Imediatamente a sua publicação, um *post* passa a ter réplicas de um ou mais interlocutor,

denominado usuário, o qual passa a assumir uma autoria do comentário publicado, enunciando. Tal enunciação tem como base a compreensão do usuário acerca da postagem, em um processo onde o eu e o tu não mais dialogam sozinhos, mas em rede, em um movimento de autoria coletiva.

O trabalho realizado nas escolas chamou a atenção dos sujeitos da pesquisa, de modo mais específico, dos estudantes da graduação, para o fato dessa autoria constituir-se individual e ao mesmo tempo coletiva, ao acontecer em rede. Tal percepção os tornou mais atentos em relação aos conteúdos dos enunciados (*posts* e respectivos comentários), percepção esta que, ao longo do trabalho, foi se intensificando, observando-se por meio dos textos produzidos um amadurecimento do ponto de vista da análise e interpretação dos dados.

6 DAS LEIS QUE ABORDAM A QUESTÃO RACIAL

[...] a questão racial brasileira pode, quem sabe, levá-los a desenvolver uma postura crítica diante de instrumentos pedagógicos a que vêm recorrendo tão passivamente [...]

Há uma relação muito próxima entre a escravidão a que foram submetidos os negros e a recusa às pessoas de cor negra... 'O estigma em relação aos negros tem sido reforçado pelos interesses econômicos e sociais que levaram os povos negros à escravidão'. Daí o negro ter se convertido em símbolo de sujeição e de inferioridade. E este conceito negativo sobre o negro foi forjado
Ruiz

A educação para as relações étnico raciais foi, por muito tempo, ignorada no contexto do currículo formal ensinado no âmbito das escolas brasileiras, concorrendo, assim, para a consolidação de uma educação pautada essencialmente no eurocentrismo. Nessa concepção eurocêntrica, os conteúdos eram trabalhados, quase em sua totalidade, em uma perspectiva de superioridade da cultura europeia em relação às demais culturas. Por conseguinte, o currículo e a organização dos componentes curriculares assumiram posições de superioridade de determinados conteúdos sobre outros.

Ainda que se observe que, com a organização dos movimentos sociais, e, de modo mais específico, do movimento negro organizado, especialmente a partir da década de 1960, se viu na educação uma forma de combater as desigualdades e o preconceito étnico racial, permanece o desafio. Por esta razão, não é errado dizer que a questão racial vem ocupando lugar de destaque, estando entre os temas mais discutidos no Brasil, nos últimos tempos.

Tal consideração nos leva a identificar que na atualidade, entre os temas que mais vem sendo investigados na esfera acadêmica¹⁷ está a questão racial. Isto significa dizer que até os anos 60, as investigações sobre temáticas de matriz africana foram pouco consideradas no contexto das pesquisas genuinamente brasileiras. Por extensão, tais pesquisas foram tratadas, muitas vezes, a partir de uma visão estereotipada e preconceituosa, resultado de uma educação predominantemente eurocêntrica que caracterizou o ensino no Brasil. (REX, 1998).

Por conseguinte, tal educação deixou suas marcas no ensino brasileiro, marcas estas que, a despeito de ter passado um tempo substancial, ainda se fazem

¹⁷ Entre os vários estudiosos sobre o tema destacam-se Munanga (ano), Paul Gilroy (2001), Jonh Rex (1988), Antonio Sérgio A. Guimarães (1999), Gislene Aparecida dos Santos (2000), entre outros.

presentes e continuam a estigmatizar, e, por vezes segregar, tanto os sujeitos quanto os conteúdos. A partir da década de 1990, o currículo passou por intensas modificações, e, por extensão, apresentou às comunidades escolares, novas acepções sensivelmente voltadas para a diversidade, ratificando-se os PCNs, como uma iniciativa importante para a inserção do tema na escola.

A partir da universalização do ensino houve uma maior inserção das classes economicamente menos favorecidas, compostas principalmente por negros e pardos. Tal inserção fez com que a temática sobre a diversidade assumisse singular relevância, principalmente em sociedades hierarquizadas, como a brasileira, onde as diferenças, sejam relativas a cor ou à classe social, são consideradas negativas, concorrendo para a negação de direitos e materialização de diferentes modalidades de violência, tanto de ordem material quanto simbólicas. (REX, 1998).

Nessa perspectiva, discutimos o preconceito e discriminação racial enquanto categoria discursiva e do ponto de vista da produção de sentidos entre usuários das redes sociais, considerando o que preconiza Hall (2006, p. 63) acerca da questão racial ao considerá-la enquanto categoria discursiva

[...] organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas e corporais – cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. – como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo do outro.

Optamos, pois, por discutir o preconceito e a discriminação racial a partir de postagens e comentários racistas, ou que a estes se opõem, trazendo para o campo da educação e do ensino um debate acerca das diferenças que se estabelecem no bojo da sociedade, diferenças estas que se evidenciam por meio das enunciações que refletem a hierarquização dos extratos sociais e as assimetrias que se constituem verdadeiros abismos que segregam e estigmatizam os diferentes sujeitos e de modo mais específicos negros e negras.

Assim, em um contexto de desigualdades, o ingresso de um contingente, antes desconsiderado enquanto protagonista ou mesmo invisibilizado pelo sistema, passou a ter espaço, não somente nas discussões acadêmicas, mas de inserção nas academias, ainda que se ratifique que tal contingente ainda seja pequeno,

considerando-se a população brasileira e o quantitativo de negros e negras¹⁸. Tal acesso à educação, por essa gama de sujeitos concorreu para o acirramento das discussões sobre o que deve ser trabalhado no âmbito do currículo que, segundo Moreira & Silva (2002) é ao mesmo tempo colonizado e colonizador.

Torna-se então perceptível, nos dias hodiernos, uma necessidade de respostas mais urgentes em relação ao que é ensinado, aprendido e reproduzido na escola. Respostas estas, onde o protagonismo e autoria sejam ecoados por aqueles sujeitos que, por mais de quinhentos anos, sofreram e ainda sofrem discriminação nos mais diversos espaços, incluindo agora, com a consolidação da comunicação virtual, a discriminação em rede.

Tal protagonismo e autoria implicam em dar voz aos silenciados, tornando possível a escuta do que pensam sobre o que deve ser inserido no currículo escolar. Precisamente neste panorama, surge então em 2003, a Lei Nº 10.639 e, em 2008, a Lei Nº 11.645, resultantes das lutas e discussões da sociedade civil organizada, mais especificamente, do movimento negro organizado, modificando a atual LDBN Nº 9394/1996¹⁹.

De fato, tais leis constituem avanços no que diz respeito a um encaminhamento de uma educação voltada para as questões étnico raciais. Cabe ressaltar que mesmo com a promulgação dessas duas leis, que tornaram obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no currículo escolar, os resultados concretos ainda são incipientes, considerando-se que, tanto em termos quantitativos, como qualitativos, o currículo escolar ainda não contempla de forma plena a educação para a diversidade, que se constitui condição para uma formação cidadã, conforme aponta Munanga (2012).

¹⁸ Utilizamos a categoria negros e negras em referência também, aos chamados “pardos”, também usada pelo IBGE, pois, a categoria parda, configura-se como posição intermediária entre os pretos e os brancos.

¹⁹ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em vigência.

6.1 Das leis 10.639/03 e 11.645/08

A Lei nº 10.639, sancionada em 9 de janeiro de 2003 tornou obrigatória a inserção da história e História e Cultura Afro-brasileira no currículo escolar do Ensino Fundamental e Ensino Médio das escolas brasileiras, oportunizando uma visibilidade até então negada aos negros e negras. Ainda que tal visibilidade ocorra tardiamente, ou seja, com um atraso de mais de cinco séculos, a lei altera a atual LDB, Lei 9.394/1996, a qual estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira, e dá outras providências”, como segue:

Art. 1º - A Lei Nº 9.394/1996 passa a vigorar acrescida dos seguintes Arts. 26-A, 79-A e 79-B:

Art. 26-A - Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de **todo o currículo escolar**, em especial nas áreas de *Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras*”. [Grifos nossos]. (BRASIL, 2003).

Observa-se desse modo, que a lei deixa nítida a obrigatoriedade do ensino de conteúdos sobre a matriz negra africana na constituição da sociedade brasileira, inserindo-a no currículo escolar, apontando as áreas de História, Literatura e Educação Artística como as disciplinas que devem trabalhar tais conteúdos de modo precípua, sem, contudo, deixar de considerar as demais áreas do conhecimento. Conforme preconiza a lei, tais conteúdos devem ser de competência de todas as áreas de conhecimento, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio.

Assim sendo, o ensino da História e Cultura Afro-brasileiras e Africanas deixa de estar tão somente no âmbito da vontade individual dos educadores, que de forma isolada abordavam o tema na sala de aula, como já apontamos antes. Destacamos ainda que, via de regra, tal abordagem se concretizava sem muita profundidade, restringindo-se aos livros didáticos, especialmente os de História, que

por sua vez, mostravam o negro em atitude e posição de inferioridade em relação aos brancos ou ainda sob estereótipos.

Ratifica-se que tais leis vêm modificar o tratamento da questão racial no currículo escolar que pioneiramente havia sido levantando conforme se comentou anteriormente, pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (2000), no volume Pluralidade Cultural.

Ainda em relação à questão racial, os PCNs representam um esforço para trabalhar a questão das diferenças étnico raciais, principalmente com a inserção do tema transversal Pluralidade Cultural, ainda que o enfoque privilegiado tenha sido organizado conforme a visão eurocentrista da história (BRASIL, 2000).

O objetivo principal para a inserção da lei é o de divulgar e produzir conhecimentos, bem como atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico racial. Objetivamente, espera-se que essas ideias sejam consolidadas na sala de aula, tornando-se capazes de interagir com objetivos comuns que garantam respeito aos direitos legais e valorização de identidade cultural brasileira e africana, assim como com outras que direta ou indiretamente contribuíram e ainda contribuem para a formação da identidade cultural brasileira (BRASIL, 2003).

Posteriormente, em 2008, a Lei 10.639/2003 foi modificada pela Lei 11.645/2008, que inseriu além da História e Cultura Africana e Afro-brasileira, a História e Cultura Indígena. Essa alteração foi de extrema importância pois fez jus à contribuição dos povos negros e indígenas na formação do Brasil, colocando-os como protagonistas da história da formação do povo brasileiro e não como mero coadjuvantes como até então vinham sendo mostrados (BRASIL, 2008).

Trabalhar, porém, tais conteúdos nas escolas de Educação Básica tem sido uma batalha entre o antigo e o novo, realidades diferentes para contextos contrastantes como os dos livros didáticos a que os alunos e alunas têm acesso nas escolas. Um dos principais desafios, no entanto, está em inserir a temática a partir de um olhar que considere a diversidade como elemento a possibilitar o acesso a diferentes culturas e saberes, partindo-se para tanto, do local para o global. Munanga (2005, p. 147) indaga assim que:

Como podemos pensar a escola brasileira, principalmente a pública, descolada das relações raciais que fazem parte da construção histórica, cultural e social desse país? E como podemos pensar as relações raciais fora do conjunto das relações sociais? Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/ realidade social/diversidade étnico-cultural é preciso que os (as) educadores(as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais, entre outras. E trabalhar com essas dimensões não significa transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escolar.

Tal assertiva evoca o papel do(a) professor(a) no trabalho realizado na escola, colocando o compromisso político de cada um nesse processo, haja vista ser a educação a base para a construção de novos saberes e mudanças sociais, ainda que o autor considere uma contradição o fato de alguns educadores serem contrários ao fato de a escola ter como função social o tratamento de temas iguais a esse, fazendo isto, muitas vezes, por força da lei.

Porém, se no próprio espaço jurídico não há unanimidade quanto à discussão da diferença e, mais recentemente, quanto ao tratamento dos direitos das minorias, bastará deslocar o olhar para o plano sociocultural, para o cotidiano, para ver o quanto os padrões de discriminação, preconceito e racismo são ao mesmo tempo recorrentes e denegados.

Dentro dessa configuração, ainda que os próprios termos *racismo* e *preconceito* tenham definições tão diversas quanto, sabe-se que constituem ainda hoje, dispositivos eficientes e atuantes cuja lógica – também ela de classe e de gênero –, têm lugar em diversos espaços individuais e coletivos, tanto na esfera pública quanto na privada.

Episódios envolvendo preconceito racial fazem-se presentes, inclusive no contexto da escola, que vem apresentando sérias dificuldades em trabalhar com a diferença, a diversidade e a desigualdade, herança de abordagens equivocadas que se cristalizaram com o passar dos anos.

Frequentemente, a questão da desigualdade e da diferença no espaço escolar é pouco considerada ou concebida somente do ponto de vista exclusivamente individual; centrada apenas sobre o desempenho escolar do estudante, em relação aos resultados por este apresentado, desconsiderando, assim, os demais aspectos sociais, étnicos ou culturais que interferem, sobremaneira, nos resultados alcançados pelo aluno.

Nesse sentido, o processo de avaliação e notas, as apreciações dos docentes, as taxas de repetência, evasão, etc., dariam conta dos atributos que diziam respeito estritamente aos alunos, às suas vocações, apetências e competências para o estudo. Porém, desde meados da década de 1960-1970, e, principalmente, por meio dos ganhos da sociologia da educação francesa (BOURDIEU & PASSERON, 1992; BAUDELLOT & STABLET, 1978; ALTHUSSER, 1995), sabe-se que a escola, ao contrário de ser democrática, meritocrática e equalizadora das diferenças, não apenas impõe os símbolos da cultura legítima – por meio de uma modalidade de violência dissimulada a que Pierre Bourdieu (2010) chamou de “violência simbólica” –, como também traveste em avaliação escolar um sistema de classificação inteiramente social.

Compreendemos assim que a escola adquire uma função central no sistema de reprodução social, encabeçando a reprodução de formas de distinções sociais anteriormente gestadas e garantidas no seio de uma sociedade que operava modos de dominação que eram predominantemente orientados pela família.

Esta percepção motivou diversas pesquisas sobre o cotidiano escolar, tentando aprender o caráter difuso e mesmo a capilaridade de lógicas de dominação, poder e classificação social na escola. Aqui se encontram desde trabalhos sobre as representações formuladas pelas crianças – estas, seguramente menos afeitas a dissimularem o padrão de exclusão de que são objeto –, até mesmo aquelas sobre o currículo e os materiais didáticos (MOREIRA & SILVA, 2002).

Desde então, são recorrentes as falas como a de Perrenoud (2000), segundo a qual é importante elaboração de um projeto pedagógico que atenda a própria diversidade que permeia a escola. Silva (2002), também adverte para essa nova concepção e aponta para a necessidade de um currículo formal e uma pedagogia de caráter democrático, que deveria ter como primeira meta o reconhecimento dos diferentes posicionamentos sociais e dos repertórios culturais na sala de aula, reconhecendo as relações de poder que os perpassam.

Nota-se também, uma insuficiência de materiais que permitam o adequado tratamento da diferença e da diversidade em sala de aula. Bastará notar que, se por um lado, já temos disponíveis alguns trabalhos que alicerçam a iniciativa da Lei 10.639/2003, quanto àqueles mais diretamente associados à Lei 11.465/2008, sua divulgação ainda se apresenta bastante limitada e tem sido abordada timidamente nas escolas básicas.

Como se pode ver, a questão já não é somente a de identificar as matrizes ideológicas que permeiam os discursos da escola, do aluno e do professor. Na realidade é necessário entender em que medida o próprio espaço escolar e os padrões de interdependência que lhes são específicos, ao contrário de equalizar as diferenças, terminam por exercer uma posição central entre os instrumentos de reprodução cultural dominante. Inclusive naquelas situações mais permeadas de boa vontade ou disfarçadas por aparências afetuosas.

O tratamento empregado sobre a diversidade cultural, nesse caso, passa pela compreensão de todo um conjunto de violências simbólicas de que a escola se faz porta-voz. Essa compreensão é uma conquista contra a própria lógica de reprodução que impede um diálogo saudável em que a unidade assegure e favoreça a diversidade, e a diversidade se inscreva na unidade, como o assinala Morin (2001, p. 57).

Chama-se a atenção para o fato da sociologia da educação da década de 1960-1970 haver identificado os vínculos inelutáveis entre escola e reprodução de hábitos sociais, o que não significa que a escola necessariamente funcionou (ou funcionará) nesse sentido (LAHIRE, 2003).

Essa percepção não restringe o principal problema que ainda é o de tratar a diferença cultural sem ceder aos abusos de sua desqualificação ou não reconhecimento, ou mesmo nos exageros de hiper-dimensionamento da temática. Essa tendência se inscreve nos próprios usos e abusos de categorias como cultura negra, popular, raça, racismo, África, afro; termos cujas definições tem resultado do conflito entre intelectuais diversos. (SANSONE; FURTADO, 2014).

Essa percepção toca no último ponto a ser considerado, o da necessidade de trabalhar questões que fazem parte do cotidiano da escola básica, especialmente da escola maranhense, como é o caso da cultura popular que tem fortes raízes no estado do Maranhão.

7 METODOLOGIA

Eu não tenho um ensinamento. Somente aponto para algo, para uma realidade. Para quem me ouve eu digo: é sua experiência. Lembre-se dela, e, daquilo que não consegue lembrar, ouse tomá-lo como experiência. Tomo aquele que me ouve pela mão, conduzo-o à janela, abro a janela e aponto o que está fora. Não tenho um ensinamento, mas conduzo uma conversa. (SCHILPP, P. e FRIEDMAN, M., 1967, p. 693).

Nosso percurso metodológico é guiado pela pesquisa qualitativa, pelo fato de a mesma possibilitar a compreensão de um determinado fenômeno em diferentes ambientes com abertura para compor o desenho da investigação com a singularidade que o campo da pesquisa promove. A investigação ora apresentada compreende a coleta de dados e informações, por meio de visitas a diferentes perfis de usuários da rede social *Facebook*, cujas postagens são objeto de análise da investigação a respeito do preconceito racial em uma perspectiva de intervenção educativa.

A conversação em rede instiga as pessoas a buscarem outras estratégias para otimizarem os diálogos, dando-lhes mais agilidade na emissão do pensamento e respostas, tais como o uso de abreviações e símbolos gráficos para denotar uma ideia. No que concerne à amplitude das interações entre os sujeitos que fazem uso da comunicação via *web*, chama a atenção o diálogo que até então era mais restrito a locutores e interlocutores e passou a ser compartilhado em rede, publicizando-se de uma forma que impossibilita sua contenção, após este ser lançado nos domínios ilimitados da rede de computadores. As mudanças fizeram com que a linguagem em rede e, especialmente, a linguagem das redes sociais passassem a ser tema de investigação e estudos sobre o discurso, a linguagem e os significados que a estes subjazem.

Bakhtin (1986, p. 68) discorre que

É impossível reduzir-se o ato de descodificação ao reconhecimento de uma forma linguística utilizada pelo locutor como forma familiar, conhecida - modo como reconhecemos, por exemplo, um sinal ao qual não estamos suficientemente habituados ou uma forma de uma língua que conhecemos mal. Não; o essencial na tarefa de descodificação não consiste em reconhecer a forma utilizada, mas compreendê-la num contexto concreto preciso, compreender sua significação numa enunciação particular. Em suma, trata-se de perceber seu caráter de novidade e não somente sua conformidade à norma. Em outros termos, o receptor, pertencente à mesma comunidade linguística, também considera a forma linguística utilizada como um signo variável e flexível e não como um sinal imutável e sempre

idêntico a si mesmo. O processo de descodificação (compreensão) não deve, em nenhum caso, ser confundido com o processo de identificação. Trata-se de dois processos profundamente distintos. O signo é descodificado; só o sinal é identificado. O sinal é uma entidade de conteúdo imutável; ele não pode substituir, nem refletir, nem refratar nada; constitui apenas um instrumento técnico para designar este ou aquele objeto (preciso e imutável) ou este ou aquele acontecimento (igualmente preciso e imutável)

Assim, a opção pela pesquisa qualitativa foi reforçada uma vez que esta “trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (Minayo, 2008, p. 21-2), tal como preconiza Bakhtin (2003) no que concerne às significações, considerando as inter-relações estabelecidas entre interlocutores, no processo de compreensão que se dá de forma ativa e responsiva.

Minayo (2008) discorre que a partir da perspectiva qualitativa, os procedimentos metodológicos necessários para a análise dos conteúdos coletados consideram as categorias da inferência, descrição e interpretação. Nesse aspecto, o material pode ser decomposto, facilitando assim, a análise e distribuição das informações, de acordo com os eixos metodológicos que norteiam o estudo.

A análise qualitativa pode explorar a riqueza de detalhes do material produzido, e, nesse sentido, priorizar a qualidade dos dados, valorizando assim, as particularidades da problematização em desenvolvimento. Permite também, que a pesquisadora colete variadas informações, facilitando os registros e a valorização dos conteúdos do ambiente explorado e dos dados coletados.

Considerando que vivemos em um mundo onde as práticas sociais de uso da linguagem são dinâmicas e refletem direta ou indiretamente o posicionamento dos falantes, propomos uma pesquisa qualitativa do tipo descritivo-interpretativa, que vise à obtenção e análise dos dados a partir da relação entre o objeto da pesquisa e o papel dos sujeitos envolvidos no processo da investigação. Fundamenta-se na concepção de Bakhtin (2003; 2010), o qual preconiza acerca da interlocução e produção de sentidos entre os sujeitos e o outro, em um processo de análise, reflexão e crítica sobre o conteúdo coletado; além dos preceitos sobre a inserção das relações étnico raciais no processo de ensino e de aprendizagem, tendo como suporte os gêneros digitais.

Esta preocupação se justifica a partir da constatação de que o objeto em estudo, qual seja, a linguagem, configura-se enquanto parte das realidades mais amplas e complexas no plano social, assim como do pressuposto de que toda verdade parcial só assume sua verdadeira significação por seu lugar no conjunto, da mesma forma que o conjunto só pode ser conhecido pelo progresso do conhecimento das verdades parciais.

7.1 *Locus* do Processo Empírico da Pesquisa

O *locus* da pesquisa é constituído pelo processo de formação que articula o ensino superior do Curso de Linguagens e Códigos, da Universidade Federal do Maranhão – doravante UFMA/LCC – e o Ensino Fundamental de duas escolas da rede pública municipal de ensino, no município de São Bernardo – MA, a partir de uma proposta viabilizada por um projeto de extensão coordenado pela autora desta tese. O Projeto de Vidas, iniciado em junho de 2014, trabalha em uma perspectiva de dialogismo e autoria, onde, por meio de atividades de audição e escuta, propõe-se a superação de um quadro de evasão e repetência escolar. O trabalho tem duas frentes: a formação de professores e o reforço escolar de alunos em situação de defasagem ano escolar e idade, sendo desenvolvido em três municípios maranhenses.

Buscando explicitar, ainda que brevemente, as razões para a escolha do desenvolvimento empírico do trabalho proposto, tecemos no início desta tese um panorama do município de São Bernardo, onde a pesquisa foi desenvolvida.

Nessa breve inferência ressaltamos sua pertinência em razão das duas leis, que tratam da questão étnico racial serem de âmbito federal, além de alterarem a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.694/1996. Chamamos também, a atenção para o fato que tanto a escola quanto o currículo escolar devem ser pensados a partir da realidade social, razão porque não se pode ignorar que as pessoas vivem conectadas em rede. Afirmando o pressuposto dialógico comentado por AXT (2008), assim como da proposta e análise do “preconceito em rede”, a pesquisa constrói uma estratégia que articula ensino de licenciatura, ensino básico e o discurso de preconceito racial de redes sociais.

Haja vista os “avanços” da tecnologia não terem um alcance amplo, os sujeitos envolvidos nesta pesquisa buscaram opções viáveis para acesso à internet,

tais como o acesso por meio de *lanhouses*, celulares e até mesmo a rede *wi-fi* da Universidade Federal do Maranhão, que ainda que possua limitações no campo de abrangência do sinal, em termos de acesso, consegue atender aos usuários. No tocante, porém, aos alunos das escolas de Educação Básica, de modo mais específico, os que fazem parte desta pesquisa, estes fazem uso a partir das *lanhouses* e telefones celulares que contam com pacote de dados.

Nesse cenário diverso de acesso as tecnologias contemporâneas foi desenvolvido um estudo de análise de postagens de cunho racial e preconceituoso, selecionadas na rede social *Facebook*, considerando a produção de discurso produzido sobre este material em atividades de formação do grupo PIBID. Este grupo de estudantes universitários realizou uma discussão destas postagens elaborando textos escritos/redações, que, para fins de registro, foram compartilhadas em um *blog*.

A escrita sobre discurso emergente nas postagens articulou questões com o que preconiza a Lei Nº 9.459/1997, conhecida como Lei antirracismo, ao definir os crimes resultantes de raça ou cor. Este primeiro movimento da pesquisa possibilitou a materialização do preconceito no âmbito dos discursos, vislumbrando-se os possíveis significados que poderiam ser atribuídos a essas postagens.

Dessa etapa derivou a criação de um grupo fechado²⁰, dentro da rede social conhecida como *Facebook*, grupo este, formado por estudantes de graduação da UFMA do Campus de São Bernardo e articulado a uma das disciplinas pertencentes à estrutura curricular do curso de Linguagens e Códigos cuja carga horária de 60h é ministrada pela pesquisadora deste estudo.

Assim, no plano logístico, os alunos da graduação realizaram no contexto do laboratório de informática da Universidade Federal do Maranhão um minucioso e incessante trabalho de pesquisa e intervenção, voltada para a busca, identificação, seleção, captura das postagens dos usuários da referida rede social. O material coletado foi levado para duas salas de aula das duas escolas da Educação Básica da rede pública do município de São Bernardo – MA selecionadas para aplicação da pesquisa.

²⁰ Segundo as opções de privacidade para grupos na página do *Facebook*, os grupos podem ser organizados em Públicos, Abertos e Fechados. Nos grupos fechados qualquer pessoa pode pedir para participar ou ser adicionado ou convidado por um membro, entretanto, somente os membros atuais podem ver o que os membros publicam no grupo e histórias sobre o grupo no *feed* de notícias e na pesquisa.

Na sequência das atividades desenvolvidas pelo grupo de formação PIBID, os graduandos distribuíram as postagens selecionadas aos alunos da Educação Básica para a coleta preliminar das impressões e análises desses alunos da escola participante. Com vistas a resguardar todos os dados obtidos, as chamadas 'impressões do leitor' foram registradas em áudio e vídeo por meio de produções de narrativas orais e/ou escritas visando a composição dos dossiês da pesquisa.

Posteriormente, e, seguindo o percurso metodológico da pesquisa, após a execução das ações previstas nessa etapa, algumas impressões foram transcritas e/ou digitalizadas para serem analisadas, seu resultado compondo este trabalho. Para tanto, foram realizados encontros periódicos para as discussões preliminares de caráter empírico e visando a obtenção de conteúdos para as análises desta tese.

Finalmente, procurando atender aos objetivos específicos desta pesquisa, os estudantes da graduação envolvidos com a etapa de intervenção direta no cotidiano escolar, reescreveram em crônicas as 'impressões do leitor'. Tais textos, resultantes das 'impressões do leitor', que fazem parte do dossiê final, foram selecionados previamente, lidos, discutidos e analisados exclusivamente para essa finalidade.

Todo o processo analítico ao longo da pesquisa foi realizado pela pesquisadora utilizando a tecnologia disponível no registro das etapas descritas. Entretanto, foi mantido o suporte permanente de acessórios atemporais como um caderno de notas e lápis que subsidiaram a produção escrita.

7.2 Processo de Análise

No trabalho de análise e identificação dos enunciados que configuram a significação do preconceito manifestado pelos sujeitos ou grupos em contextos sociais e enunciativos específicos, insere-se o percurso metodológico deste trabalho. Tal escopo está na análise das postagens de uma rede social, identificando-se a disseminação do preconceito nelas e por elas expresso. Nessa orientação, objetivamos investigar também, de que maneira o preconceito e a discriminação podem ser trabalhados nos espaços formais e informais de aprendizagem - EIFAS.

Nesse sentido, os pressupostos a que fizemos referência pretendem contribuir para delinear de forma multidisciplinar e transversal, um perfil inicial dos comportamentos configurados como preconceituosos, e que são materializados e disseminados por meio da linguagem publicada no espaço virtual, bem como o papel da internet nesse percurso.

Dessa maneira, buscamos desvelar em que medida o ambiente digital pode ser um instrumento para suscitar a discussão sobre preconceito e discriminação nos EIFAS, tendo como suporte o que preconiza o dispositivo legal garantido na Lei nº. 11.645/2008.

Assim, propõe-se as discussões sobre a interdisciplinaridade, e multiculturalismo para buscar caminhos metodológicos a serem trabalhados no contexto educacional, com vistas à implementação da Lei Nº. 11.645/2008, em diferentes espaços formais de aprendizagem na sala de aula, a partir de um movimento que vai do empírico para a produção de conhecimento.

Do ponto de vista linguístico, a pesquisa utiliza como corpus do trabalho postagens e comentários da rede social Facebook, os chamados posts. Nesses posts foram analisadas: [1] a construção do objeto de discurso a fim de identificar mensagens preconceituosas nos mesmos; [2] a maneira como se estabelece a relação de um indivíduo para com os outros, demonstrando aspectos inerentes à verbalização do preconceito étnico-racial; [3] a análise do discurso do “preconceito em rede” considerando os posts, as escritas dos estudantes da licenciatura e a discussão com os estudantes dos anos finais do ensino fundamental.

Assim sendo, a partir da pesquisa-formação (AXT, 2011), bem como do dialogismo, autoria e polifonia, fundamentados em Bakhtin (1986), buscamos investigar os sentidos presentes de cunho racial e preconceituoso de usuários do Facebook. Chamamos a atenção para a relevância de se trazer a discussão para o âmbito da sala de aula, ou seja, de se dar voz aos sujeitos que estão diretamente envolvidos no contexto da discussão, seja na qualidade de usuários da internet, seja pelo fato que, como estudantes, os mesmos estarem ligados à forma como a escola trata a educação para as relações étnico raciais. Esta abordagem de formação e análise tem como inspiração a proposta CIVITAS (AXT e MARTINS, 2008; AXT et al. 2015), que apresentamos a seguir.

7.2.1 Do *Civitas*, Educação Superior e Educação Básica

O Projeto *Civitas*: Contextos interacionais – Vivências com tecnologias para aprendizagens e simulação, possui como foco o processo de aprendizagem na Educação Básica e consiste na busca de propostas educativas inovadoras, que articulem o emprego de Tecnologias da informação e da comunicação (TIC) bem como da inovação metodológica no espaço escolar. É um projeto idealizado pela prof.^a Dr^a Margarete Axt que vem trazendo significado ao processo de ensino e de aprendizagens de escolares dos anos iniciais.

Entre os subprojetos do *Civitas* destacamos o “Pereringombola” cidade imaginada para estudo e discussão acerca da paisagem sonora e da ecologia ambiental em diálogo com a tecnologia (AXT et al. 2015); destacamos também, a cidade nascida vila, a “Candeuru” (AXT et al. 2015) inventada como estratégia para o estudo do plano diretor, onde a aritmética e geometria se fazem necessárias para pensar o planejamento estratégico de uma cidade com seus problemas e necessidades (AXT, SILVA, REMIÃO, 2015).

Considerando uma das metas do Projeto *Civitas: cidades virtuais, tecnologias para aprendizagem e simulação*, com foco no processo de formação de pesquisadores e educadores articulada às aprendizagens na Educação Básica e que consiste na busca de propostas educativas inovadoras, que articulem o emprego de Tecnologias da informação e da comunicação (TIC), bem como da inovação metodológica no espaço escolar; vislumbrou-se a realização de uma experiência que envolvesse estudantes da Educação Básica e também do Ensino Superior.

Desse modo, tomou-se como referencial de sujeitos da pesquisa, um grupo de estudantes do Curso de Linguagens e Códigos, Licenciatura Interdisciplinar da Universidade Federal do Maranhão. Esse grupo de alunos foi escolhido, levando em conta o espírito de cooperação e o diálogo enquanto base para a tomada de decisões, pressupostos básicos do *Civitas*.

A partir dessa organização, esses sujeitos passaram a trabalhar o conteúdo de postagens das redes sociais em duas turmas de estudantes do 7º e 8º Ano da Educação Básica, cursistas de uma escola municipal situada na sede e outra na zona rural do município de São Bernardo/Maranhão.

A partir da análise das postagens, os estudantes refletem acerca dos conteúdos presentes nas mesmas, analisando-os a partir de sua linguagem, definindo assim, em que medida a linguagem presente nessas postagens possui ou não cunho preconceituoso, objeto da pesquisa.

A captura das postagens iniciou em 2013, finalizando em fevereiro de 2016. As imagens foram capturadas aleatoriamente, pelos estudantes da graduação e, em seguida são selecionadas para o trabalho nas escolas. Os professores integrantes do Projeto de Vidas, alguns deles bolsistas do PIBID, assim como um grupo de alunos do Curso de LCC, participantes do Projeto de Vidas, acompanham o desenvolvimento da atividade, considerando também, alguns princípios metodológicos do *Civitas*, tais como, o estabelecimento de um período no contexto da carga horária do docente, para que este estude. Visa, ainda, preparar professores para utilizar as tecnologias digitais em sala de aula, incorporando a proposta do projeto ao currículo oficial vigente.

Considerando a proposta do *Projeto Civitas* ao objetivo central de nossa tese, as análises dos estudantes do 8º Ano são escritas em forma de narrativas que integram um *blog* criado especificamente para atender ao estudo proposto. Ressalta-se que no contexto da Educação Básica, a atividade objetivou apenas analisar as postagens com os alunos, discutindo sua linguagem do ponto de vista semântico.

No que concerne, porém, ao Ensino Superior, ou seja, aos bolsistas do Curso de LCC, estes, a partir do material produzido pelos estudantes da Educação Básica, produziram textos que integrarão um caderno virtual a ser publicado em um espaço do *blog* dos alunos da Educação Básica. Tais textos produzidos pelo grupo de estudantes foram selecionados e colocados em análise para esta tese.

8 DISCRIMINAÇÃO EM REDE, DISCURSO RACISTA E EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS

Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele xxx
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.
(MELO NETO. Tecendo a manhã)

Nesta seção nos propomos a discutir as análises realizadas pelos estudantes de graduação, análises estas feitas a partir das narrativas produzidas pelos estudantes do Ensino Fundamental, de uma escola da rede pública de ensino, do Estado do Maranhão. Conforme metodologia adotada, nos propomos não somente a discuti-las com base no que concerne à produção de sentido, como também no que diz respeito ao trabalho voltado para a questão étnico-racial e sua relação com os gêneros textuais veiculados em rede, na internet.

Convém então, fazermos uma breve e sucinta referência acerca do uso semântico do vocábulo rede, considerando que este diz respeito ao diálogo que se estabelece, parafraseando Melo Neto (1994), na epígrafe que abre esta seção, postagem a postagem nas redes sociais, mais especificadamente ao *Facebook*. Neste sentido, tomaremos a acepção de rede enquanto conceito científico e em uma perspectiva epistemológica, ou seja, a partir das relações estabelecidas entre seus atores sociais (BUZATTO, 2016), focando nos estudos de linguagem a partir dos pressupostos de M. Bakhtin (1999; 2003).

Ressaltamos que, para Bakhtin (1986), as relações entre linguagem e sociedade são indissociáveis. Segundo o autor, as diferentes esferas da atividade humana, entendidas como domínios ideológicos, dialogam entre si e produzem, em cada esfera, formas relativamente estáveis de enunciados, denominados gêneros discursivos, que se dão por meio da linguagem que é concebida por Bakhtin (2003), enquanto fenômeno social, histórico e ideológico.

Assim, um gênero virtual como a postagem, que é discutida em nosso trabalho, remete a diferentes visões e suscita opiniões distintas, cada uma

envolvendo diversas vertentes, conceitos e posicionamentos acerca do que é postado. Há os que concordam com a visão do sujeito que profere o discurso, ou seja, o que postou determinada imagem, e há os que discordam da maneira como ele se colocou acerca da dada situação.

Nessa configuração, ressalta-se que cada sujeito vai se posicionar de uma determinada forma a respeito do que é postado em rede, atuando de forma assertiva ou não em relação ao *post*. Enfatiza-se, entretanto, que todos os sujeitos, indistintamente, tomarão uma posição acerca do enunciado, jamais ficando a ele impassível, ainda que ao se posicionar e especialmente, ao expor seu pensamento, enunciando acerca dessa posição o sujeito permite de forma intencional ou mesmo despretensiosa que se conheça sua posição ética ou ideológica a respeito de um tema ou situação.

Tal posição se dá por meio dos comentários, evidenciando o sentido atribuído pelos interlocutores às postagens; o fato de alguém postar, compartilhando seu padrão de pensamento em rede não significa apenas um ponto de vista exposto em uma rede social e a ser tomado por outro usuário, o qual atribuirá um sentido muito próprio; mas trata-se de um sentido que será lançado para outros, em um processo compartilhado continuamente usuário a usuário, que resultará neste caso, em um sentido tecido em rede.

Nesse contexto, se levarmos em consideração que parte das publicações nas redes sociais decorre de compartilhamentos que, em muitos casos, são frutos das chamadas ‘viralizações’ da rede; nem sempre tais *posts* significam algo verdadeiramente para os usuários. Consideramos que tal temática se constitui como outra categoria de análise; e, como tal, requer uma discussão específica, não cabendo na delimitação do nosso *corpus*.

Retomando a questão sobre a significação dos *posts* em relação ao usuário da rede, podemos inferir então, que o pensamento somente será válido como discurso, na medida em que o outro – recebedor ou receptor – ao ter contato com a postagem, compreendê-la, atribuindo-lhe sentidos, o que fará formulando algum novo enunciado.

A discussão acerca da compreensão que se dá ao texto, a partir da vivência do discurso dialógico proposta por Bakhtin (1997), traz à tona questões referentes à posição do sujeito frente ao ato discursivo, em que indivíduos interagem e produzem sentido, conforme excerto a seguir, que chama a atenção para o papel

do contexto face à ação dialógica que se estabelece por meio do enunciado em sua relação *com* e *entre* os sujeitos:

O texto só vive em contato com outro texto (contexto). Somente em seu ponto de contato é que surge a luz que aclara para trás e para frente, fazendo que o texto participe de um diálogo. Salientamos que se trata do contato dialógico entre os textos (entre os enunciados), e não do contato mecânico “opositivo”, possível apenas dentro das fronteiras de um texto (e não entre texto e contextos), entre os elementos abstratos desse texto (entre os *signos* dentro do texto), e que é indispensável somente para uma primeira etapa da compreensão (compreensão da significação e não do sentido). Por trás desse contato, há o contato de pessoas e não de coisas. (BAKHTIN, 1997, p. 404 - 405).

Compreendemos que há assim, um diálogo entre o texto evidenciado por meio das postagens e a compreensão daquele que com este tem contato, a partir de sua compreensão. Evidencia-se o papel desse *outro* a partir de sua interpretação acerca da mensagem contida no *post*. Essa interpretação faz com que os sentidos atribuídos se materializem, dizendo-se.

Parte-se assim, do pressuposto de que “[...] todos os campos da ação humana estão ligados ao uso da linguagem. (...) o caráter e as formas desse uso são tão uniformes quanto os campos da atividade humana”. (BAKHTIN, 1997, p. 261). A linguagem é, pois, inerente à atividade humana e possibilita uma interação entre os sujeitos, interação essa que ocorre por meio de diálogos onde um, ao enunciar, diz de si a outro que, ao tomar o discurso daquele, produz sentidos. Nesse processo de interação, o sujeito passa a ser mais que interlocutor, ou seja, exerce uma autoria que deriva da produção de significados, ou ponto de vista.

Nessa perspectiva, entendemos que o sentido não está no enunciado que é individual, mas no significado que o interlocutor atribui a ele, o que faz com que este tome forma, tendo então, autonomia. Por essa razão, Bakhtin (2011, p. 263), chama a atenção para a influência do ouvinte sobre o enunciado. No que diz respeito ao gênero digital *post*, observa-se que o ouvinte se materializa no usuário, que no contato com o *post* posiciona-se sobre o mesmo, ressignificando-o.

Deste modo, nesse contato entre o post/enunciado e seu recebedor evidencia-se um terceiro elemento que é o usuário ao qual o texto não é diretamente dirigido, mas, que ao visitar o perfil de um amigo ou de outro usuário qualquer, lê a postagem e acaba por manifestar-se, expondo seu ponto de vista acerca do conteúdo lido.

Bakhtin (2011, p. 265), chama a atenção para o papel da língua, a qual se insere e ao mesmo tempo em que se realiza na vida humana por meio de enunciados concretos. Assim, ao enunciar toda e qualquer mensagem, o sujeito toma forma, assumindo por meio de sua fala – ou escrita – uma identidade única e individual.

A fim de apresentar um ensaio sobre de que modo ocorre o preconceito em rede, questão orientadora deste estudo, a partir das postagens de cunho racista no *Facebook*, selecionamos alguns textos, aqui denominados *posts*. Objetivamente, buscamos analisar tais postagens, a fim de discutirmos à luz dos estudos bakhtinianos, bem como fazer um contraponto sobre o que discorrem autores sobre a educação para as relações étnico raciais.

8.1 Boi da cara preta

O primeiro *post* apresentado aos estudantes do Ensino Fundamental traz em seu bojo, uma paródia de uma cantiga ou canção de ninar bastante conhecida no nordeste brasileiro, em especial no Maranhão, o Bumba meu boi. A postagem foi capturada por um estudante da graduação, na página de outros usuários, que justificou a escolha pelo fato desta estar sendo amplamente divulgada no Facebook.

Em sua versão original, a cantiga traz o seguinte conteúdo: “Boi, boi, boi. Boi da cara preta, Pega este menino (esta menina) que tem medo de careta”. Verifica-se assim, que o conteúdo original faz alusão a um boi de cara preta que põe medo em crianças teimosas.

Geralmente cantada para fazer crianças pequenas dormirem, a cantiga passa a ter uma versão peculiar, com adaptação para as redes sociais, de modo mais específico, o *Facebook*, ao ser parodiada: “Boi, boi, boi. Boi da cara preta, no face ela é bonita, mas ao vivo é um capeta”. (Figura 1).

Aparentemente sem apresentar um cunho racista ou mesmo estigmatizador, ainda que a versão original já chame a atenção pelo seu conteúdo, verifica-se que o *post* provoca nos usuários outras enunciações, observando-se que nos comentários, alguns riem, usando a linguagem da internet para exprimir o riso (kkkkk), ou ainda citam nomes de outros colegas, que se enquadrariam, na concepção dos usuários, naquele perfil. O *post* foi apresentado ao grupo de estudantes da educação básica, participantes da pesquisa.

Figura 1 - Boi da cara preta



Fonte: Facebook/2013.

Após a leitura e análise dos textos elaborados pelos estudantes do Ensino Fundamental, um dos discentes de graduação da UFMA produziu o seguinte comentário:

Na imagem 1, observa-se um desenho de um animal cantando uma paródia de uma conhecida canção de ninar para falar que no *Facebook* as pessoas postam fotos diferentes do que são pessoalmente. Temos 4 (quatro) textos que discorrem sobre essa imagem, o que se observa neles é o fato de expressarem opiniões parecidas acerca da imagem postada, em que afirmam que atualmente as pessoas postam fotos nas redes sociais e, para isso, usam os diversos aplicativos de fotos que fazem os mais variados efeitos nas imagens, que vão desde uma simples iluminação no ambiente à aumentar determinadas partes do corpo da pessoa.

Há alguns pontos de destaques nos textos, como: algumas pessoas postam fotos de quando eram mais jovens, 'enganando' assim as pessoas que 'curtem ou quando comentam' aquelas postagens. Há também as que fazem esses efeitos nas fotos com medo de serem criticadas de alguma forma por seus amigos 'virtuais', assim, está implícito que estas pessoas não se consideram bonitas de acordo com os padrões estabelecidos pela sociedade vigente.

Alguns discordam de quem faz esse tipo de efeito nas fotos e pensam que devem se expor como são na realidade, pois, o que importa seria a beleza interior e não a exterior. Porém, outros acreditam que se elas optaram por fazer isso, devem ser respeitadas, pois, é o modo como elas querem que os outros as vejam. Para alguns, a postagem se tornou agressiva pelo fato de estar implícitas a associação de pessoas feias ao 'capeta'. Com isso, o que vemos são as mais variadas posições acerca de um gênero (postagem), a

utilização da língua para expressar as opiniões acerca do que é exposto através de situações discursivas. (informação verbal)²¹.

No tocante à análise do post intitulado “boi da cara preta” em relação a seu sentido, e, tomando por base as análises realizadas pelos estudantes, estes afirmam que, ainda que a paródia tenha sido produzida com a finalidade de chamar a atenção para a ausência de beleza, ou seja, para a feiura da pessoa, esta é direcionada à cor ou à etnia. Uma estudante da educação básica explicou que a postagem possuía relação com o fato de “[...] muitas pessoas se mostram diferentes do que são de verdade. Elas usam *photoshop* para ajeitar (sic) suas fotos e aparentar uma beleza que nem sempre tem; muitas vezes a menina arruma o cabelo na foto, deixando-o liso, pois na verdade ele é pixaim²²; afina o nariz, melhora a boca [...]”.

Inferese assim, que embora muitos usuários não associem, de forma intencional, o conteúdo da postagem às palavras “negro” e “feio”, fica subtendido que os discursos relacionados ao *post*, inferem a relação beleza-feiura à negritude, estereotipando o negro, cujos traços físicos – fenótipo – em diversos episódios são considerados negativos.

Nesse sentido, Bakhtin (2003), chama a atenção para o fato de que, para interagirem discursivamente, as pessoas precisam saber se expressar em diferentes situações, e, portanto, dominar os gêneros das diferentes esferas sociodiscursivas.

Assim, é compreensível que alguns sujeitos, mesmo tendo um bom domínio linguístico-discursivo em determinadas situações, não consigam se expressar de maneira eficaz em outro contexto. Para Bakhtin, trata-se de uma inabilidade relacionada exclusivamente aos gêneros específicos daquela esfera. E, continuamente, os gêneros emergem das mais variadas situações, eles nascem de acordo com a necessidade comunicativa.

Na noção de gênero discursivo proposta por Bakhtin (1986), a linguagem é considerada um fenômeno social, histórico e ideológico. Nesse sentido, o autor define os gêneros do discurso como formas estáveis de enunciação, elaborados de acordo com as condições específicas de cada campo da comunicação verbal. Essa definição remete à situação sócio histórica de interação que envolve o tempo, o

²¹Texto produzido por estudante universitário, após análise das redações dos estudantes da Educação Básica.

²² Cabelo crespo; seco; geralmente refere-se ao cabelo de pessoas negras.

espaço, os participantes, e, por extensão, a finalidade discursiva e o suporte midiático.

Cada esfera de interação comunicativa produz seus próprios gêneros. Considerando-se o conteúdo do *post* analisado, infere-se que a paródia é utilizada tão somente para evidenciar a feiura de um (a) usuário(a) da internet, que posta fotos pessoais diferentes da imagem real.

Assim, como já mencionado anteriormente, ao evocar *o boi da cara preta*, o locutor, à primeira vista, chama a atenção para a fisionomia do usuário, usando vocábulos que aludem a essa aparência. Bakhtin (1986) chama a atenção para os intertextos, afirmando que cada enunciado é uma evocação de outro discurso já dito anteriormente, o que tira seu caráter inédito, ao mesmo tempo em que as respostas atribuídas, em forma de interpretações, possibilitam o diálogo de diferentes enunciadorees, como se pode observar no excerto:

O objeto do discurso de um locutor, seja ele qual for, não é objeto do discurso pela primeira vez neste enunciado, e este locutor não é o primeiro a falar dele. O objeto, por assim dizer, já foi falado, controvertido, esclarecido e julgado de diversas maneiras, é o lugar onde se cruzam, se encontram e se separam diferentes pontos de vista, visões do mundo, tendências” (BAKHTIN, 1999, p. 319)

Compreendemos então, que a relação entre a cor preta e uma estética da representação, supostamente negativa, está arraigada ao imaginário das pessoas, fazendo com que a cantiga seja utilizada para falar da feiura do(a) usuário(a) da rede social. De acordo com Gusmão (1999, p.1), tais percepções significam que “a imagem do negro é mutilada de atribuições positivas, é representada pelas crianças como um mundo triste, marcado pela violência e pela distância real e simbólica entre brancos/negros”.

Tal percepção, orientada pela associação sujeito/imagem faz com que a criança negra, por exemplo, se sinta esteticamente inferiorizada em razão de seu fenótipo, qual seja: a cor da pele, a textura do cabelo, os traços fisionômicos etc. Nessa perspectiva, Menezes (2002), afirma que ao assumir uma posição de inferioridade, – situação esta, resultante da crença que o indivíduo carrega de ser esteticamente inferior –, a pessoa termina admitindo a discriminação exercida pelo grupo dominante.

Muitos são induzidos a acreditar que sua condição inferior é decorrente de suas características pessoais, deixando de perceber os fatores externos, isto é, assumem a discriminação exercida pelo grupo dominante. Nesse momento, surge a idealização do mundo perfeito e a desvalorização do que é diferente, construindo-se a seguinte associação: o que é perfeito é bonito e certo, o contrário é feio e errado. (MENEZES, 2002, p. 5).

Se ampliarmos a discussão, sobre esse suposto sentimento de inferioridade desenvolvido pelos negros, vamos compreender que na base dessa ordem está o que o ensaísta Fanon (2008, p. 59), identifica como necessidade da brancura. Ou seja, para ele, “o problema é saber se é possível ao negro superar seu sentimento de inferioridade, expulsar de sua vida o caráter compulsivo, tão semelhante ao comportamento fóbico”.

Observa-se assim, que Fanon (2008) chama a atenção para uma característica que é inerente ao ser humano de modo geral: a vontade de superar a si mesmo e a todo sentimento ou característica que o coloca na condição de ser inferior; e justamente nesse esforço de superação, negros e negras se deparam com um mundo branco que se coloca muitas vezes como muralha quase intransponível ou com desafios difíceis de serem superados, como por exemplo, a questão da brancura que se materializa para além da questão fenotípica.

Essa ‘brancura’, em uma sociedade marcadamente preconceituosa e estigmatizadora como a brasileira, materializa-se sob diferentes formas. Ser branco é ter uma educação de qualidade, o direito à moradia, saúde e segurança, ou seja, ter direito ao usufruto de um estado de bem estar social que a maioria da população não alcançou e dificilmente alcançará.

Entendemos que, segundo o que especifica o filósofo e psiquiatra Frantz Fanon, no negro ainda persiste “uma exacerbação afetiva, uma raiva em se sentir pequeno, uma incapacidade de qualquer comunhão que o confina em um isolamento intolerável. (MENEZES, 2002, p. 5).

A comunhão então, se refere ao desejo e muitas vezes, luta por direitos de primeira instância, tais como já mencionamos anteriormente, saúde, educação, segurança, entre outros, que, ao não serem conquistados por todas as pessoas, geram a segregação e a intolerância, assim como o surgimento de parâmetros de atributos que diferenciam uns dos outros.

Baseados nessa orientação, observamos que no caso em tela, tal objeto, qual seja: a suposta falta de atributos positivos da moça descrita no *post* faz com

que a mesma seja associada diretamente à imagem do “capeta”. Uma ideia que apresenta um significado extremamente impactante, se levamos em consideração que o Brasil é um país que professa diversas matrizes religiosas. Destacamos ainda, que o teor das postagens, foi, segundo alguns estudantes, considerado agressivo precisamente por explicitar a relação de ‘pessoas feias’ com o ‘capeta’.

No entanto, nos chama a atenção o fato de que nenhum dos estudantes, fossem os do Ensino Fundamental ou os do Ensino Superior – que analisaram os textos dos primeiros – não terem observado as subjetividades que permaneceram veladas por detrás da mensagem.

Nesse sentido, observamos que existia uma séria questão a ser discutida, qual seja, a questão racial, a qual deveria ser trabalhada adequadamente na escola, no contexto do que preconiza a Lei nº 11.645/2008.

Tal abordagem, uma vez emergida do texto, possibilitaria aos estudantes não verem de forma natural, mas perceberem o racismo que subjaz nesse discurso, aparentemente inocente e desprezioso, mas que atinge seu propósito racista, que pode ser observado nos comentários dos usuários, seguidores da pessoa que compartilhou em sua página a postagem. Assim, comentários como “pras amigas” ou “parece uma *piurinha* que conheço” evidenciam que o usuário atingiu o seu propósito, qual seja ridicularizar uma terceira pessoa.

Sobre esse aspecto, Bakhtin (2003, p. 308), discorre que:

O enunciado é um elo na cadeia da comunicação verbal. Representa a instância ativa do locutor numa ou noutra esfera do objeto do sentido. Por isso, o enunciado se caracteriza acima de tudo pelo conteúdo preciso do objeto do sentido. A escolha dos recursos linguísticos e do gênero do discurso é determinada principalmente pelos problemas de execução que o objeto do sentido implica para o locutor (o autor). E a fase inicial do enunciado, a qual lhe determina as particularidades de estilo e composição.

Verificamos que, na postagem analisada, o autor – usuário do perfil –, escolheu cuidadosamente os recursos verbais e não verbais que compõem o *post*²³, como é conhecida a postagem publicada, a fim de chamar a atenção para a feiura.

Do ponto de vista semiótico, para atrair os usuários, o post foi montado a partir da utilização de um personagem de um famoso filme infantil, que atrai pela graciosidade. A música utilizada chama a atenção por parafrasear uma canção de ninar bastante popular.

²³ Mensagem com ou sem imagem veiculada nas redes sociais

Quando observamos a postagem, identificamos que há uma precisão e até mesmo um direcionamento da pessoa ridicularizada, que perde o anonimato, quando outros usuários, em seus comentários, fazem alusões à mesma. Nessa acepção, tal como dispõe Bakhtin (2003, p. 308):

A relação valorativa com o objeto do discurso (seja qual for esse objeto) também determina a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado. O estilo individual do enunciado se define acima de tudo por seus aspectos expressivos. Isto é comumente admitido no domínio da estilística — chega-se, aliás, a reduzir o estilo aos aspectos emotivo-valorativos do discurso.

Fica assim, evidente, que na construção do *post*, o autor seleciona, com acuidade; ratifica-se que os recursos que compõem o enunciado, buscam inclusive, uma proximidade com o interlocutor, chamando sua atenção, por meio da imagem usada na postagem e da alusão à cantiga “boi, boi, boi...”, onde prevalece uma espécie de ação e intenção evocativa.

Ao evocar a imagem do “boi da cara preta”, o locutor chama a atenção de um interlocutor, que se manifesta, ainda que seja pelo uso de expressões como “kkkk”, que reproduz o riso e ao mesmo tempo sua aquiescência, ao achar engraçado o conteúdo semântico da paráfrase, sem atentar ou até mesmo, em alguns casos, sem dar-se conta do conteúdo racista e preconceituoso da mensagem. Observamos assim, uma alternância que pressupõe um diálogo entre os interlocutores, diálogo este que nem mesmo a distância geográfica, ou o espaço digital, que poderia ser fator de impedimento para uma conversa face a face, não conseguem evitar. Tal alternância é comentada por Bakhtin (2003, p. 335) quando este afirma que:

A alternância dos sujeitos falantes e a alternância dos locutores (dos autores de um enunciado). Pode-se estabelecer um princípio de identidade entre a língua e o discurso, porque no discurso se apagam os limites dialógicos do enunciado, mas jamais se pode confundir língua e comunicação verbal (entendida como comunicação dialógica efetuada mediante enunciados).

A enunciação de um e outro, ou seja, de falante e ouvinte, de forma alternada, materializa o diálogo entre estes, como já mencionado anteriormente. Observamos assim, uma espécie de cooperação e cumplicidade entre os

interlocutores. A sonoridade presente na rima estimulam tanto a cooperação, quanto a cumplicidade dos interlocutores.

Considerando-se, pois, essa comunicação em cadeia, tal qual preconiza o autor, chama-se a atenção para o compartilhamento em rede de uma postagem com teor semelhante a esse e seu potencial para multiplicação – compartilhamentos contínuos –, disseminando, assim, o preconceito em rede. Segundo Silva (2005, p. 154):

É importante, desde logo, lembrar, sobretudo em se tratando de estudos que se propõem a conhecer e valorizar feições étnico-histórico culturais, e por isso mesmo socialmente situadas, que não há um único estilo de apreender e de significar o mundo. As maneiras como nos aproximamos de novas situações, de dados que precisamos decodificar, produzindo conhecimentos, são marcadas pelas experiências que vamos vivenciando, ao longo da vida, juntamente com os companheiros dos grupos a que pertencemos, como o grupo étnico, religioso, de trabalho, de brincadeiras, dentre outros.

Nesse contexto, insere-se a figura da escola, dos docentes, e, por extensão, todos os sujeitos envolvidos no processo ensinar e aprender que, no contexto do currículo trabalhado, devem estimular os estudantes a refletir sobre o mundo que os cerca.

Tal reflexão deve estar pautada nos modos como se concretizam os episódios de discriminação étnico racial na comunidade escolar e na sociedade em geral, e de como se estabelecem as relações entre os sujeitos, relações estas que podem suscitar o desrespeito por meio de atitudes constrangedoras e preconceituosas. Silva (2005, p. 149), acrescenta ainda que:

[...] é justamente o campo dos valores que apresenta uma maior complexidade, quando pensamos em estratégias de combate ao racismo e de valorização da população negra na escola brasileira. Tocar no campo dos valores, das identidades, mexe com questões delicadas e subjetivas e nos leva a refletir sobre diversos temas presentes no campo educacional. Um deles se refere à autonomia do professor.

Nessa perspectiva, evidencia-se assim, a figura do professor, enquanto elemento que, por meio de sua atitude e abordagens dos conteúdos, poderá estimular a promoção do respeito e minimização de diferenças, sejam elas sociais, econômicas ou étnico-raciais. Entendemos que este professor deva trabalhar em uma perspectiva que suscite no educando, não somente o desenvolvimento de

respeito às diferenças, mas posicione-se em relação a atitudes de discriminação e racismo.

8.2 Devassa

O segundo post apresentado aos estudantes foi uma propaganda de uma marca de cerveja, lançada no mercado de bebidas há alguns anos. A cerveja é classificada, conforme as escolhas publicitárias em tipos femininos, fazendo alusão à mulher brasileira, quais sejam: a loura, a negra, a índia, a ruiva e a sarará.

Antes de analisarmos o *post* nos aspectos a que nos propomos nesta tese, enfatizando principalmente a questão racial, é imprescindível fazermos uma breve, porém necessária digressão acerca da questão do gênero feminino e a representação dessa estética no contexto social brasileiro, especificamente no que tange aos modelos produzidos para a publicidade.

Assim, podemos inferir que a imagem da mulher – sobretudo a brasileira –, associada ao consumo de produtos das mais diversas marcas disponíveis no mercado, vem gerando discussões e debates acerca da forma como esta é visualizada e tratada na sociedade, sendo na maioria das vezes, tomada como objeto que está à disposição dos desejos e anseios do homem. Nessa acepção, é recorrente observarmos que a mulher é apresentada com nuances que a colocam, amiúde, em uma condição inferior ao homem, ao ser mostrada de forma coisificada, como um objeto a ser consumido. Borges (2012, p. 180) afirma que:

As formas de emoldurar o Outro, de fundi-lo em figuras restritas, é prática recorrente nos sistemas midiáticos que se nutrem, em grande medida, do discurso imagético. A gramática de produção desses sistemas homogeneiza signos dispersos no tecido social, adequando-os às máquinas tecnológicas de produção de sentido da contemporaneidade. Desse primado, tem-se que os suportes comunicacionais, especialmente aqueles fundados na imagem, precisam ser adequados a alguns códigos que se querem universais, facilmente reconhecíveis por plateias amplificadas (de leitores, ouvintes, telespectadores e, mais recentemente, de internautas). O código produz e regula a convenção que tem por efeito último orientar as escolhas e “gostos” da assistência.

Ao ter sua imagem associada a diferentes produtos, a serem adquiridos, tais como carros, cigarros e bebidas, entre outros, nessa esfera midiática, a mulher torna-se ‘uma coisa’ a ser consumida e descartada. Tal consumo se evidencia nas propagandas e comerciais veiculados na TV e em diversos canais da internet, que,

ao sincretizar a linguagem verbal e visual, tenta manter a atenção do enunciatário, ou seja, de um receptor da mensagem.

Chamamos, porém, a atenção para o fato de que, na perspectiva bakhtiniana, não exista um receptor passivo da mensagem, ou seja, da existência, no plano discursivo, de alguém a receber (e guardar) a mensagem. Para o teórico, a responsividade, que se materializa no âmbito do diálogo, pressupõe uma autoria coletiva por parte dos sujeitos do discurso. Assim, no contexto da ação dialógica estabelecida entre locutor e interlocutor, a responsividade gera um dizer que não é só de um ou de outro, observando-se um entrecruzamento enunciativo entre os enunciados proferidos pelos sujeitos do discurso.

A cervejaria, ao fazer uso de um texto sincrético, tem como intenção atrair o consumidor, deixando explícita, para o enunciatário, a ideia de gostosura da cerveja ligada à figura da morena gostosa, o que se evidencia em diversos aspectos observáveis na imagem da propaganda. Chamamos a atenção para uso do vocábulo “morena”, usado propositadamente neste contexto, em razão do mesmo ser usado no cotidiano brasileiro, para se referir à mulher negra.

Não é difícil entender por que, no Brasil, o emprego, atualmente muito flexível ou elástico, da palavra moreno veio a ser um dos eventos semântico-sociológicos que mais caracterizaram o desenvolvimento da América Portuguesa como de uma sociedade cuja composição multirracial cada vez mais vem a ser aquilo que um inventor de neologismos talvez se atrevesse a descrever como meta-racial. Isto é, uma sociedade na qual em vez da preocupação sociológica com a caracterização minuciosa de tipos intermediários ou de matizes entre branco e preto, branco e vermelho, branco e amarelo, a tendência é, ou começa a ser, para aqueles que, sendo membros da sociedade ou comunidade brasileira, não são completamente brancos, ou completamente pretos, ou completamente vermelhos, ou completamente amarelos, de serem descritos, ou de considerarem-se a si mesmos quase sem discriminação, como "morenos". [...] A mesma palavra vem tendo um emprego sociológico flexível e biologicamente elástico – tão elástico que mesmo negros retintos ["black negroes"] são atualmente descritos, no Brasil, como morenos (FREYRE, 1966, p. 14).

Com base na concepção de Freyre (1947) inferimos que a palavra em si, possui uma carga semântica que classifica não somente as diferentes raças, mas aponta a existência, no grupo das pessoas negras, de tipos que não são exatamente pretos e, tampouco, brancos.

Concebemos assim, que o vocábulo passa a ter um peso discriminatório, tal como acontece com “mulato(a)” ou pardo(a). O autor aponta para a “elasticidade” do termo, que passa a ser usado para pessoas negras de todas as tonalidades.

Na discussão e análise da postagem alguns estudantes observaram que as expressões “morena” e “mulata” são usadas com maior frequência em relação à mulher e contém em si, certa lascívia, remetendo à questão da sexualidade e sensualidade, conforme se observa em: “Normalmente somente mulheres são chamadas de “mulata” ou “morena”. A palavra “morena” normalmente é um elogio à mulher e traz uma conotação mais suave do que a palavra “mulata” cujo cunho sexual fica mais evidente²⁴”

No caso em tela, apesar da cervejaria ter classificado seus produtos com mulheres de diferentes etnias, a propaganda evidencia a imagem da mulher negra. Destacamos assim, especial atenção para o caráter dialógico da linguagem que “caça” o outro na tentativa de que o mesmo lhe responda, impingindo sentido a seu enunciado, o que geralmente ocorre no discurso publicitário. (Figura 2).

Figura 2 - Devassa negra



Fonte: Facebook/2014

Nesse sentido Bakhtin (2003, p. 318-319) afirma que

[...] um enunciado é sulcado pela ressonância longínqua e quase inaudível da alternância dos sujeitos, falantes e pelos matizes dialógicos, pelas fronteiras extremamente tênues entre os enunciados e totalmente permeáveis à expressividade do autor. O enunciado é um fenômeno complexo, polimorfo, desde que o analisemos não mais isoladamente, mas em sua relação com o autor (o locutor) e enquanto elo na cadeia da comunicação verbal, em sua relação com os outros enunciados (uma relação que não se costuma procurar no plano verbal, estilístico composicional, mas no plano do objeto do sentido).

²⁴ Narrativa de aluna da graduação, em roda de conversa.

Enquanto elo de uma cadeia comunicativa, especialmente quando esse elo usa como canal a internet, os sentidos atribuídos ou capturados por esses outros vai se disseminando comentário a comentário, possibilitando uma naturalização de fenômenos como o racismo (SANTOS, 2000), a utilização da figura feminina ou por que não dizer da mulher como objeto sexual, conforme se pode observar na análise dos estudantes:

Na figura 2, pode se observar uma propaganda de cerveja, onde a figura feminina é mostrada como símbolo de sensualidade. Três textos produzidos por alunos do ensino fundamental tiveram como tema essa imagem, chamando atenção dos estudantes para o machismo, ao associar mulher e bebida, o que foi unanimidade entre todos que analisaram o post. Alguns destacaram a cor da roupa da mulher (vermelha) associando à sensualidade. Em um dos textos produzidos, o aluno fala dos traços físicos dela, criticando o fato de a mesma não apresentar características reais de uma negra, pela estética do corpo, que se assemelha ao de uma mulher branca. Observamos assim, que o olhar das pessoas diferem a partir do ponto de vista por elas assumido. (informação verbal).

No *post* analisado pelos estudantes, destacamos o teor da propaganda, a começar pelo nome da cerveja, a *Devassa Negra*, e pelo fato de a mesma vir sublinhada por significados que coisificam a mulher negra. Uma estudante escreveu que “a roupa da mulher é que explica o nome “Devassa”, pois ela aparece quase nua. Sua aparência é vulgar e feia”. A enunciação da estudante reflete sua percepção sobre o nome da cerveja e o modo de vestir da mulher da propaganda. Fica implícita uma espécie de justificativa e até mesmo naturalização do nome com o fato da exposição de partes do corpo.

Chamamos também a atenção para o *slogan* da propaganda: quando destaca que “É pelo corpo que se reconhece a verdadeira negra”, condiciona o consumidor a um olhar para o apelo sexual da propaganda, intensificando-se o papel da mulher, que, mostrada de forma estereotipada, como objeto de consumo, alude ao prazer que pode ser oferecido ao consumidor da cerveja, especialmente ao público masculino. Para Guillaumin (1994, p. 1):

O reconhecido parentesco entre racismo e sexismo repousa em primeira análise em analogias evidentes. O desprezo com que são consideradas as raças não-brancas e o sexo fêmea, a violência física que os ameaça constantemente e se exerce esporádica ou regularmente, a inferioridade social em que umas e outro são mantidos pela divisão do trabalho, a

precariedade econômica que decorre disso, a segregação espacial e temporal que mantém a dominação na qual vivem são **fatos**.

Evidencia-se, assim, a visão acerca da mulher, enquanto objeto a serviço do prazer e satisfação dos desejos masculinos, a qual foi sendo construída ao longo dos séculos, onde fatos que se apresentam cotidianamente explicam tal construção. Discutindo sobre a estética utilitária da propaganda com o uso de imagens de mulheres e a conseqüente exploração do corpo feminino, Silva (2010, p. 160, grifo nosso), analisa:

O espaço construído pelo enunciado se projeta para o leitor através da fusão de sensualidade e delírio, envolvimento íntimo e sonho. Tomado pela imagem, o leitor [consumidor] tem a sensação de uma provocante imagem onírica que se mostra como promessa de prazer. Sim, porque este espaço visual sugere ao leitor um absoluto de intimidade, um mergulho na corporalidade, tão próximo e ao mesmo tempo tão absurdo.

Observamos que a propaganda visa pôr em evidência a imagem de uma mulher, tomada como produto de consumo, cuja suposta vulgaridade se apresenta na figura, de muitas formas, entre elas, os adereços nos cabelos e no braço, que remetem às vedetes, que eram consideradas símbolos sexuais. O microvestido exuberante, criado com o propósito de seduzir o consumidor, deixa entrever partes do corpo feminino. Podemos perceber que para além do microvestido que suscita extrema sensualidade, a campanha publicitária exacerba a imagem da *Devassa Negra*, destacando as meias e o sapato de saltos.

Ressaltamos, no texto analisado, vocábulos e expressões como: “devassa negra”, “encorpada”, “cremosa”, “aroma de malte torrado”, expressões que remetem ao corpo feminino e ao estereótipo de sensualidade impingida à mulher negra brasileira. Assim, o sentido presente nesses vocábulos se relaciona diretamente aos valores ideológicos que foram sendo construídos ao longo da história do país, coisificando e estereotipando a mulher, em especial a negra.

Tal estereotipização ocorre a partir do cruzamento de pensamentos e pontos de vistas que vão se cristalizando por meio da enunciação de diferentes sujeitos, tal como atesta Bakhtin (2003, p. 319):

O objeto do discurso de um locutor, seja ele qual for, não é objeto do discurso pela primeira vez neste enunciado, e este locutor não é o primeiro a falar dele. O objeto, por assim dizer, já foi falado, controvertido, esclarecido e julgado de

diversas maneiras, é o lugar onde se cruzam, se encontram e se separam diferentes pontos de vista, visões do mundo, tendências.

Nessa compreensão, Shestakov (2004) comenta que é “uma tendência à padronização, com a eliminação das qualidades individuais e das diferenças, com a ausência total do espírito crítico nas opiniões sustentadas”, haja vista os vocábulos que compõem os enunciados suscitarem estereótipos negativos sobre a mulher. Em uma acepção mais incisiva, isto significa dizer que, no campo midiático, o enunciado da propaganda da cerveja, sugere ao consumidor para que este faça a associação direta entre o corpo negro e escultural da mulher devassa com a cerveja a ser consumida.

Os estudantes evidenciaram que, no anúncio analisado, chama também a atenção, a cor vermelha do traje da mulher negra, a qual alude à sensualidade. Silva (2005, p. 47), discorre a respeito do estereótipo da mulata lasciva, utilizada durante o período pré-abolicionista. Dentro daquele contexto, onde a mulata sensual se constituía objeto de desejo de homens brancos e, ao mesmo tempo, um perigo aos lares, prevalecia a ideia negativa sobre a mulher negra. Ideia esta que percebemos emergir do discurso publicitário evidenciado no post analisado.

Entretanto, compreendemos que tal ideia visa minimizar o teor agressivo contido no contexto, ou seja, por ser sensual, a mulher negra é objeto de consumo, um prazer momentâneo. Daí os predicativos considerados pela publicidade como positivos, quais sejam: *encorpada* e de *alta fermentação*. Tal ideia constitui-se uma forma de internalização da ideologia do branqueamento. (SILVA, 2005).

Ainda que no contexto da ideia suscitada pela propaganda, pareça à primeira vista que tenha como intenção valorizar a imagem feminina, enaltecendo a mulher, ao se fazer uma análise mais profunda, observa-se que os atributos destacados depreciam e estereotipam a figura feminina, em geral, e mais especificadamente a da mulher negra. Borges (2012, p. 182) afirma que

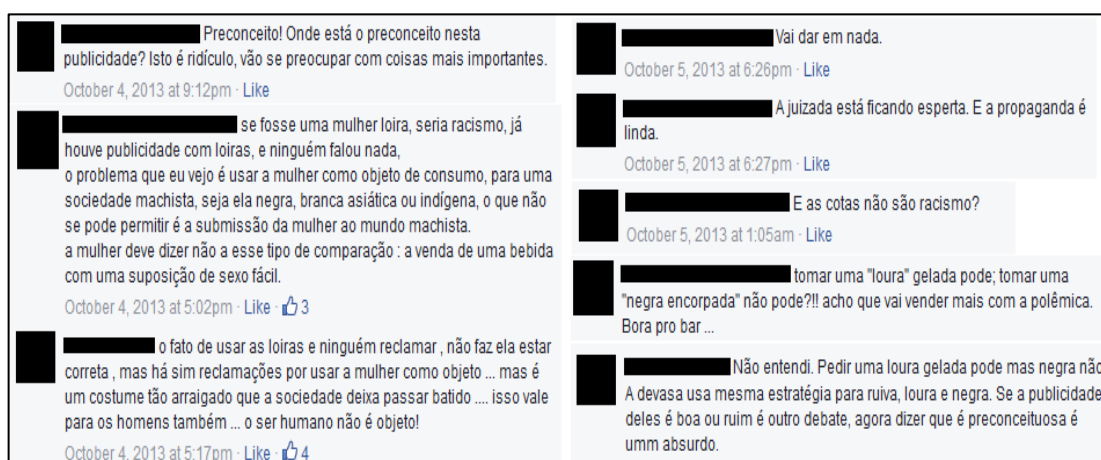
[...] a mídia institui padrões operacionais: falas e sotaques, vestimentas, modelos de beleza, procedência geográfica são balizas que conduzem a modos específicos de escrever, filmar e fotografar, ou seja, de mostrar ou ocultar, que acaba, em última instância, de forma arbitrária e excludente, sintetizando o universal do homem. Tanto no Brasil quanto em outros países, os sistemas informativos demarcam e diferenciam o que é relatado/ mostrado, estabelecendo sempre modelos e estilos de vida a serem seguidos.

Nesse contexto se insere a figura da mulher, cabendo chamar a atenção para o fato de que, no contexto da propaganda analisada, de uma marca de cerveja, somente se visualiza uma moça negra por causa da classificação da cerveja: Devassa Negra, pois geralmente, as cervejarias utilizam em seus comerciais, figuras de mulheres brancas, loiras, em sua maioria.

Ratifica-se assim, que no comercial veiculado nas redes sociais predomina a coisificação da figura feminina, explorada enquanto personagem da propaganda: e no caso, além de mulher, também negra.

Um estudante de graduação, participante da pesquisa, produziu o seguinte comentário, após ler os textos dos estudantes da educação básica: “A partir da leitura dos textos produzidos pelos estudantes verificamos que o uso da imagem da mulher negra não choca as pessoas, ainda que esta imagem associe a mulher a um objeto sexual”. Tal comentário reflete o que foi publicado em rede a partir da postagem, conforme se visualiza na figura 3:

Figura 3 - Comentários sobre o post da Cerveja Devassa



Fonte: Facebook/2014

Os estudantes da graduação observaram em suas narrativas que vários usuários não veem problema no comercial, considerando natural tal associação, o que já chamamos a atenção anteriormente. Em vários enunciados foi justificado que a mulher sempre foi usada em propagandas de cerveja; consideram, inclusive falta do que fazer ou mesmo perda de tempo em promover tais discussões, ainda que se observe que, nesse caso específico, os atributos que sobressaem na propaganda intensificam potencialmente episódios de preconceito e racismo que já são

frequentes na grande mídia, seja em comerciais da TV aberta, seja na internet ou mesmo em livros de literatura.

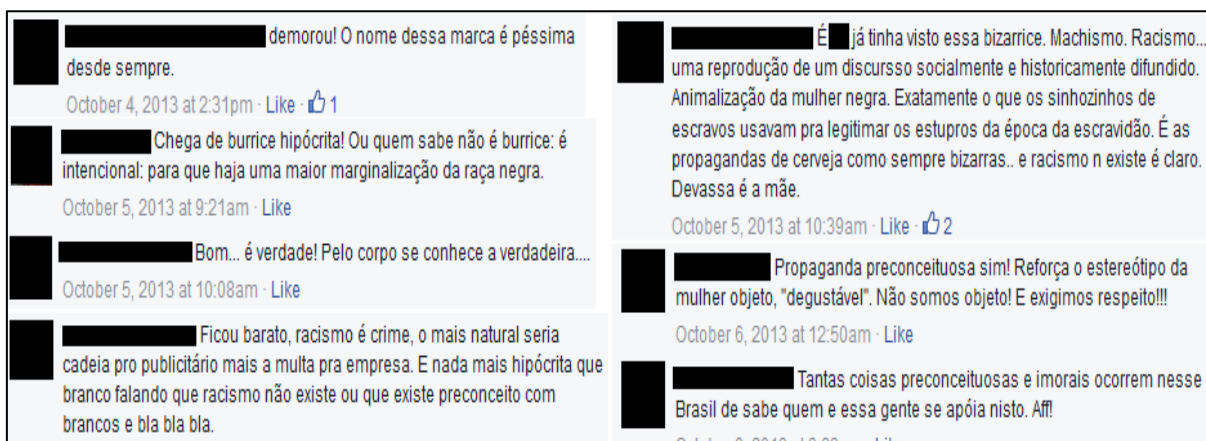
Essa naturalização é tão veemente, que, mesmo a propaganda tendo sido denunciada como preconceituosa e abusiva, a autoridade judicial, conforme se pode visualizar no anexo 3, julgou que:

No caso em análise não se percebe nenhuma mácula na imagem da mulher negra. Pelo contrário, a propaganda realmente é irreverente e a ideia é causar um impacto com humor com o objetivo, certamente, de provocar comentário, chamar a atenção do consumidor. Se alguma conclusão pode ser tirada a respeito, é exatamente o elogio ao corpo da mulher. (GUTMANN, 2013).

Desse modo, evidencia-se que a história da formação do povo brasileiro, bem como a maneira como homens e mulheres negros são tratados, justifica o olhar da autoridade que após analisar os fatos considera um elogio tal abordagem apresentada no comercial, aceitando a argumentação da cervejaria que interpreta que as acusações se deram pelo fato das pessoas que denunciaram a propaganda estarem “diretamente envolvidas com políticas de promoção de igualdade racial e causas voltadas a defesa da população afrodescendentes, o que explica a suscetibilidade exacerbada que transmitem diante da propaganda”.

Enfatizamos que não somente as pessoas que denunciaram o conteúdo do comercial, mas outros usuários consideraram como negativa e preconceituosa a propaganda veiculada, como se observa na figura 4:

Figura 4 - Outros comentários sobre o post da Cerveja Devassa



Fonte: Facebook/2014

Ainda que alguns comentários evidenciem a gravidade da questão, ou seja, do tratamento dado à mulher, sendo que alguns enunciados chamam a atenção para a estereotipização da mulher negra, como objeto de consumo, observamos que poucos estudantes consideraram errônea a forma como a mulher é mostrada na propaganda, assim como os adjetivos a ela conferidos, adjetivos esses que tão somente estigmatizam e coisificam a mulher negra.

Um dos comentários associa o discurso usado no comercial, como argumento utilizado pelos senhores de escravos, para estuprarem suas escravas. Chama ainda nossa atenção, o fato de nenhum estudante da educação básica ter se manifestado em relação aos comentários mostrados na postagem (Figura 4).

Trazendo a discussão ora proposta para o campo educacional, chama-se a atenção para o fato de que a veiculação de propagandas onde a mulher, de modo geral e, de modo específico, a mulher negra é mostrada de forma estereotipada, pode causar diferentes problemas, entre eles, o de aceitação ou de baixa estima e até mesmo identitários, por meninos e meninas negras.

Nessa acepção, a escola, mais uma vez, constitui-se enquanto espaço a trabalhar a temática no âmbito do currículo, devendo suscitar discussões e análises de situações semelhantes, especialmente aquelas em que a mulher negra é mostrada de forma estereotipada em propagandas publicitárias, discutindo ainda as relações de poder que subjazem o discurso publicitário, fazendo com que as pessoas não somente consumam produtos, mas internalizem e naturalizem determinadas posturas.

Gomes (2005) enfatiza o papel da escola na reflexão e análise das questões étnico raciais, criticando o paradigma de que “[...] a função da escola está reduzida à transmissão dos conteúdos historicamente acumulados, como se estes pudessem ser trabalhados de maneira desvinculada da realidade social brasileira”, afirmando que a escola brasileira não pode trabalhar um currículo sem que este esteja voltado para a realidade brasileira cujas raízes negras são inegáveis.

A discussão acirrou o debate e teve como produto uma oficina com crianças dos anos iniciais, onde foram trabalhadas as percepções das crianças acerca das princesas dos contos de fada, verificando uma espécie de desdobramento do tema de nossa pesquisa e um crescente interesse dos estudantes sobre a necessidade de se ampliar a discussão sobre as relações étnico raciais na escola.

8.3 “A garota do tempo”, Maria Júlia Coutinho ou Maju

As inúmeras formas de interação social de uma era contemporânea marcada pelo avanço tecnológico, assim como as trocas de informações totalmente inovadoras com a utilização de mecanismos tecnológicos e novas mídias digitais mudaram a forma de comunicação entre os indivíduos. Nesse aspecto, ao mesmo tempo em que essas novas formas de interação tem contribuído de forma positiva para a fluidez e permanência de uma rede global de relações sócio virtuais, elas podem, entretanto eventualmente, causar consequências danosas na sociedade.

A utilização das redes sociais para todas as facetas tem mostrado a gama de possibilidades que há nestas redes e o conseqüente potencial de comunicação que estas dispõem. As redes sociais, por exemplo, tem o objetivo de aproximar as pessoas, criando uma rede de relações, constituída por milhares de outras sub-relações, que se entrelaçam nas ondas virtuais da internet por meio dos discursos e exposição de perfis dos usuários.

Entretanto, tais discursos, muitas vezes depreciam a imagem de pessoas, não obstante o exercício da profissão, a classe econômica ou esferas sociais a que pertençam; os usuários das redes sociais, todos, indistintamente, estão propensos a serem alvos de algum tipo de discurso pejorativo. Podemos elencar episódios recorrentes envolvendo pessoas comuns, familiares, amigos, conhecidos, etc. Entretanto, dentre estes casos, destacam-se aqueles que ganharam notoriedade por se tratar de episódios envolvendo figuras públicas que vêm se destacando nos meios sociais.

A fim de trazer uma discussão bastante atual, levamos aos estudantes um post onde uma conhecida jornalista negra sofre injúria racial na rede social Facebook. No referido post, a moça é verbalmente atacada, com referências relacionadas a sua raça.

A fim de contextualizar o assunto, de acordo com o relato de uma das alunas da graduação envolvida na pesquisa, foram feitas referências à data em que o post foi publicado, 03 de julho de 2015, Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial. Expressões como “macaca”, “preta imunda” e “jornalista de cota racial” foram disseminadas em rede, causando estranheza e indignação, especialmente por se tratar de uma figura pública, uma jornalista nacionalmente conhecida.

Da mesma forma em que a jornalista foi insultada em rede social, a resposta diplomática e, ao mesmo tempo, veemente para revidar às ofensas, utilizou

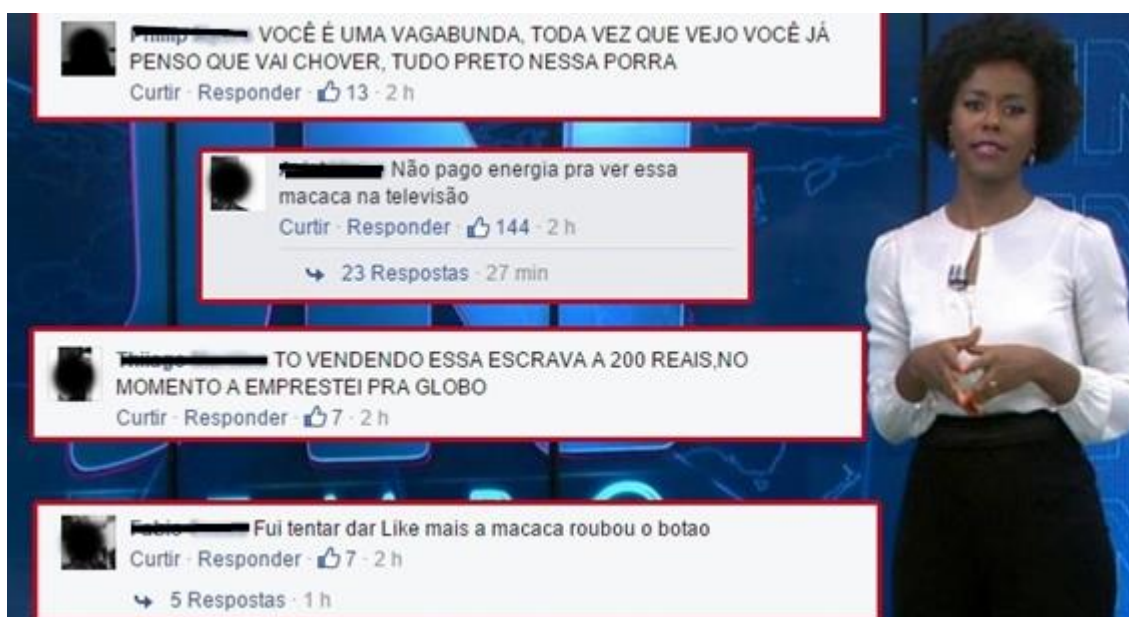
o mesmo canal de comunicação; essa polêmica ficou conhecida como Caso Maju. A polêmica gerou uma discussão em rede nacional, haja vista a atitude discriminatória e preconceituosa ter ocorrido a partir da posição que a jornalista assume na rede televisiva brasileira.

Ela ocupa o lugar de “garota do tempo” em uma rede de televisão e tal episódio de discriminação racial e racismo ocorreu especialmente pelo fato desta ser negra. A jornalista Maria Júlia Coutinho, a *Maju*, como é conhecida, foi fortemente discriminada em uma rede social, com mensagens de teor racista, no perfil do programa para o qual trabalha.

Como forma de responder, posicionando-se contrariamente aos comentários racistas, os usuários usaram os chamados *hashtags*, postando em seus perfis os seguintes dizeres: “#somostodosmaju#. Os *hashtags* são usados para mostrar apoio ou posição contrária a uma dada situação, pessoa ou objeto e vem se constituindo uma forma de expressão entre usuários das redes sociais.

Ao se apresentar as postagens com respectivos conteúdos, pedindo aos estudantes que analisassem o *post* em si e os comentários nele contidos, observamos que os estudantes da educação básica e, posteriormente, os da graduação não ficaram impassíveis ao conteúdo das postagens sobre a jornalista Maria Júlia Coutinho.

Figura 5 - Maria Júlia Coutinho - Maju



Fonte: Facebook.com

Neste caso específico, provavelmente pela notoriedade e repercussão²⁵, os estudantes se posicionaram de forma mais veemente em relação aos comentários feitos, citando exemplos onde haviam sofrido preconceito em razão de sua cor ou etnia. Em um dos textos, um estudante discorre que considerava “um horror (sic) esse tipo de brincadeira”, ao que, na análise, uma graduanda enfatizou que “a situação mostrada de nada tem de brincadeira; é vergonhoso como muitos ainda se posicionam em relação ao racismo, especialmente por ser o Brasil um país onde a maioria é negra”.

A posição dos internautas que utilizaram a rede social para ofenderem a jornalista, desconsiderou o contexto de formação do povo brasileiro, bem como o histórico da miscigenação na colonização do país. A história, a formação da sociedade e da cultura brasileira foram desconsideradas e não impediram que posições racistas fossem assumidas em rede mundial de computadores, a despeito da disseminação do paradigma que mostra o país como o paraíso da tolerância e igualdade de raças.

As análises das mensagens postadas, bem como dos comentários selecionados causaram estranheza nos estudantes, especialmente os da graduação. Uma estudante questionou o fato de que em pleno século XXI ainda se vivencie o preconceito e a discriminação.

Entre os enunciados que mais foram discutidos está: “*Fui tentar dar like, mas a macaca roubou o botão*”; os estudantes destacaram em suas narrativas o fato de que tal comentário além de chamar a jornalista de ‘*macaca*’ faz contundente associação da figura da pessoa negra à prática do furto, o que é recorrente no país, tomando por base o padrão de pensamento manifestado por parte desses internautas.

Assim, faz-se necessário retomar, mais uma vez, a ideia de que historicamente, a imagem do negro sempre esteve permeada por estereótipos negativos. Nessa compreensão, para Bakhtin (2003, p.329) “[...] o texto representa uma realidade imediata (do pensamento e da emoção), a única capaz de gerar essas disciplinas e esse pensamento. Onde não há texto, também não há objeto de

²⁵ Chamamos a atenção para o fato de que geralmente, quando se trata de figuras públicas há uma maior comoção ou mesmo posicionamento em desfavor à agressão por parte das pessoas. Nossa afirmação se dá na medida em que observamos que mesmo em face das agressões terem sido claras quando se referiam a pessoas do povo, na maioria das vezes não se percebe posicionamentos tão contundentes.

estudo e de pensamento”. Nessa acepção, tais enunciados refletem uma concepção que retrata a emoção e posição ideológica do enunciador, que se mostra incomodado pelo fato de um negro e, neste caso específico, uma negra ocupar um lugar recorrentemente ocupado por pessoas brancas.

Sobre essa ideia que vincula a posição e a emoção do sujeito do discurso, Bakhtin (2003, p. 330), afirma:

Dois fatores determinam um texto e o tornam um enunciado: seu projeto (a intenção) e a execução desse projeto. Inter-relação dinâmica desses dois fatores, a luta entre eles que imprime o caráter no texto. Uma divergência entre os dois fatores pode ser muito significativa.

Ao tornar público seu enunciado, o locutor executa sua intenção de verbalizar sua posição dentro da sociedade, ainda que tal posição seja da ideologia de superioridade de brancos sobre negros. No *post* que diz: “Toda vez que vejo você, já penso que vai chover. Tudo preto nessa...” o conteúdo da mensagem permite que percebamos as intenções e relação que os interlocutores estabelecem no ato comunicativo.

Ao postar tal comentário, o internauta relaciona a cor das nuvens em dias de chuvas – pretas – à cor da pele da jornalista, relacionando-as e partindo deste processo para depreciar a imagem da profissional. Sob outra ótica, e, partindo do comentário “[...] tudo preto nessa [...]”, o locutor evidencia a cor da jornalista, deixando subentendido que se a apresentadora fosse branca, provavelmente o discurso seria outro.

Lançamos especial atenção para o fato de que o racismo e a discriminação, bem como o preconceito, que se resumiam anteriormente, a ações ocorridas no contexto de situações face a face, passaram a se materializar em rede.

Entendemos assim, que o preconceito étnico-racial se reconfigura na contemporaneidade de uma forma muito mais insolente e com um alcance potencializado, haja vista a abrangência e velocidade permitida pela internet no tocante aos compartilhamentos.

Tal concepção nos leva a afirmar que o racismo significativo que permeia a sociedade internauta/virtual, não se preocupa em verbalizar discursos racistas e preconceituosos de forma pública, continua presente e potencialmente mais agressivo, ao se disseminar em rede, pois, segundo Charaudeau (2007, p. 32) “[...]”

essa problemática pode ser chamada de descritiva, porque visa descrever estes tipos de ideias de situações comunicativas [...]”. É evidente que a natureza descritiva é ao mesmo tempo discriminatória, carregadas de pré-conceitos e preconceitos, instigando as posições de pensamentos partindo das preferências ideológicas. Entretanto, sai do plano subjetivo, quando associado exclusivamente ao perfil individual de um usuário declarado racista, e alcança a coletividade, posto que todos os demais usuários dessas redes sociais estão, decisivamente, suscetíveis a sofrerem algum tipo de preconceito.

No comentário “*Você é uma vagabunda, toda vez que vejo você já penso que vai chover, tudo preto nessa porra (sic)*”, os estudantes da graduação, ao analisar o teor dos textos produzidos pelos alunos do ensino fundamental apontaram para o fato dos enunciadores utilizarem palavras “*muito fortes e insultivas*” (sic) nos posts, para se referir à jornalista.

Partindo dessa observação, podemos inferir, que há, nessa postagem, um desejo de demarcar a questão racial como elemento de inferiorização. Bakhtin (2003, p. 208) atesta a existência de um “[...] desígnio formal determinado e demarcado que se realiza através de um determinado material, neste caso, verbal”, demonstrando assim, o papel do enunciado que se materializa pela alternância do eu e do tu no discurso, ou seja, dos falantes.

Se retomarmos as ideias observadas sobre o ‘embranquecimento’ do negro ao longo da história, compreenderemos que, as agressões racistas sofridas pela jornalista Maria Júlia, traz em sua essência, marcas dolosas desse processo de ‘embranquecimento’ que se deu ao longo da história do país.

Nessa perspectiva, as palavras são escolhidas cuidadosamente para descrever um discurso notoriamente racista, haja vista a intencionalidade do locutor que utiliza categorias como “vagabunda”, “macaca”, “tô [sic] vendendo essa escrava por 200 reais”; além da expressão “tudo preto...”. Sendo feita a associação entre elementos que o enunciador considera negativos e a negritude da jornalista.

Bakhtin (2003, p. 315) comenta acerca da composição do enunciado, afirmando que recursos linguísticos são selecionados cuidadosamente na composição do enunciado, a partir da intencionalidade do enunciador, como se observa no excerto:

[...] a expressividade aparece como uma particularidade constitutiva do enunciado. O sistema da língua possui as formas necessárias (isto é, os recursos linguísticos) para manifestar a expressividade, mas na própria língua as unidades significantes (palavras e orações) carecem, por sua natureza, de expressividade, são neutras. E isso que possibilita que elas sirvam de modo igualmente satisfatório a todos os valores, os mais variados e opostos e a todas as instâncias do juízo de valor. O enunciado, seu estilo e sua composição são determinados pelo objeto do sentido e pela expressividade, ou seja, pela relação valorativa que o locutor estabelece com o enunciado.

Um dos graduandos fez o seguinte comentário sobre os termos e expressões usados para caracterizar a jornalista e que chamaram a atenção dos alunos da escola:

[...] à medida em que a gente vai analisando as palavras dos internautas se observa que as pessoas parecem perder o sentido de respeito e censura com os outros, principalmente com as pessoas negras. Quando são colocadas palavras como vagabunda e macaca é para denegrir a imagem da Maju, colocando-a em uma posição inferior, o que é uma atitude preconceituosa e racista.(informação verbal).

Tais postagens são consideradas racistas, não exclusivamente pelo teor discursivo empregado, tampouco pela empiria desenvolvida ao longo da pesquisa, mas, por elencar a materialização do que é identificado como racismo segundo Munanga (2012, p. 15).

Para ser racista, coloca-se como postulado fundamental a crença na existência de “raças” hierarquizadas dentro da espécie humanas. De outro modo, no pensamento de uma pessoa racista existem raças superiores e raças inferiores. Em nome das chamadas raças, inúmeras atrocidades foram cometidas na humanidade: genocídio de milhões de judeus e ciganos durante a Segunda Guerra Mundial. [...] Isto é, a identidade do mundo negro se inscreve no real sob a forma de “exclusão”. Ser negro é ser excluído.

Compreendemos assim que quando o interlocutor afirma “[...] não pago energia para ver essa macaca [...]”, a opinião deste relaciona-se com muitos episódios de preconceitos notadamente racistas acontecidos no Brasil. Tais episódios são evidenciados principalmente nos campos de futebol, onde jogadores negros são chamados de macacos.

A teia de significados passa, então, a ser internalizada pela sociedade, que passa a fazer de forma natural e comum a associação entre macaco (a), negro (a), escuro (a), em oposição a humano, branco e claro, o que na acepção de

Munanga (2005) faz com que estas passem a rejeitar a si mesmas, no caso de crianças negras ou aos outros, quando se trata de crianças não negras.

Chamamos a atenção para os casos de racismo envolvendo negros, não estão contingenciados unicamente ao mundo midiático; pelo contrário, tais episódios estão atrelados ao cotidiano do brasileiro, como já mencionamos anteriormente e que vale à pena mais uma vez enfatizar, desde a formação da sociedade brasileira, quando europeus brancos, índios nativos e negros traficados iniciaram a constituição da nossa história.

Cabe, à sociedade em geral, mas de forma mais específica, à educação, considerando o caminho por nós trilhado, não uma solução para os problemas que assolam a sociedade, mas a busca por um caminho estratégico a ser trilhado para que se alcance justiça social, combatendo toda a sorte de discriminação.

Para tanto, torna-se necessário que os educadores reconheçam a diferença entre racismo, preconceito e discriminação racial, trabalhando tais conceitos no âmbito dos componentes curriculares e respectivos conteúdos nas diferentes áreas de conhecimento.

8.4 Casal de namorados

Outro caso de racismo e preconceito racial ocorreu, quando de uma publicação em rede, em agosto de dois mil e quatorze: Uma moça negra recebeu postagens ofensivas a partir de uma foto, por ela publicada, em seu perfil no *Facebook*. Na foto (Figura 6), esta aparece com o namorado branco.

Assim, o que poderia ser um fato corriqueiro, onde pessoas postam fotos e mensagens em seus perfis, gerou toda uma discussão, especialmente quando se considera que nos dias atuais e em um país marcado pela miscigenação, ainda causa estranheza relacionamentos inter-raciais.

O *post*, a partir dos comentários inseridos no perfil da usuária suscitou uma série de debates e discussões acerca dos crimes digitais, entre eles, o crime de racismo e discriminação, fato corriqueiro nas páginas do *Facebook*, como atestam diferentes usuários.

Ao ser apresentado aos alunos da educação básica, o *post* causou estranheza, segundo o relato escrito dos estudantes que se surpreenderam com os enunciados dos usuários: "Onde comprou essa escrava? Me vende ela". "Parece até

que tão na senzala". "Seu dono?". "Tipo assim, tia, acho que você roubou o branco pra tirar foto (sic)". "Uhauhau. Que merda, mano. Parece o Tiago e a Leda". "Um branco e uma negosa (sic)". "Se meche vira Nescau", enunciados estes publicados na página da rede social da moça, após esta ter publicado uma fotografia onde aparece ao lado do namorado.

Alguns participantes da pesquisa evidenciaram que as expressões destacadas acima possuíam uma “espécie de conexão entre as falas, como se estivessem conversando entre si, em uma espécie de diálogo onde um fala e o outro responde²⁶”

Figura 6 - Casal enamorado



Fonte: Facebook.com

Considerando, pois, o que preconiza Bakhtin (2003, p. 316) acerca do enunciado e seus reflexos e ecos de outros enunciados, ressaltamos que tais comentários refletem o diálogo dos enunciadores com aspectos relativos a sua história e modos de viver.

²⁶ Narrativa de estudante do 9º ano.

Os enunciados não são indiferentes uns aos outros nem são autossuficientes; conhecem-se uns aos outros, refletem-se mutuamente. São precisamente esses reflexos recíprocos que lhes determinam o caráter. O enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum da comunicação verbal. O enunciado deve ser considerado acima de tudo como uma resposta a enunciados anteriores dentro de uma dada esfera (a palavra "resposta" é empregada aqui no sentido lato): refuta-os, confirma-os, completa-os, baseia-se neles, supõe-nos conhecidos e, de um modo ou de outro, conta com eles.

A associação ao período da escravidão, quando negros eram comercializados; há uma espécie de diálogo com outras situações já vivenciadas pelos enunciadores, que trazem inclusive exemplos de outros casais que vivem situação semelhante.

Mesmo tendo comentários do tipo "Não se trata de ser uma mulher bonita ou um homem bonito e nem dizer se eles são ou não um casal perfeito! São um casal como outro qualquer; são pessoas acima de tudo! Sou negra, meu esposo é branco e sim, denunciaria todos aos quais..." (em resposta a "Casal perfeito".) ou "Que ridículos esses comentários! Cadê a justiça nesse # Brasil? Bando de racistas", fica evidente que o número de enunciados preconceituosos é bastante grande, em oposição àqueles que se opõem a tais verbalizações.

Uma estudante da educação básica comparou a situação de dois colegas de sua rua, que namoram e também são alvos de comentários em razão de constituírem um casal inter-racial, gerando uma discussão oral, relatada pelos estudantes da graduação, acerca da enunciação preconceituosa.

A enunciação preconceituosa e racista se dá em diferentes espaços, o que não é diferente no que diz respeito ao espaço escolar. Cavalleiro (2002) chama a atenção para as práticas de exclusão e discriminação ocorridas no interior da escola e que são a nosso ver, uma reprodução das relações raciais que se (re)produzem, seja na convivência face a face entre as pessoas, ou nas relações em rede, que se materializam na internet. Tais práticas buscam estratégias para esconder seus autores. Nas situações da vida real, podem acontecer por meio de brincadeiras, pela negação da autoria ou alternativas que visam ao anonimato e à impunidade, ao que Bakhtin (2003, p. 217) afirma que

Uma atitude fecunda para com a língua exclui a palavra separada da voz, a palavra da pessoa. Em cada palavra há vozes, vozes que podem ser infinitamente longínquas, anônimas, quase despersonalizadas (a voz dos

matizes lexicais, dos estilos, etc.), inapreensíveis, e vozes próximas que soam simultaneamente.

Um estudante de graduação chamou a atenção para o fato de que muitas vezes, os usuários, na interação online, criam perfis falsos, na tentativa de não serem identificados, os chamados “*fakes*” que apresentam apenas o apelido, com foto que não identifica o dono do perfil. Ainda que a API²⁷ possibilite a identificação do usuário através do IP da máquina utilizada.

No caso específico de uma rede social, os usuários, assim como as *fan pages*, além do nome que fica visível para outros usuários, possuem um número que possibilitam suas identificações. Os nomes ficam visíveis na barra de endereço do navegador, porém, o identificador ID requer conhecimentos mais complexos para sua identificação e nem todos os usuários tem conhecimento de sua existência e função.

Um estudante de graduação narrou que fez uma busca na internet, relatando que esse caso específico vinha sendo objeto de investigação, na tentativa de identificar os autores dos enunciados racistas, o que faz com que se observe que as mudanças de atitude, no sentido de buscar a punição de crimes virtuais, constituem-se uma realidade.

8.5 Miranda

As demais postagens causaram polêmica desde o início por seu conteúdo explicitamente racista e publicado em uma perspectiva de quem foi ridicularizado pela cor da pele ou por qualquer outro atributo que o (a) colocasse na condição de negro (a).

O *post* analisado a seguir (Figura 7) foi publicado por uma pessoa autodeclarada branca, que questiona acerca de quem é verdadeiramente o preconceituoso. Tal conteúdo, nem por isso deixou de gerar polêmica e causar uma série de discussões que também foram por nós analisadas.

²⁷ Application Program Interface.

Figura 7 - Outro olhar sobre o preconceito racial

added 2 new photos

April 7 · 🌐

Na noite de terça-feira , 05/04 fui jantar com uma amiga em um restaurante japonês bem conhecido na Barra da Tijuca.

Assim que chegamos no estabelecimento, ela, alguns passos a minha frente, se dirigiu um pouco distraída à um homem (que por tê-la cumprimentado enquanto subia a pequena escada da entrada do restaurante) que acreditou ser o garçom e perguntou educadamente se havia mesa para duas pessoas disponível no salão interno do restaurante.

Teve a seguinte resposta em voz alta e tom irônico :

- Sou negro mas nem por isso sou garçom aqui !
- Minha camisa parece de garçom né ? (Puxando uma das mangas da regata branca que usava visivelmente irritado)
- Só porque sou negro tenho que ser o garçom né ? (Não que tenha qualquer relevância, mas 100% dos funcionários presentes na ocasião eram brancos e usavam camisa pólo amarela, mas levando em conta que estávamos ali há menos de 1 minuto, não tivemos tempo de perceber)
- Não trabalho aqui não !!! (encerrou grosseiramente, deixando a entender que ela "por preconceito" achou que ele fosse garçom apenas por ser afrodescendente e/ou usando camisa regata).

Ela apenas se desculpou visivelmente constrangida depois do "show" do homem eu apenas ignorei e sentamos em uma mesa próxima.

Quem era o verdadeiro preconceituoso?

No mesmo momento que percebi o preconceito claro no discurso vitimista DELE, percebi também que se tratava de um ator da rede Globo chamado [REDACTED] e entendi claramente que estava extremamente frustrado por não ter sido reconhecido. (Até porque no mundo "hipocritamente correto" de hoje não reconhecer um ator deve ser um crime gravíssimo passível de pauta no congresso e punição).

Comecei então a pensar em quão hipócrita era seu discurso e que o preconceito em questão ERA DELE, e que jamais me ofenderia se fosse confundido com um funcionário de qualquer estabelecimento que eu esteja presente (como nas vezes que já aconteceram dentro de lojas por exemplo, fui confundido com vendedor) ou com qualquer profissional de qualquer profissão lícita .

Por acaso é algum demérito a profissão de garçom? Confundir uma pessoa que tenha outra profissão com um garçom tira sua honra ou dignidade? Apenas negros ou apenas brancos podem ser garçons? (Como bom frequentador de bares e restaurantes que sou, tenho bons amigos tirando desta profissão digna e honesta o sustento de suas famílias, tanto no Brasil quanto no exterior)

Passados alguns minutos , quando o nosso atendente conversava conosco, o homem volta caminhando em direção ao banheiro e diz alto para o atendente:

- Se eles precisarem de algo aí , pode colocar na minha conta !

Agora, nos provocando e querendo mostrar poder aquisitivo ou superioridade em algo. Neste momento comecei a me incomodar, (olhando-o, reparei que estava sentado em uma mesa na cia de uma moça e a também atriz "[REDACTED]" que após nos olhar, abaixou a cabeça para escrever algo em um pedaço de papel) e pensei:

"OK, após o jantar, aceitarei sua proposta e conforme oferecido, passarei em sua mesa e agradecerei a gentileza de pagar a nossa conta e vou embora." Seria uma bela resposta à afronta e constrangimento que aquele homem estava nos fazendo passar. Assim decidido, sabia que existia a possibilidade de iniciar uma discussão e passou por minha cabeça:

"Ele é um ator global, afrodescendente e assumidamente homossexual. Por mais que eu o veja como outro ser humano qualquer e o trate conforme o igual que é, qual a chance do pessoalzinho do mimimi politicamente correto (digo, "hipocritamente correto") não distorcer todos os fatos e começar com o blá-blá-blá e o discurso pronto de "racista homofóbico fascista opressor" ? Não seria um prato cheio para eles ? Apenas por sermos caucasianos e heterossexuais não havia a menor possibilidade desse episódio acabar bem pro nosso lado e decidimos pedir a conta ignorando a situação. Foi quando o garçom entrega para minha amiga o "bilhete" escritor por "Dani Calabresa" (que passou o tempo inteiro em sua mesa afastada e não presenciou em momento algum qualquer discurso de seu amigo, mas mesmo assim tomou partido) a pedido de seu amigo :

ISTO SIM É PRECONCEITO !!!

Fonte: Facebook.com

O autor da postagem relata que ao entrar em um restaurante carioca com uma amiga foram cumprimentados por uma pessoa e que a amiga do relator, de forma distraída, teria confundido um ator negro com um garçom, gerando toda a confusão que culminou com a produção e publicação da postagem em uma página do *Facebook*.

No *post*, o internauta e sua amiga foram, segundo seu relato, alvo de críticas e grosserias do ator negro. Para chamar a atenção do público leitor, o autor busca argumentos que ilustram a falta de educação e tato do ator negro, em lidar com a situação apresentada, tais como a reprodução da fala do ator: - Não trabalho

aqui não!!! (encerrou grosseiramente, deixando a entender que ela "por preconceito" achou que ele fosse garçom apenas por ser afrodescendente e/ou usando camisa regata).

Alguns estudantes, participantes da pesquisa, evidenciaram “a artimanha (sic)²⁸” Entre outros argumentos, são utilizados tanto na postagem, como nos comentários realizados pelos internautas (Figuras 7 e 8), características físicas, modos de vestir e identidade racial para buscar a aquiescência do público. “[...] entendi claramente que estava extremamente frustrado por não ter sido reconhecido. (Até porque no mundo "hipocritamente correto" de hoje não reconhecer um ator deve ser um crime gravíssimo passível de pauta no congresso e punição)”.

Também a identidade sexual do ator é usada como argumento, pelo autor da postagem, como em: *“Ele é um ator global, afrodescendente e assumidamente homossexual. [...] não distorcer todos os fatos e começar com o blá-blá-blá e o discurso pronto de "racista homofóbico”.* A própria identidade sexual do autor da postagem é utilizada para ratificar a relação assimétrica de preconceito, como em: *“Apenas por sermos caucasianos e heterossexuais não havia a menor possibilidade desse episódio acabar bem pro nosso lado...”*

Os estudantes, participantes da pesquisa, chamaram a atenção para o fato que o autor do *post* consegue a simpatia de vários outros usuários das redes sociais, que apoiaram a linha de raciocínio apresentada na postagem.

Comentaram que tais usuários, ao enunciarem, buscaram argumentos e exemplos de outras situações, ocorridas consigo ou com pessoas próximas, para apoiar o usuário, autor da postagem, em seus comentários. (Figura7). No comentário, a pessoa apresenta-se, autodeclarando sua identidade racial e atributos físicos e sociais: *“Sou alto, branco, bilíngue, dentro dos ferrenhos padrões comerciais. Trabalhava na loja mais cara do mundo no shopping JK vestido com um terno preto italiano de sete mil reais, sapatos de 2.500, gravata de 700 italiana, feita à mão [...]”.* Para Guimarães (2003, p. 96)

[...] certos discursos falam de essências que são basicamente traços fisionômicos e qualidades morais e intelectuais; [...] São discursos sobre as origens de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas, etc.,

²⁸ Expressão usada por um dos estudantes, participantes da pesquisa.

Para o enunciador, ser ‘alto, branco e bilíngue’ já o coloca em uma posição de superioridade em relação às demais pessoas e, no caso em especial, em relação ao ‘alvo’ da postagem publicada, apontando seus traços fisionômicos e qualidades para se colocar em uma posição de superioridade e impingir autenticidade a sua fala, buscando no outro o sentido por ele atribuído, conforme discorre Bakhtin (2003, p. 355)

O enunciado (como *todo* verbal) não pode ser reconhecido como unidade de um nível superior, último, da estrutura da língua (situado acima da sintaxe), pois entra num mundo de relações totalmente diferentes (dialógicas), sem paralelos possíveis com as relações linguísticas que se estabelecem em outros níveis (em certo plano, é possível fazer um paralelo entre o *todo do enunciado* e a *palavra*). O *todo do enunciado* já não é uma unidade da língua (nem uma unidade do “fluxo verbal” ou da “cadeia discursiva”), é uma unidade da comunicação verbal que não possui uma significação, mas um *sentido* (um sentido total relacionado com um valor: a verdade, a beleza, etc.; que implica uma compreensão responsiva, comporta um juízo de valor). A compreensão responsiva de um *todo verbal* é sempre dialógica.

Verifica-se desse modo, que no comentário analisado (Figura 7) há uma enunciação que busca trazer para si esse outro, que por se sentir parte de uma mesma comunidade ou grupo vai atribuir um sentido de concordância ao que foi verbalizado, sentido este que se relaciona a uma valoração econômica e de status social dos sujeitos do discurso, além das características étnico-raciais, haja vista o locutor buscar uma atitude (verbal) responsiva positiva em relação ao seu enunciado.

Figura 8 - Comentário sobre episódio do restaurante

Sou branco, alto, bilíngue, dentro dos ferrenhos padrões comerciais, trabalhava na loja mais cara de moda masculina do mundo no Shopping JK vestido com um terno preto italiano de sete mil reais, sapatos de 2.500,00, gravata de 700,00 italiana feita a mão, e por diversas vezes fui abordado por pessoas me pedindo informações acreditando que eu fosse segurança naquele lugar. A minha reação: xingar, me vitimar, destratar as pessoas, me sentir vítima de preconceito, me sentir menosprezado, esbravejar o famoso “vc sabe com quem está falando”? Não, simplesmente abrir um sorriso, dar a informação a quem pediu se fosse de meu conhecimento ou então em duas frases, dez segundos do meu tempo, dizia que o segurança poderia ajudá-lo melhor do que eu e apontar o mais próximo, com um sorriso no rosto e levando com espirotuosidade. Sabe onde nasce o preconceito? Da ignorância, da falta de jogo de cintura, se faz de vítima aquele que assim quer ser visto, só fazem conosco o que permitimos, esse ator perdeu uma ótima oportunidade para demonstrar superioridade, a atitude dele só alimenta o ódio e a intolerância típicos do preconceito, que nesse caso ele demonstra de forma explícita o preconceito com a profissão de garçom, que mal ser confundido com um? Ah, faça-me o favor...

Fonte: Facebook, 2016.

Um estudante de graduação evidenciou que na figura 8 o enunciador, em seus comentários, identifica o lugar de onde vem, ao descrever suas vestimentas e também, ao verbalizar que “*trabalhava na loja mais cara do mundo no shopping JK²⁹*” oriundo de o que se coaduna ao pensamento de Guimarães (2003) que comenta ainda, que quando discorrem sobre lugares, as pessoas discorrem sobre etnias.

Assim, ao discorrer que trabalhava na capital do país, o autor mais uma vez, se coloca em uma posição superior, haja vista o Shopping Juscelino Kubitscheck, ou JK, ficar localizado na capital federal, centro do poder, definindo-se então, no interior da própria enunciação. (BAKHTIN, 2003).

Idem Guimarães (2003, p. 97) afirma também que, pelo discurso as pessoas criam comunidades. No caso em exposição, observa-se que há uma necessidade, tanto pelo autor da postagem, quanto pelos usuários que se manifestam, apoiando-lhe, há uma tentativa de criar uma comunidade de pessoas brancas, as quais se fortalecem, apoiando umas às outras.

Quando passam a reivindicar, não apenas uma origem comum, mas um certo destino político, também comum. Quando etnias ou raças passam a reivindicar um destino político comum, quando formam uma comunidade de origem e de destino, então estamos em presença de uma nação. É perfeitamente plausível dizermos, por exemplo, que os negros americanos, que têm a raça como categoria nativa se transformaram, em algum momento, em uma nação, formando um movimento nacionalista. (GUIMARÃES, 2003, p. 97).

Bakhtin (2003, p. 61) discorre acerca da exterioridade do ato, questionando acerca de como são vivenciados ato e espaço na consciência das pessoas e como são verificados os atos praticados pelo outro. Para o teórico, “[...] os fragmentos da expressividade externa só são incorporados ao eu através de uma vivência interior que corresponde a eles”, ou seja, o outro tem papel preponderante na construção do eu, colocando que é a consciência interna quem direciona ou seleciona os meios mais adequados para atingir um ou mais objetivos, como se observa no excerto:

O visível apenas completa o que é vivido no interior e não tem, muito provavelmente, senão uma importância secundária para a realização do ato. A consciência é orientada pelo objetivo e por seus meios de realização. Os

²⁹ Shopping localizado em Brasília, capital do Brasil; representa o poder político da nação.

meios empregados para atingir tal objetivo são vividos internamente. As vias utilizadas pela realização de um ato são vias puramente internas e a continuidade dessa via também é puramente interna (Bergson).

Ao se afirmarem como brancos e em uma condição de superioridade, há uma espécie de ‘chamamento’ para que outras pessoas na mesma condição também se coloquem, os apoiando e formando assim, uma comunidade de origem, como já mencionado anteriormente, mas que cabe ratificar, a comunidade formada por pessoas brancas, conforme se observa na figura 9.

Figura 9 - Comentário sobre a postagem de Miranda

concordo... Só que da parte de vcs , que dos quase 4 mil compartilhamentos, esperaram o episodio esfriar pra marcar um evento de choradeira em conjunto aqui. A pagina do ator esta com milhares de comentarios de pessoas contrarias a atitude preconceituosa dele... De cada 100 pessoas que comentaram , 5 foram a favor dele ... O choro é livre , continuem ai com o Mimimi , pois hj é segunda feira, e quem trabalha nao tem tempo pra perder com essa choradeira vitimista de ws

Fonte: Facebook, 2016.

O autor dos comentários evidenciados na figura 7 utiliza expressões como “O choro é livre” “*continuem aí com o mimimi*” e “*Hoje é segunda-feira e quem trabalha não tem tempo para perder com essa choradeira vitimista de vocês*”. Tais expressões, mesmo que oriundas de uma linguagem coloquial e considerada inferior ou menos apropriada para o nível social de seus autores, a partir do que colocam de si, visam colocar no lugar (social e racial) adequado e por que não dizer, inferior, aqueles que se opõem a esses discursos, ou seja, a quem é negro (a) ou apoia a causa. Os estudantes evidenciaram que essas expressões são usadas como “provocação ou mesmo deboche” aos outros usuários que se manifestaram contrariamente.

Dois estudantes observaram que outros usuários, em uma leitura diferente dos primeiros, questionam os argumentos do usuário que publicou a postagem na rede social, assim como de seus apoiadores, tendo coro de outras vozes que concordam que houve preconceito, primeiro, por parte da moça que o acompanhava e depois do próprio autor da postagem, o que ocorreu através de comentários e enunciados em réplica aos argumentos dos primeiros, como se observa nos comentários de diversos usuários:

100% dos garçons eram brancos e estavam uniformizados. Mas mesmo assim, automaticamente, vocês não conseguiram identificá-los. Mas chamaram um negro para lhes servirem (sic). Se essa automaticidade não indica o racismo do ato, eu não sei mais o que é racismo. (Usuário do Facebook)

Outros enunciados também mostram a rejeição dos usuários ao comportamento do autor da postagem e sua amiga, como, por exemplo, em: “Entrou no restaurante, e a primeira pessoa que viu foi um negro e já concluiu que era o garçom. Só fica melhor.”; “*O racista ainda queria um pedido de desculpas e a conta paga pelo negro, porque não abaixou a cabeça pra ele! E ainda tem gente que acha que o racista tá com razão!!!*”.

Os estudantes, ao analisarem as postagens, observaram que os enunciados (comentários) evidenciam que houve racismo ao terem os dois amigos imaginado ser o garçom justamente o único negro que estava no local. Ao verificarem mais atentamente os *posts* os estudantes evidenciaram que para alguns usuários que enunciaram, comentando a postagem, o que chama a atenção não é a profissão do ator, mas o fato de que os negros historicamente, sempre terem ocupado uma posição de inferioridade, servindo aos brancos.

Nessa acepção, Bakhtin (2003, p. 355) argumenta acerca da relação dialógica que se dá no ato da enunciação, afirmando ainda que o enunciador busca principalmente a concordância de seu pensamento, pelos outros usuários. O autor discorre ainda que o acontecimento dialógico não se constitui como eco do que foi verbalizado, podendo haver concordâncias e discordâncias a este, o que se dá pelo caráter diverso do enunciado.

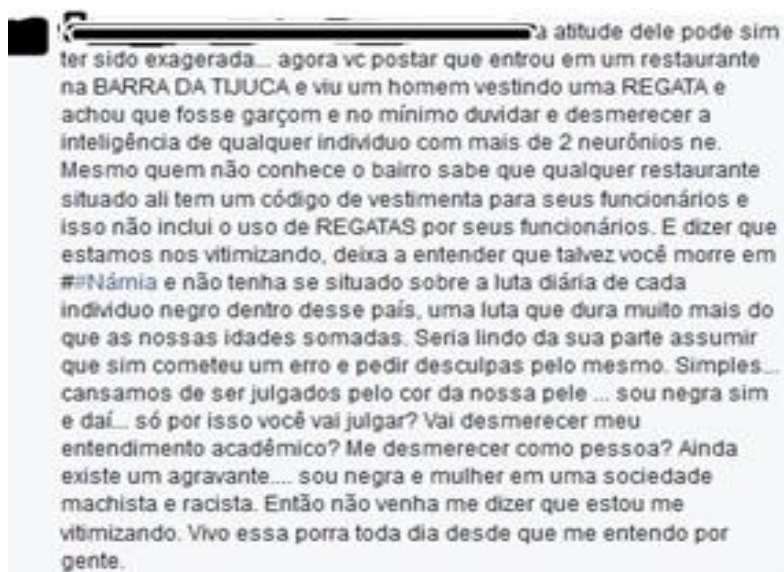
[...] não convém compreender a relação dialógica de modo simplista e unívoco e resumi-lo a um procedimento de refutação, de controvérsia, de discussão, de discordância. A *concordância* é uma das formas mais importantes da relação dialógica. A concordância é rica em diversidade e em matizes. Dois enunciados idênticos em todos os aspectos (“O tempo está lindo!” — “O tempo está lindo!”), quando se trata realmente de *dois* enunciados (e não de um só) pertencentes a duas vozes *distintas*, estão unidos por uma *relação dialógica de concordância*. E um acontecimento dialógico determinado, que se situa no interior das relações mútuas de duas pessoas e não é um eco. Isto porque a concordância poderia igualmente não existir (“Não, o tempo não está tão lindo”, etc.).

No enunciado analisado pelos estudantes tal acontecimento dialógico, especialmente pelo fato de ser um acontecimento em rede, que se dá ao mesmo tempo, entre um enunciador e várias outras pessoas, nem sempre haverá

concordâncias, pois o contexto histórico e social, assim como as diferentes visões acerca do mundo influenciam os diferentes usuários.

Por essa razão, ao verbalizarem, opondo-se aos comentários dos apoiadores do autor da postagem principal, estes chamam a atenção para questões que no Brasil se naturalizaram, tal como se pode observar na figura 10.

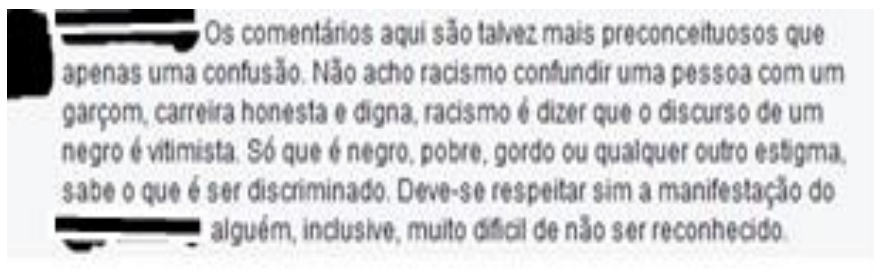
Figura 10 - Atitude racista



Fonte: Facebook, 2016.

O próprio discurso enunciativo, ou seja, as palavras e expressões usadas pelos usuários são comentadas por outros, em um exercício onde a metalinguagem é praticada, como se observa na figura 11.

Figura 11 - Metalinguagem sobre o preconceito



Fonte: Facebook, 2016.

No que concerne às discussões realizadas pelos estudantes, participantes desta pesquisa, tanto os do ensino fundamental, quanto os universitários, a maioria não percebeu na análise do conteúdo a intencionalidade do

autor da postagem principal, concordando que a atitude do autor foi preconceituosa e arrogante.

Apenas dois estudantes perceberam que, tanto os argumentos contidos na postagem, quanto em seus comentários, demonstraram que havia uma tentativa de trazer para si o apoio dos internautas, como concordaram que houve preconceito ao confundirem o único negro presente com um garçom, ou seja, uma pessoa que estaria ali, para servir aos clientes brancos.

Evidencia-se assim, a naturalidade com que a discriminação, o preconceito e o racismo vão se disseminando e cristalizando na sociedade, sendo em seguida externalizados por diferentes sujeitos.

10 CONCLUSÕES

As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. (M. BAKHTIN, 1997).

A popularização da internet, assim como o acesso de um grande contingente populacional aos artefatos tecnológicos, fez emergir, nos últimos anos, na sociedade moderna, novas formas de convivência e comunicação entre as pessoas, trazendo mudanças em suas relações e formas de interagir, o que se acirrou sobremaneira, a partir da difusão de sites das chamadas redes sociais, tais como, por exemplo, o *Facebook*, considerando-se, portanto, que é inegável a presença das redes sociais no cotidiano da sociedade moderna.

Entre as mudanças ocasionadas pela inserção da tecnologia e difusão das redes sociais está a interação entre as pessoas, o estreitamento de laços comunicacionais e as transformações relativas às convenções de linguagem, bem como da publicização do que é dito em rede, tendo como consequências a disseminação de comportamentos e modos de dizer que segregam e estigmatizam as pessoas.

Considerando, pois, o papel da escola enquanto espaço basilar para a formação dos sujeitos e consequente exercício da cidadania inserem-se temas como a pluralidade cultural, um dos eixos dos PCNs e, posteriormente, a educação para as relações étnico raciais que preconizam a inserção, de forma obrigatória das questões voltadas para história e cultura africana e afro-brasileira, assim como de outros temas que a estas subjazem, no currículo escolar.

Essas temáticas, ao se coadunarem com a inserção da cultura digital/virtual em diferentes espaços, dinamizaram os modos de interação humana, observando-se os avanços tecnológicos e suas implicações precipuamente na escola, o que foi potencializado a partir da informática.

Tais avanços e seus impactos no ambiente educacional estão imbricados nos espaços formais de educação e apresentam uma necessidade permanente de investigações, revisões teóricas e metodológicas, bem como de reflexões sobre tais relações, estendendo-se para outros ambientes, que mesmo que informais, constituem-se como lócus de aprendizagens.

Esta pesquisa investigou em uma abordagem interdisciplinar, a partir do embate entre a legislação vigente e os estudos sobre linguagem e sentido, a

organização discursiva e a conseqüente manifestação virtual da discriminação e do preconceito nas redes a partir da análise da linguagem empregada pelos usuários das redes sociais, bem como, do ideal formativo prescrito na legislação vigente, o qual preconiza que os temas do âmbito das relações étnico raciais devem atravessar o currículo escolar, conforme dispõe a Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008.

Considerando o caráter infinito e ao mesmo tempo dialógico da linguagem, não pretendemos nesta seção, concluir, mas dialogar com o outro que ao apreender o que aqui dizemos adotará uma atitude responsiva, dando voz à discussão suscitada ao longo de nossa tese.

Falo desse outro que, ao mesmo tempo em que está em mim, através de vivências e experimentações de um mundo que é pequeno, considerando minha existência e vida, torna-se gigante e infinito a partir de todos os outros que comigo conversam, em um diálogo que embora eu, na maioria das vezes não participe, me perceberei e me farei existir.

Não tendo assim, como finalizar, mas à guisa de, momentaneamente, colocar um ponto nesta conversa, faremos algumas considerações acerca do objeto de nossa pesquisa: linguagem online; preconceito e educação para as relações étnico raciais, ainda que tenhamos consciência de sua amplitude, principalmente quando vou buscar em mim e no outro as respostas para tentar desvelar as muitas inquietações que surgiram no decorrer deste trabalho.

Buscando então, algo palpável para consubstanciar minha voz, convém assim, iniciar (ou seria finalizar?) pela matéria que fez emergir a temática escolhida: a tecnologia, que tal qual a criação do fogo, ocorrida há milênios, promoveu e promove uma radical mudança na vida de todas as pessoas, mesmo daquelas que jamais seguraram nas mãos um dos modernos artefatos tecnológicos, mas que direta ou indiretamente fazem uso da tecnologia para viverem e sobreviverem na sociedade atual.

A popularização de smartphones, tablets, computadores e outros artefatos tecnológicos impingiram novas dinâmicas à comunicação e modos de vida, encurtando distâncias e mudando as relações estabelecidas entre as pessoas, citando como exemplo o uso de e-mails, chats de bate papo, aplicativos para conversação, entre outros.

Nesse interim, situa-se a linguagem que assume uma atitude responsiva, entre sujeitos que, ao dialogar com o outro e, especialmente, ao se inserir nessas

novas e modernas formas de comunicação, passa a ter uma amplitude praticamente infinita em fração de segundos.

Ao enunciar, os sujeitos terão (e esperam) de seus interlocutores uma resposta, que impingirá uma dinâmica ao diálogo estabelecido, haja vista, o destinatário carregar saberes e conhecimentos construídos ao longo de sua vida, os quais lhes possibilitarão uma atitude responsiva em relação ao enunciado.

As respostas dadas, que se constituem novos enunciados, poderão concordar ou discordar do enunciado do locutor, ou seja, daquele que anteriormente emitiu seu pensamento, mas que sempre terá como base a fala dos outros, em um exercício cíclico de produção de sentidos, ou seja, de uma troca constante entre aqueles que enunciam.

Os enunciados materializam-se em experiências vivenciadas pelos sujeitos, a partir de uma espécie de memória enunciativa da qual a pessoa lança mão para enunciar, obtendo ou ao menos esperando uma responsividade.

Na tentativa, pois, de buscar no outro uma responsividade, inserem-se temas como o racismo e preconceito racial que se buscou evidenciar, neste trabalho, a partir do diálogo estabelecido entre os estudos de linguagem e a educação para as relações étnico raciais, com base nas conversas realizadas nas redes sociais e de modo mais específico da rede social conhecida como *Facebook*.

O preconceito e a discriminação manifestam-se nos espaços formais e informais de aprendizagens (EIFAS). No tocante aos espaços formais, ou seja da escola, é recorrente o preconceito e a discriminação, sofridos por estudantes, seja em forma de brincadeiras, gracejos, ou mesmo de forma explícita, que muitas vezes seguem incólumes.

Em relação aos espaços informais de aprendizagem, espaços estes onde se dão as relações de aprendizagens, no contexto do cotidiano dos sujeitos, sem o necessário olhar pedagógico, o preconceito e a discriminação podem materializar-se de forma muito mais perversa, ferindo de forma ainda mais contundente a pessoa humana naquilo que tem de mais caro, sua dignidade.

Considerando-se nesse âmbito os espaços virtuais, preconceito, racismo e discriminação são habituais, haja vista a comunicação online reproduzir as relações humanas, agravando-se pelo fato do poder multiplicador das relações cibernéticas.

As redes sociais se constituem as principais formas de interação entre os sujeitos, que passam grande parte de seus tempos conectados em rede, em permanente estado de enunciação, verbalizando sobre temas variados, entre eles o preconceito, o racismo e a discriminação racial, o que faz com que se afirme que a internet se configura enquanto veículo de disseminação do preconceito e racismo, o que acontece principalmente pelo uso dos gêneros digitais, entre usuários das redes sociais.

Analisar então, as redes sociais significa analisar a opinião pública, buscando compreender o que as pessoas pensam em essência, o que enunciam a respeito de diferentes assuntos, entre estes, sobre preconceito, racismo e discriminação racial, tema desta tese.

As pessoas, geralmente, sentem-se mais seguras em falar o que pensam na frente de um computador, pois acreditam que não serão localizadas ou identificadas. Por esta razão, campanhas veiculadas em diferentes canais mostram que as consequências no mundo virtual são reais e impactam as vidas das pessoas de modo geral, sejam aquelas que muitas vezes sofrem com abusos praticados e difundidos por meio da internet, sejam as que sofrem as consequências de atitudes impensadas ao externarem seus pensamentos em rede.

No mundo virtual, tal qual no real, materializam-se correlações de forças, a partir da definição de raças, evidenciando-se a utilização da raça como critério de seleção para acesso ao emprego ou educação e, nesse contexto, deve ser conteúdo do currículo trabalhado nas escolas, para além da discussão sobre cor da pele e ou escravidão.

A questão cor/etnia é um problema social brasileiro. A discriminação, o preconceito racial e racismo dela decorrentes devem ser trabalhados no currículo, considerando-se que estes se manifestam de diferentes formas, entre elas no discurso dos usuários das redes sociais.

A internet, assim como a escola configuram-se espaços educativos, razão porque temas como o preconceito, discriminação racial e racismo podem ser trabalhados, configurando-se as redes sociais enquanto importantes formas de se compreender as relações estabelecidas entre as pessoas e que materializam por meio da linguagem.

A linguagem empregada pelos usuários das redes sociais possibilita o trabalho com os gêneros digitais, o que deve acontecer a partir do diálogo realizado

entre a tríade: Educação para as Relações Raciais, Multiculturalismo e Interdisciplinaridade, havendo uma necessidade de construir uma educação multicultural e de uma pedagogia antirracista com base nessas teorias sociais.

Consideramos que, a despeito dos avanços relativos à educação no Brasil e de modo específico das relações étnico-raciais, muitos educadores ainda não estão preparados para realizar um trabalho onde tais temáticas se façam presentes no cotidiano escolar, em uma perspectiva de combate ao preconceito, racismo e discriminação, ainda que se considere que a figura do (a) professor (a) exerça importante papel no sentido de se trabalhar a temática.

Torna-se então necessário que os conceitos de racismo, discriminação racial e preconceito sejam amplamente discutidos, o que poderia auxiliar os(as) educadores(as) a compreenderem a especificidade do racismo brasileiro e auxiliá-los a identificar o que é uma prática racista e quando esta acontece no interior da escola, ou seja, em uma perspectiva que aproxime os espaços formais e informais de aprendizagens (EIFAS), haja vista considerarmos a necessidade de diálogo entre diferentes sujeitos e espaços, como forma de enfrentamento da tríade racismo, preconceito e discriminação racial.

Tal discussão deveria fazer parte do processo de formação dos professores, o que acontece de forma pontual, fazendo com que a despeito da existência de leis federais que tornam obrigatória a inserção da temática, esta seja uma realidade não muito próxima da escola.

Apreender as relações de significação do preconceito, do racismo e da discriminação racial manifestado em contextos sociais e enunciativos específicos requer um olhar sensível para o processo de ensino e de aprendizagem, olhar este, cujo viés pedagógico é capaz de apreender os múltiplos significados dos enunciados produzidos em contextos enunciativos específicos, trabalhando-os em uma perspectiva educativa, que considere a interdisciplinaridade, em um diálogo com e para além das diferentes áreas de conhecimento.

REFERÊNCIAS

AXT, M.; SILVA, P.M.; REMIÃO, J.A. **Cidades-experimentações**: para inscrição numa estética da aprendizagem enquanto acontecimento. 2015 (artigo manuscrito inédito, aceito para publicação na revista online FRACTAL, em 2016/2).

AXT, M.; LIMA, J.V.; VICARI, R.M.; TAROUÇO, L.M.R. Interdisciplinaridade na ótica do Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação da UFRGS. In: A. Philippi Jr.; A. J. Silva Neto (editores). **Interdisciplinaridade em ciência tecnologia e inovação**. Barueri: Manole, p. 629 - 646, 2011.

AXT, M.; MARTINS M.A.R. Coexistir na diferença; de quando a formação em serviço pensa modos de habitar a sala de aula. In: Iole M. F. Trindade. **Múltiplas Alfabetizações e Alfabetismos**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1953].

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

BARTHES, Roland. **Fragmentos de um discurso amoroso**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **Coisas ditas**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

BRASIL. MEC. SEF. Tecnologias da comunicação e informação. In: _____. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Introdução aos parâmetros curriculares nacionais (5ª parte). Brasília: MEC/SEF, 1998, p. 133 - 157.

_____. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural e orientação sexual. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000a. 164 p.

_____. Lei 11.645. **Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/contribuicoes.pdf>>. Acesso em: 12/04/2015.

_____. **Orientações e ações para a educação das relações étnicorraciais**. Brasília: MEC/Secad, 2006.

_____. Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro- Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 9 jan. 2003.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Grupo de Trabalho Interministerial. **Contribuições para a implementação da Lei 10.639/2003**: Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História. Brasília: MEC, 2003.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 20 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações Etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, [s.d.].

BRITO, José Eustáquio de. **Educação e relações étnico-raciais**: desafios e perspectivas para o trabalho docente. ano 14, n. 18, dez. 2011.

DUCROT, Oswald. **A pragmática e o estudo semântico da língua**. Letras de Hoje. Porto Alegre: PUCRS, v. 40, n. 1, mar./2005.

CHARAUDEAU, P. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Org.). **Da língua ao discurso**: reflexões para o ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 11 - 30.

ELICHIRIGOITY, Maria Teresinha Py. A formação do sentido e da identidade na visão Bakhtiniana. **Cadernos de Letras da UFF**. Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 181 - 206, 2008.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAZENDA, Ivani C. A. **A Interdisciplinaridade**: um projeto em parceria. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. (Org.). **Práticas interdisciplinares nas escolas**. São Paulo: Cortez, 1991.

FIGUEIREDO, L. I. B. **Gêneros discursivos/textuais e cidadania**: um estudo comparativo entre os PCN e os Parâmetros em ação. São Paulo, SP: PUC 2005. (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem), do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FREYRE, Gilberto. **Interpretação do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.

_____. **The racial factor in contemporary politics**. Sussex: Research Unit for the Study of Multi-Racial Societies, University of Sussex. 1966.

GILROY, PAUL. **Against race: imagining political culture beyond the color line.** Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2001.

GONÇALVES, Luiz Alberto O.; SILVA, Petronilha B. G. e. **O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos.** 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. **Multiculturalismo e educação: do protesto de rua a propostas e políticas.** São Paulo: Educação e Pesquisa, v. 29, n. 1, p. 109-123, jan./jun. 2003.

GOHN, Maria da G. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Questões da Nossa Época).

_____. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas.** Ensaio, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GUILLAUMIN, Colette. **Enquanto tivermos mulheres para nos darem filhos.** ano 2. 1994. Semestre 94. Estudos Feministas.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **Racismo e antirracismo no Brasil.** São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Editora 34, 1999.

_____. **Classes, raças e democracia.** São Paulo: Editora 34, 2003.

GUSMÃO, N.M. Linguagem, cultura e alteridade: imagens do outro. In: **Cadernos de pesquisa**, Fundação Carlos Chagas, n. 107, jul., 1999.

GUTMANN, CARLOS ALEXANDRE, **Sentença.** Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/arquivos/2013/11/art20131107-13.pdf>>. Acesso em: 13. ago. 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11. ed. Trad. Tomáz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A Editora. 2006.

KOCH, I. Concepções de língua, sujeito e sentido. In: KOCH, I. **Desvendando os segredos do texto.** São Paulo: Cortez Editora, 2004, p. 13 - 20.

MENEZES, Valéria. **O preconceito racial e suas repercussões na instituição escolar.** 2002. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/tpd/1>>. Acesso em: 10 set. 2015.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura. In: BRASIL. **Indagações sobre currículo.** Brasília: Ministério da Educação, 2008.

MOREIRA, A. F. & SILVA, T. T. (Orgs.). Cultura popular e pedagogia crítica: a vida cotidiana com base para o conhecimento curricular. In: **Currículo, cultura e sociedade.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2001.

MUNANGA, K. **Superando racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

ORLANDI, Eni. **Análise do discurso**. 10. ed. Campinas: Pontes, 2012.

_____. **A Linguagem e seu funcionamento**. 4. e. Campinas: Pontes, 1996.

PEREIRA, A. P. M. S. ; MOURA, M. Z. S. A produção discursiva nas salas de bate-papo: formas e características processuais. In: _____. FREITAS, M. T. A.; COSTA, S. R. (Orgs). **Leitura e escrita de adolescentes na internet e na escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p.65-84.

PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia diferenciada: das intenções às ações**. Porto Alegre: Artemed, 2000.

POSSENTI, Sírio. Sobre as noções de sentido e de efeito de sentido. (Versão revisada do texto:) Notas sobre a noção de efeito de sentido. Estudos linguísticos: **Anais de Seminário do GEL**. XXVI. Campinas, Unicamp-FAPESP/GE, 722-727, 1997.

REX, John. **Raça e etnia**. Lisboa: Editorial Estampa, 1988. "Raça e etnia na teoria sociológica". p. 37 - 65

RUIZ, M.Teresa. **Racismo algo más que discriminación**. San José, Costa Rica. Colección Análisis. 1988.

SCHARF, Kelly Alexandra. **A finalidade do ensino de língua portuguesa em "trecho de um relatório" (1918): o projeto de dizer do estado catarinense, na voz de orestes guimarães, para a assimilação dos teuto-brasileiros**. Dissertação de mestrado, UFSC, Florianópolis/SC 2015.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos. Bakhtin e os processos de desenvolvimento humano. **Rev. bras. crescimento desenvolvimento humano**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 745 - 756, 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822010000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2016.

SANTOS, Gisleine A. **A invenção do ser negro: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros**. São Paulo: Pallas, 2000.

SANSONE, Lívio; FURTADO, Cláudio Alves. **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014.

SEIDEL, Verônica Franciele. **Funcionamento do gênero de divulgação científica:** o tema do uso de animais não humanos em experimentos. UFRGS, (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem), do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. 4. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SILVA, Silvano Bezerra. **Estética utilitária:** interação através da experiência sensível com a publicidade. João Pessoa: União Editora, 2010.

SHESTAKOV, I. P.; UMIRBAEV, U. U. The tame and the wild automorphisms of polynomial rings in three variables. **Journal of the American Mathematical Society**, v. 17, n. 1, p. 197 – 227, 2004.

TELLES, Edward E. **O Significado da raça na sociedade brasileira.** Tradução para o português de Race in Another America: The Significance of Skin Color in Brazil. 2004. Princeton e Oxford: Princeton University Press. (Versão divulgada na internet em Agosto de 2012).

TROMBETTA, Vanda Mari. (UPF) **A imagem da mulher do futuro projetada pela revista veja:** uma análise na perspectiva discursiva. 1 a JIED – Jornada Internacional de Estudos do Discurso 27, 28 e 29 de março de 2008.

VAZ, Raimundo Nonato. **São Bernardo documentário.** São Bernardo: Sobral Editora, 2016.

YARED, Ivone. O que é interdisciplinaridade? In: FAZENDA, I. (Org). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

ANEXOS

ANEXO A – LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Mensagem de veto

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 10.1.2003.

ANEXO B - LEI Nº 11.645, DE 10 DE MARÇO DE 2008

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.645, DE 10 DE MARÇO DE 2008.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de março de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 11.3.2008.

ANEXO C – SENTENÇA

SENTENÇA

Vistos etc.

Trata-se de demanda intitulada “Ação de Reparação de Dano” ajuizada por VALDENI ANDRELINO, IRONILDA SANTOS RANGEL e SILVANA DOS SANTOS em face de PRIMO SCHINCARIOL IND. DE CERVEJAS e REFRIGERANTES S/A, DVS ALIMENTOS LTDA (CERVEJARIA DEVASSA), LxD LOGISTICA e DISTRIBUIÇÃO LTDA, AGÊNCIA MOOD DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA e A GAZETA, estando as partes devidamente qualificadas na inicial.

Aduzem que a primeira Autora é assinante do jornal A Gazeta e que, por dois domingos, dia 28 de novembro de 2010 e 05 de dezembro de 2010, recebeu encarte da Revista AG do jornal A Gazeta com uma propaganda publicitária com teor racista, machista com conotação sexual. A referida propaganda descreve que “É PELO CORPO QUE SE RECONHECE A VERDADEIRA NEGRA”, junto com a ilustração de uma mulher negra vestida como fosse um objeto de satisfação sexual.

A primeira Autora foi ao Procon Municipal de Vitória, onde fez uma reclamação administrativa e também à delegacia de defesa do consumidor. O Procon notificou e autuou a Cervejaria Devassa, originando infração administrativa.

Que a segunda Autora foi submetida à discriminação negativa, uma vez que é professora e leitora do jornal A Gazeta, se deparando com a publicidade da Cervejaria Devassa, cujo teor da propaganda é racista e prejudicial à imagem não só da mulher negra como objeto sexual, imagem esta construída ao longo da história do Brasil. Que foi a Delegacia de Defesa do Consumidor, ao Ministério Público e à Ordem dos Advogados do Brasil.

Que a terceira Requerida igualmente teve seu direito a diferença atingido devido à discriminação negativa, sentindo-se ofendida, constrangida, uma vez que também é mulher e negra.

Que anda pela rua e fica ouvindo transeuntes do sexo masculino que dizem: “ESSA É A VERDADEIRA DEVASSA”, “QUE DÁ VONTADE DE BEBER”.

Que desta maneira está sendo reforçada a ideia de que as mulheres negras são consideradas um objeto sexual, devido a propaganda racista e machista de cunho sexual. Que as autoras estão sofrendo constrangimento e humilhação.

Juntaram documentos às fls. 15 e seguintes.

Devidamente citados, os Requeridos apresentaram contestação.

O segundo Requerido, DVS ALIMENTOS LTDA (CERVEJARIA DEVASSA), às fls. 88/104, alegou, preliminarmente, ilegitimidade passiva, diante da ausência da participação para divulgação publicitária, pois é apenas uma franqueada da marca “Devassa” no Estado do Espírito Santo. No mérito, alegou ausência de responsabilidade civil, e que não autorizou e muito menos participou da veiculação tida como abusiva.

A primeira Requerida, PRIMO SCHINCARIOL IND DE CERVEJAS E REFRIGERANTES S/A, apresentou contestação às fls. 166/182, alegando completa ausência dos requisitos de

responsabilidade civil, ausência de ato ilícito. Aduz que a propaganda atacada não tem mínimo potencial ofensivo e, ainda que entendam o contrário, os anúncios não causam à média da população qualquer desconforto ou desequilíbrio emocional e espiritual. Registra que as três Autoras estão diretamente envolvidas com políticas de promoção de igualdade racial e causas voltadas a defesa da população afro-descendentes, o que explica a suscetibilidade exacerbada que transmitem diante da propaganda. Que não discrimina qualquer cor ou raça, ao contrário, rende homenagens a todos os fenótipos através de suas cervejas. Que o anúncio atacado pelas Autoras apenas dá sequência a esta mesma linha irreverente da campanha publicitária da marca Devassa, o que explica a roupa da mulher nele inserida, não se tratando, portanto, de criação destinada a atingir a mulher negra.

A quinta Requerida, A GAZETA, em contestação de fls. 252/263, alega preliminarmente sua ilegitimidade, afirmando que apenas fez publicar anúncio comercial de terceiros, não tendo participação na confecção e idealização da campanha publicitária. No mérito, sustenta a total improcedência do pedido autoral e ausência dos requisitos do dever de indenizar.

A terceira Requerida, L&D LOGISTICA E DISTRIBUIÇÃO LTDA, às fls. 285/295, da mesma forma alega sua ilegitimidade, ressaltando que consiste em uma sociedade empresarial cujo ramo é a distribuição de bens produtos de diversos ramos, entre eles o de bebidas. Que o grupo Schincariol possui um contrato com a Requerida, em que esta detém exclusividade na revenda e distribuição dos produtos desse grupo, dentre eles a cerveja Devassa. E, em relação ao material publicitário, tem cláusula no contrato que dispõe que é dever da revendedora, ora Requerida, adquirir materiais publicitários para implementar as vendas. No mérito, sustenta ausência de elementos caracterizadores da responsabilidade civil.

A quarta Requerida, AGENCIA MOOD DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA., em contestação de fls. 327/342, também alegou sua ilegitimidade passiva, agindo como mera prestadora de serviços contratada pela anunciante da publicidade. Como agência de publicidade, restringiu-se a produzir e providenciar a veiculação da peça publicitária. No mérito, alega que não agiu com culpa muito menos com dolo, na medida em que jamais tencionou agredir ou depreciar a figura da mulher negra. Que não houve qualquer tipo de discriminação racial na publicidade da cerveja Devassa e que sempre se utilizou da publicidade comparativa com a figura feminina com o objetivo de divulgar a marca, ressaltando as características mais marcantes das mulheres brasileiras, para associá-las às suas diversas cervejas. Que a referida peça publicitária já foi levada a julgamento perante o Conselho Nacional de Auto-regulamentação publicitária (CONAR), que decidiu tão somente pela alteração da peça publicitária, e não por sua retirada de veiculação.

Réplica às fls. 423/546.

Às fls. 560 houve alteração da razão social da terceira Requerida, passando a denominar LIPPAUS DISTRIBUIÇÃO LTDA.

Audiência preliminar às fls. 576.

Audiência de instrução e julgamento às fls. 618/619 sendo ouvida uma testemunha pelo Requerido LIPPAUS DISTRIBUIÇÃO EIRELI.

As partes apresentaram alegações finais às fls. 633 e seguintes.

É o Relatório. DECIDO.

O processo está em ordem, não havendo preliminares a serem sanadas, pelo que passo ao mérito.

Trata-se de ação de reparação de danos onde as Autoras alegam que foram ofendidas com a propaganda da cerveja Devassa, diante de sua conotação sexual e cunho racista.

Fato incontroverso nos autos é a publicação da propaganda ora atacada. O que vai ser discutido é se realmente a propaganda trouxe ofensa e humilhação às Autoras, por serem mulheres negras, e se a propaganda teve conotação sexual e racista.

De plano, afirmo que o pedido inicial não merece procedência. Explico.

No presente caso não houve ofensa ao art. 37, par. 2 do CDC.

Analisando os autos, e a propaganda juntada às fls. 45, o que se percebe é a utilização da propaganda de uma forma criativa, associando a beleza, as vestes reduzidas, o bom humor, a alegria ao consumo da cerveja, o que é muito comum no nosso país.

É notório que no Brasil as propagandas de cerveja são conhecidas pela sua originalidade e criatividade, ainda que possam ser consideradas jocosas. No caso em análise não se percebe nenhuma mácula na imagem da mulher negra. Pelo contrário, a propaganda realmente é irreverente e a ideia é causar um impacto com humor com o objetivo, certamente, de provocar comentário, chamar a atenção do consumidor. Se alguma conclusão pode ser tirada a respeito, é exatamente o elogio ao corpo da mulher.

Ora, conforme bem apontado pela primeira Requerida, muitas vezes que se tem a pele negra figurando em publicidade, surgem questionamentos associando a mídia à vulgaridade, a inferioridade, discriminação racial. É preciso muita cautela nesses questionamentos para não banalizar as verdadeiras reivindicações.

Um artigo publicado pelo advogado ANDRE BRANDALISE em seu blog retrata bem a situação atual. Sob o título "O exagero do politicamente correto" o autor começa advertindo que temos que ter cuidado com tudo, pois o grupo do politicamente correto está de olho em tudo, cometendo os maiores exageros que se possa imaginar, inclusive em defender coisas absurdas. Segue um trecho do artigo:

"Quero deixar claro que não estou defendendo o liberou geral, mas existe uma diferença muito grande entre um ato com caráter ofensivo e outro que não tem este objetivo. Isso vale para a literatura, música, humor, ou seja lá o que for. Se alguém se sentir ofendido que busque no judiciário a correção, assim como ocorreu com o Rafinha Bastos ... falou besteira, arque com as conseqüências. Assim como eu não gosto do politicamente correto, da mesmo forma não gosto do politicamente incorreto. Falta bom senso ... aliás, falta MUITO bom senso. Qualquer coisinha que se diga já vira uma tempestade. Pior ainda, mesmo quando alguém diz algo com fundamentos seculares, como é o caso dos religiosos. Se não tivessem alguns artigos na Constituição Federal preservando os direitos à crença, os grupos xiitas do politicamente correto teriam fechado todas as instituições religiosas do Brasil (bem, nem todas ... tem umas que conseguem bem se adequar à nova sociedade moderna ... isso que é "fundamento firme"). Mas como não conseguem, querem limitar a expressão religiosa aos seus templos (ou guetos). Essa é a ideia da Sra. Marta Suplicy e do Sr. Jean Wyllys. "Parabéns" aos "nobres" políticos "democratas" citados, a ideia de vocês não é original - o nazismo já fez isso e a França (sempre à frente de seu tempo) está fazendo isso hoje (França proíbe muçulmanos de rezar em público) -, mas com certeza demonstra uma "inteligência" ímpar. Tudo isso me lembra algo do livro 1984, de George Orwell: quem controla o passado controla o futuro, quem controla o presente controla o passado. Já estão conseguindo controlar o presente ... será que vão começar a controlar o passado também??? Em vez de aderirmos ao politicamente correto como modismo, ou sucumbirmos à ditadura que ele impõe, sejamos inteligentes. Chega de politicamente correto. Chega de politicamente incorreto. Usem o bom senso."

Nessa questão tenho que concordar com as Requeridas, pois a propaganda não é abusiva ou discriminatória. Não há qualquer mensagem racista, sendo o anúncio original, irreverente, refletindo uma essencialidade, autenticidade e alegria.

Nesse sentido, para a caracterização de danos morais passíveis de indenização, é necessária a presença de três elementos: o ato ilícito, o dano efetivamente causado ao indivíduo e o nexo de causalidade entre o ato ilícito e o dano.

Não caracterizado o ato ilícito não há que se falar em indenização.

A única testemunha ouvida em juízo corrobora a inexistência de ato ilícito. Vejamos:

“(…) que tomou conhecimento da campanha publicitária, sendo exibido em audiência o documento de fls. 45 do autos; que não se recorda o período em que foi divulgado tal campanha publicitária; que a campanha publicitária em apreço foi divulgada em prol da companhia Schincariol; que foi empregado da companhia Lippaus no período de 16/01/1996 à 16/01/2012; que na época em que trabalhava na companhia Lippaus nunca ouviu dizer que a campanha publicitária em questão seria ofensiva ou agressiva; que começou como vendedor na companhia Lippaus e chegou até a gerência; que não chegou nenhuma reclamação na gerência da Lippaus em virtude da divulgação da campanha em questão; que não conhece as autoras (…)”

E nesse ponto, considerando que a doutrina predominante entende que o dano não precisa ser provado, pois decorre da própria ofensa, no presente caso, conseqüentemente, não há que se falar em dano se não existiu a ofensa, o ato ilícito.

Isto posto, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE o pedido autoral, pela inexistência do ato ilícito passível de indenização.

Condeno as Autoras ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como, ao pagamento dos honorários advocatícios a cada um dos patronos dos Requeridos, que arbitro em R\$2.000,00 (dois mil reais), na forma do artigo 20, § 4º, do Código de processo Civil, considerando o tempo da demanda, o trabalho dos advogados e a realização de audiência de instrução.

Por fim, JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.

Transitada em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Vitória, 04 de novembro de 2013.

CARLOS ALEXANDRE GUTMANN

Juiz de Direito

Dispositivo JULGO IMPROCEDENTE o pedido autoral, pela inexistência do ato ilícito passível de indenização.